

Nilson Weisheimer

JUVENTUDE E AGRICULTURA FAMILIAR NO RECÔNCAVO DA BAHIA



Editora UFRB
Coleção Recôncavo

**JUVENTUDE E AGRICULTURA FAMILIAR
NO RECÔNCAVO DA BAHIA**

REITOR

Fábio Josué Souza dos Santos

VICE-REITOR

José Pereira Mascarenhas Bisneto



Editora UFRB

SUPERINTENDENTE

Sérgio Augusto Soares Mattos

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre Américo Almassy Júnior

Celso Luiz Borges de Oliveira

Geovana da Paz Monteiro

Jeane Saskya Campos Tavares

Josival Santos Souza

Rubens da Cunha

Sérgio Augusto Soares Mattos (presidente)

Keila Machado de Medeiros

Wilson Rogério Penteado Júnior

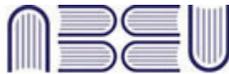
SUPLENTE

Carlos Alfredo Lopes de Carvalho

Robério Marcelo Ribeiro

Rosineide Pereira Mubarak Garcia

EDITORA FILIADA À



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Nilson Weisheimer

**JUVENTUDE E AGRICULTURA FAMILIAR
NO RECÔNCAVO DA BAHIA**



Editora UFRB

Cruz das Almas - Bahia /2019

Copyright©2019 Nilson Weisheimer
Direitos para esta edição cedidos à EDUFRB.

Projeto gráfico, capa e editoração eletrônica:

Antonio Vagno Santana Cardoso

Revisão e normatização técnica:

Nilson Weisheimer

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

W427j Weisheimer, Nilson

Juventude e agricultura familiar no Recôncavo da Bahia/
Nilson Weisheimer . -- Cruz das Almas/BA :
UFRB, 2019.

188 p.

Modo de acesso: <https://www.ufrb.edu.br/editora/>

titulos-publicados

ISBN 978-85-5971-115-8 (e-book)

1. Agricultura familiar 2. Sucessão gerencial I. Título.

CDD 306.852

Ficha catalográfica elaborada por: Ivete Castro CRB/1073



Editora UFRB

Rua Rui Barbosa, 710 – Centro
44380-000 Cruz das Almas – BA

Tel.: (75) 3621-7672

editora@reitoria.ufrb.edu.br

www.ufrb.edu.br/editora

www.facebook.com/editoraufrb

*Dedico este livro aos jovens agricultores
familiares do Recôncavo da Bahia, aos meus alunos da UFRB e aos
meus filhos.*

Sumário

Introdução	11
Ocupação agrícola no Recôncavo	18
Perfil da amostra	25
Agricultura Familiar e Juventude	29
Sobre a Agricultura Familiar	29
Agricultura familiar em debate	30
Capitalismo e agricultura Familiar	35
O trabalho familiar agrícola	46
Os jovens agricultores familiares	52
As Condições Materiais dos Jovens Agricultores	
Familiares no Recôncavo	57
Características econômicas das UPF	58
Condição Fundiária	58
Integração Mercantil das UPF	63
Produção de valor e renda	66
O acesso às rendas agrícolas	68
Autonomia material dos jovens	72
A marca da baixa autonomia	78
Os Processos de Socialização dos Jovens Agricultores	
Familiares no Reconcavo	79
Sobre o processo de socialização	79
A socialização trabalho familiar agrícola	87
A socialização no ensino formal	94
As práticas de sociabilidade juvenis	100
A centralidade do trabalho na socialização	105

As Representações Sociais dos Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia	107
Representações sociais e identificação	107
Avaliação dos jovens sobre o trabalho agrícola	112
Sobre o modo de vida dos pais	122
Categorias de auto identificação dos jovens agricultores familiares no Recôncavo.	127
A centralidade do trabalho nas representações	132
Os Projetos dos Jovens Agricultores Familiares no Reconcavo	135
Projeto e projetos juvenis	135
Exame dos projetos juvenis	140
Projetos de escolarização	140
Projetos Profissionais	144
Projetos de Vida	154
Homogeneidade na situação juvenil	158
Uma geração com destino comum	170
Considerações finais	173
Referências	177
Sobre o autor	185

Introdução

Este livro apresenta os resultados de uma pesquisa social empírica que teve como objetivo analisar a situação juvenil na agricultura família no Território do Recôncavo da Bahia, para explicar os projetos profissionais formulados por jovens nesse contexto.¹ Ele se inscreve no campo de estudo rurais tematizando a reprodução social da agricultura familiar através de um enfoque geracional juvenil. Sua contribuição original é revelar a especificidade dos jovens agricultores familiares e da produção das disposições necessárias para dar continuidade ao trabalho familiar agrícola. Essa tomada de posição dos jovens tem implicações sociais relevantes, uma vez que, de um modo geral, a continuidade da profissão de agricultor depende da reprodução social com base familiar. Isto ocorre porque a sucessão geracional nessa atividade tende a ser endógena, com pelo menos um dos filhos sucedendo aos pais na unidade produtiva da família, com pouca adesão a essa atividade profissional por pessoas sem vivência neste ramo. Esse fato, confere aos jovens agricultores familiares um papel estratégico, cujo o conhecimento e mobilização são necessários para qualquer projeto de desenvolvimento que contemple o fortalecimento da agricultura familiar.

O debate público em torno das questões da juventude no Brasil experimentou uma ampliação e sofisticação a partir dos anos 2000. A relevância crescente desta categoria social pode ser verificada tanto pela renovação do interesse e consequente ampliação de estudos, pesquisas e publicações no campo das Ciências Sociais, inclusive as relacionadas à temática rural (WEISHEIMER, 2005 a), quanto pela ampliação das iniciativas destinadas a este segmento por parte de diversos atores governamentais e da sociedade

1 - WEISHEIMER, Nilson. *Estudo sobre a situação juvenil na agricultura familiar no Recôncavo da Bahia*. Pesquisa realizada junto ao Núcleo de Estudos em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (NEAF/UFRB), com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) obtido através do Edital MCT / CNPq N° 014/2010 – Universal, Processo 476436/2010 – 8, com vigência de novembro de 2010 a novembro de 2012.

civil (SPOSITO & CORROCHANO, 2005). No caso dos estudos rurais, dois aspectos foram importantes para impulsionar inicialmente o debate: a) as estatísticas dos processos migratórios demonstraram que o êxodo rural foi protagonizado principalmente por jovens, entre os quais as mulheres constituíram a maioria (BAENINGER 1998). Menos explícito, porém não menos importante, tem sido a persistência da situação de invisibilidade social a que estão submetidos os jovens no meio rural (DURSTON, 1997).

As informações censitárias revelam que na década de 1950, o contingente que mais emigrou das áreas rurais correspondia à faixa dos 30 a 39 anos de idade. Já nos anos 1990, ocorreu um deslocamento populacional, principalmente na faixa etária de 20 a 24 anos (CAMARANO & ABRAMOVAY, 1998). Outra característica marcante do processo migratório recente é a participação feminina. As mulheres migram mais que os homens, representando 52% do total da migração jovem. Configura-se, assim, um predomínio juvenil e feminino no processo migratório campo – cidade. Este processo migratório rural-urbano foi acompanhado da queda nas taxas de ocupação na agricultura. Apesar de, entre 1950 e 1980, a população com atividade agrícola no Brasil ter aumentado em números absolutos (de 10 milhões de pessoas, em 1950, para mais de 21 milhões, em 1980), na verdade ocorreu uma distribuição da força de trabalho entre os setores da economia. Em 1950, trabalhavam na agricultura 57,8% da população economicamente ativa (PEA), enquanto que, em 1983, a PEA na agricultura representava 25,8% do total (GAZIANO DA SILVA, 1999).

Quanto à questão da invisibilidade social dos jovens que vivem no meio rural, John Durston (1997) a define como uma das expressões mais cruéis do processo de exclusão social. Esta invisibilidade se processa pela produção de um olhar que nega a existência do outro. Isto implica em negação do direito básico de ter tratamento e oportunidades iguais e, neste caso, a negação do próprio direito ao reconhecimento e à identidade. O dilema da invisibilidade social deve-se em parte à desatenção dos cientistas sociais. Yanko Gonzáles Cangas (2003) sugere que isto estaria relacionado ao fato de

que a juventude e o rural, enquanto construtos teóricos, aparecem como contraditórios e irreconhecíveis nos estudos que dominaram a pautas destes temas ao longo do século XX. A juventude aparece como uma expressão da modernidade que tem no meio urbano e nas classes altas as matrizes de sua caracterização, atribuindo-lhe uma ligação aos processos de transformação e ao futuro na forma de uma sucessão de gerações. Por sua vez a carga semântico-teórica acerca do “rural”, estabelecida também desde o ponto de vista da modernização, impôs a este um significado de conservação e passado, algo que precisaria necessariamente ser superado (CANGAS, 2003).

Para superar a situação de invisibilidade não basta desenvolver estudos que tenham nos jovens os sujeitos investigados. É preciso antes problematizar a própria construção do objeto, ou seja, as relações sociais nas quais se inserem os jovens e que fazem da própria categoria juventude uma construção social em disputa. Com efeito, fazem-se necessárias não apenas uma teoria sobre os processos sociais agrários e outra sobre as juventudes, mas também um construto teórico que sintetize a complexidade da suas mútuas implicações.

Assumimos nesse livro, que do ponto de vista do conhecimento sociológico, o que determina a existência dos jovens agricultores familiares é a socialização no processo de trabalho familiar agrícola (WEISHEIMER, 2009). Assim, torna-se parte central da análise o processo de trabalho enquanto *práxis social* criadora de valores materiais – como de uso ou troca de produtos e serviços – e simbólicos – como as representações e as identidades sociais. Como eles são membros de uma unidade doméstica que também atua como unidade de produção agrícola, predomina a instituição de saberes, normas e valores do universo da família e do processo de trabalho que esta realiza. Disso resulta em grande parte os dilemas e as características diferenciadas dessa situação juvenil, tais como a ambivalência em relação ao trabalho agrícola, eventual herança do patrimônio familiar e à sucessão geracional na gestão de unidades produtivas. Deste modo, é possível reconhecer os jovens agricultores familiares como uma categoria sociológica em

suas particularidades possibilitando a análise das condições sociais, que conferem traços distintivos dessa situação juvenil e à construção de projetos profissionais. Com efeito, estes jovens vivem os dilemas que marcam a transição à vida adulta em meio as contradições e impasses que marcam as dinâmicas de reprodução e dissolução da agricultura familiar sob o capitalismo contemporâneo.

Os projetos profissionais dos jovens traduzem a avaliação que eles fazem do futuro na agricultura, de como percebem as possibilidades de reprodução das unidades de produção familiar e suas disposições para reproduzir o trabalho familiar. Entretanto isso não ocorre como manifestação da escolha ou desejo pessoal, mas, ao contrário é socialmente determinado. Os projetos dos jovens resultam da reflexão proveniente das experiências adquiridas na trajetória de vida dos jovens, assim como de uma percepção de seu campo de possibilidades demarcados por uma situação social de classe específica que condiciona a viabilidade de seus projetos. Ou seja, os projetos formulados por esses sujeitos surgem da interação de múltiplos fatores associados a uma situação juvenil concreta e peculiar.

Por situação juvenil entendemos uma forma particular da condição juvenil, que corresponde ao modo como a sociedade constitui e atribui significados às juventudes e posiciona os sujeitos na hierarquia sociais. No caso dos jovens, corresponde a uma posição dependente e subordinada aos adultos. Essa, por definição, é uma condição transitória que se busca superar com a passagem dos anos, a tal ponto que os pesquisadores da UNESCO como WAISELFISZ (2004) argumentam que a superação da subordinação e a conquista de autonomia constituem o eixo central da trajetória que os jovens deverão percorrer. Por sua vez, “a situação juvenil” diz respeito aos diversos percursos experimentados pela condição juvenil, ou seja, traduz as suas diversas configurações. Isso é, a descrição das experiências vivenciadas pelos jovens em suas diversas conjunturas e contextos sociais que estes jovens experimentam com base nos mais diversos recortes: de classe, gênero

e etnia. Esta é utilizada então para referir-se aos variados processos empíricos, condições conjunturais e particularizadas das múltiplas juventudes.

O desenvolvimento da pesquisa foi orientado por dois conjuntos de hipóteses. A primeira considerou que a situação juvenil na agricultura familiar no Recôncavo da Bahia tenderia à ser caracterizada por uma baixa autonomia material; por uma intensa socialização no processo de trabalho familiar agrícola e pelo predomínio de representações positivas sobre esta atividade. Em decorrência disso: a) em situações nas quais os jovens contem com maior autonomia material, eles elaborem projetos profissionais agrícolas; b) quanto maior a socialização do jovem no processo de trabalho familiar agrícola mais se constatará a incorporação de disposições necessárias para reproduzir este processo de trabalho; c) as avaliações positivas sobre o trabalho agrícola e do modo de vida dos pais colaboram para a elaboração de projetos profissionais agrícolas por jovens agricultores familiares. A segunda hipótese predisse que situação juvenil na agricultura familiar tenderia a ser diferenciada por gênero e geração, intervindo sobre os projetos profissionais de tal modo que: a) os jovens adultos do sexo masculino tenderiam a elaborar projetos de permanência na agricultura familiar; b) as mulheres jovens adolescentes buscariam projetos profissionais não-agrícolas.

Para desenvolver esse estudo foi construído um modelo analítico descritivo da situação juvenil que contempla as dimensões objetivas e subjetivas do fenômeno estruturado em quatro eixos: a) as condições materiais; b) os processos de socialização; c) as representações sociais e; d) os projetos juvenis. O conjunto de variáveis de cada eixo temático (Quadro 1) foi submetido a comparação por gênero e faixa etária dos jovens, uma vez que esses marcadores interveem na produção das disposições incorporadas e duradouras diferenciadas dentro de uma mesma situação. Com esse modelo foi possível realizar uma interpretação dialética, que torna visível as relações entre condições materiais e simbólicas, entre as estruturas e os processos de ação com efeitos sobre construção do objeto de estudo.

Quadro 1: Modelo Analítico Descritivo da Situação Juvenil na Agricultura Familiar

Dimensões Analíticas	Variáveis
Recursos Materiais	Acesso a terra
	Renda Agrícola
	Autonomia material
Processos de Socialização	Trabalho familiar agrícola
	Escolarização
	Sociabilidade juvenil
Representações Sociais	Trabalho (agrícola e não agrícola).
	Modo de vida dos pais.
	Autoidentificação
Projetos Juvenis	Projeto de escolarização
	Projeto profissional
	Projeto de vida

Fonte: Elaboração do Autor.

Os procedimentos adotados na condução dos dados correspondem aos propósitos de uma abordagem extensiva que visou assegurar condições de ampla representatividade e capacidade inferencial dos resultados. A unidade de análise correspondente à categoria dos jovens agricultores familiares foi estabelecida, com base no Censo Demográfico 2000 do IBGE, considerando-se os indivíduos na faixa de idade de 15 a 29 anos, por condição de ocupação na agricultura familiar. Esta última foi obtida selecionando-se entre os ocupados na agricultura os que se enquadram na situação de ocupação como: **conta própria; não-remunerado em ajuda a membro do próprio domicílio; trabalhador na produção para o próprio consumo.** O cálculo para a definição do tamanho da amostra foi realizado inicialmente tendo como referencia a unidade censitária da Micro Região de Santo Antônio de Jesus, como sendo representativa do Território do Recôncavo da Bahia. Ela foi dimensionada tendo por base um universo total de 43.737 pessoas ocupadas na Agricultura Familiar, sendo 15.503² jovens de 15 a 29

2 - Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2000).

anos. Sobre este universo, aplicou-se a fórmula para cálculo de amostras de Santos³ definindo-se um intervalo de confiança de 95%; com admissão de erro amostral de até 3,5% pontos percentuais para mais ou para menos. Desta maneira, pode ser estabelecida uma amostra formada por 164 casos. A Tabela 01 apresenta a estratificação a amostra representativa do universo de estudo por idade e sexo sobre o qual se realizou uma entrevista com base em um questionário padronizado.

Tabela 01: Entrevistados por idades e sexo.

idade/sexo	M	F	T
15-19	45	23	68
20-24	36	16	52
25-29	26	18	44
15-29	107	57	164

Fonte: Elaboração do Autor.

As informações obtidas com o questionário padronizado foram digitadas em planilha do *software* SPSS 11.5 (*Statistical Package for Social Sciences*). Para essa publicação realizamos o cruzamento entre as variáveis selecionadas e realizamos análise multivariada de dados qualitativos através de um método algébrico conhecido como análise de correspondência múltipla (ACM). Este procedimento permitiu identificar as variáveis com maior poder de diferenciar os entrevistados segundo suas categorias de resposta e identificar as relações entre estas através de uma representação gráfica.

Antes de proceder a apresentação adequada dos resultados obtidos com esses procedimentos, se fez necessário conhecer as características sociais e econômicas do Recôncavo da Bahia e a participação juvenil no volume da ocupação na agricultura familiar nesse território.

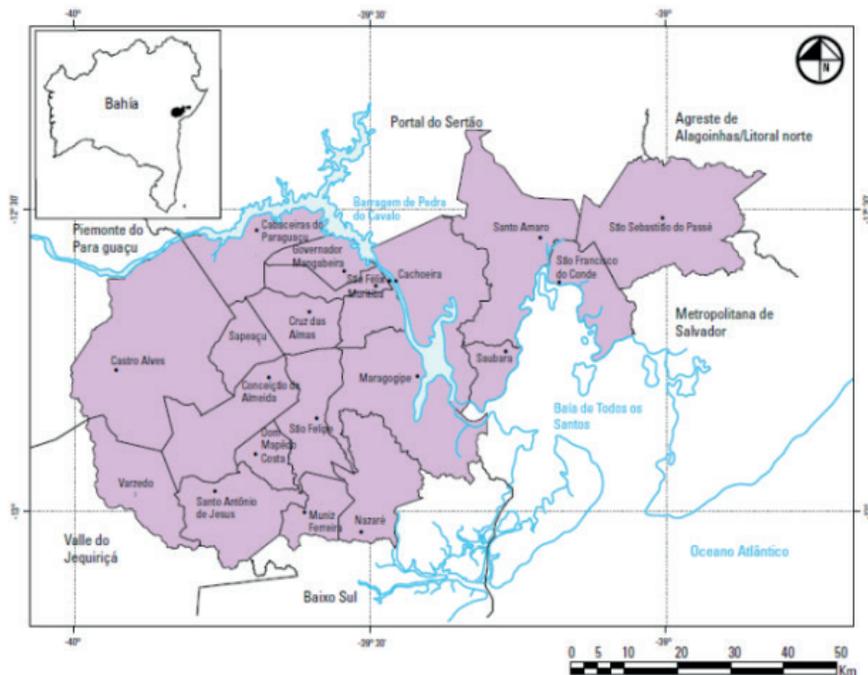
3- SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira. *Cálculo amostral*: calculadora on-line. Disponível em: <<http://www.glaubersantos.com/calculoamostral.html>>. Acesso em: [06/03/2011]

Ocupação agrícola no Recôncavo

O Recôncavo da Bahia é conhecido nacional e internacionalmente por seu patrimônio histórico e cultural, marcados pelo passado colonial e escravista que se revela na composição étnica de sua população, na arquitetura barroca, na religiosidade e na cultura popular. É reconhecido como o lugar de origem do Samba e do Candomblé. O Samba-de-Roda, por exemplo, reconhecido pela UNESCO em 2005 como Obra Prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade, tem origens por volta de 1860 nesta região.

Este território foi historicamente chamado de Recôncavo ainda pelos colonizadores portugueses para designar o arco ao redor da Baía de Todos os Santos. Consolidando-se desde então a denominação de Recôncavo da Bahia. Segundo a historiadora Katia Mattoso (1992, p. 51), recôncavo significa fundo da baía”. O Recôncavo baiano, porém, abrange terras adjacentes, ilhas e ilhotas indo vai além das parias por vales, várzeas e planaltos próximos ao mar. Este que se estende por quase trezentos quilômetros de águas tranquilas e quentes.

O Recôncavo encontra-se localizada ao norte e ao sul da capital da Bahia, Salvador e abrange a Baía de Todos os Santos e a região Metropolitana de Salvador. A Microrregião de Santo Antônio de Jesus, que é o universo desta pesquisa, também é desguada no âmbito das políticas estaduais de Território de Identidade do Recôncavo. Como pode ser observado na Figura 01, este tem como territórios limítrofes, o Baixo Sul, do Vale do Jiquiriça, do Piemonte do Paraguaçu, do Portal do Sertão, do Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte e da microrregião Metropolitana de Salvador. O território do Recôncavo é constituído de vinte e um municípios: Aratuípe, Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Conceição da Feira, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Saubara e Varzedo.

Figura 01: Mapa Território de Identidade Recôncavo

Fonte: SEI 2013

O Recôncavo possui uma área de 5.250,51 quilômetros quadrados e densidade demográfica de 2.599,47 habitantes por quilômetros quadrados. A população estimada do Recôncavo é de 576.658 habitantes, sendo que 180.633 residem no perímetro rural (SEI, 2009).

Entre seus municípios o de maior população total é Santo Antônio de Jesus, com 84.256 habitantes e o menor é Dom Macedo, com 3.809 habitantes. Maragogipe possui a maior população rural deste território, com 19.563 habitantes residentes. Saubara possui a menor população rural do território, com apenas 346 habitantes residentes na área rural. O município de Castro Alves possui a maior área, ocupando 762,98 Km² da área total deste território. O município de Dom Macedo Costa ocupa a menor área do referido território, com uma área de 93,22 Km² (SEI, 2009).

O Recôncavo da Bahia possui particularidades que colaboraram para a organização socioeconômica, por exemplo, a exploração colonial feita, sobretudo através do cultivo da cana-de-açúcar cuja base foi à agricultura do tipo plantation sustentada pelo trabalho escravo. O processo de ocupação da área de estudo se deu no século XVI, através do regime de sesmaria, – prática dos colonizadores portugueses para ocupação do território brasileiro – iniciando pelo litoral e aos poucos adentrando o território, nas áreas de tabuleiros, com a plantação da cana-de-açúcar e mais tarde o plantio de fumo, ainda proeminente na economia da microrregião de Santo Antônio de Jesus.

Foi a partir dessas relações sociais, marcadas pela exploração socioeconômica, cultural e ambiental, que se desenvolveram os pilares para a concentração fundiária e das desigualdades marcantes da realidade social deste território. Sobre seu traços principais o economista Fernando Pedrão (1997) aponta que:

Desde o século XVI, o Recôncavo tem sido uma região no sentido rigoroso da expressão, integrado pelos elementos da espacialidade e continuidade cultural, dados sucessivamente pelos usos de território da produção açucareira e fumageira (...) A unidade cultural foi dada pela produção escravagista em toda sua complexidade, compreendendo a produção açucareira e as demais formas de produção que lhe foram complementares ou, simplesmente, concomitantes (PEDRÃO, 1997, p. 228-229).

O Recôncavo, historicamente, foi reconhecido por seu potencial agrícola. No período da colonização esta região foi responsável pela produção da cana-de-açúcar. Em fins do século XIX a região dava grande contribuição a de exportação de produtos como açúcar, tabaco, algodão e café e de produtos de consumo interno da província como feijão, mandioca e cereais (MATOSO, 1992). Durante o ciclo canavieiro o Recôncavo foi a região mais rica da Bahia, contudo esta experimentaria crises recorrentes. A este respeito Mattoso salienta.

No tocante à cultura da cana-de-açúcar, o Recôncavo tinha três problemas a enfrentar: um, permanente, era representado pela estiagem ou o excesso de chuvas; os outros dois se manifestavam a longo prazo: o desgaste e o empobrecimento

do solo e o desmantelamento das propriedades, seja por partilha entre herdeiros, seja em decorrência de crises econômicas (MATTOSO, 1992, p. 161)

Estes problemas levaram ao declínio da produção da cana-de-açúcar. Com o fim do período açucareiro a região passaria a experimentar sucessivos processos de retração econômica.

A cana-de-açúcar que foi no período do Brasil colônia a principal atividade agrícola desta região, nos dias atuais está sendo cultivada em 12 dos 21 municípios do Recôncavo tem uma área plantada e colhida 5.178, sendo o município de Cachoeira o maior produtor, com área plantada e colhida de 1.500 hectares e o município de Varzedo tem a menor área plantada e colhida de 15 hectares (SEI, 2010).

Em tempos atuais, de acordo com dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) para o ano de 2006, o Produto Interno Bruto (PIB) do Recôncavo foi de R\$ 9.027,20 milhões. Este é composto por R\$208,88 milhões do setor agropecuário; R\$ 3.903,29 milhões da indústria e; R\$3.728,86 do setor de serviços.

Ainda conforme os dados da SEI (2009), o Recôncavo ocupa o sétimo lugar do estado na classificação do IDS (Índice de Desenvolvimento Social) e do INS (Índice do Nível de Saúde), está classificado no décimo lugar no INE (Índice do Nível de Educação), sexto lugar no ISB (Índice dos Serviços Básicos) e décima posição no IRMC (Índice da Renda Média dos Chefes de Família).

Atualmente a produção agropecuária do Recôncavo, incluindo-se lavouras temporárias e permanentes, representa 2,62% de participação no total do estado da Bahia. Sendo esta responsável por 5,21% da produção de aves e 2,33% da criação bovina no estado (SEI, 2009).

Dentre os produtos agrícolas os que são produzidos na maioria dos municípios do Recôncavo destacam-se a mandioca, o milho, o amendoim, o feijão em grão e o fumo, que são produções típicas da agricultura familiar.

Segundo o Anuário Estatístico da Bahia de 2010, a mandioca figura como o principal produto de cultura temporária cultivado no Recôncavo baiano. É o único produto cultivado em todos os municípios e, também é a

cultura temporária que ocupa a maior área plantada e colhida com 21.120 hectares. Maragogipe é o maior produtor, com área plantada e colhida 2.130 hectares e São Francisco do Conde é o menor, com total de área plantada e colhida de 50 hectares (SEI, 2010).

O fumo que também foi responsável pela produção de grande parte da riqueza desta microrregião, atualmente é cultivado em 11 municípios do Recôncavo ocupando uma área plantada e colhida de 3.123 hectares. Cabaceiras do Paraguaçu é o maior produtor, com área plantada e colhida de 1.270 hectares e São Félix é o menor produtor, com uma área de 1 hectare. (SEI, 2010).

O Recôncavo também tem como produtos cultivados de cultura permanente a banana, o cacau, o café, a castanha-de-cajú, o coco-da-baía, dendê (coco), a laranja, o limão, o mamão, a manga, o maracujá, a pimenta-do-reino e a tangerina. Dentre estes produtos os que são mais produzidos nos municípios do Recôncavo são, respectivamente, a banana, o coco-da-baía, a laranja e o maracujá (SEI, 2010).

A banana é produzida em todo o Recôncavo da Bahia, com área total plantada e colhida de 1.673 hectares. Santo Amaro é o maior produtor, com área 230 hectares plantada e colhida. Cabaceiras do Paraguaçu é o menor produtor, com área plantada e colhida com 8 hectares (SEI, 2010).

O coco-da-baía é cultivado em todos os municípios do Recôncavo, com área de 772 hectares plantadas e colhida. Maragogipe é o maior produtor, com 215 hectares plantadas e colhidas, Muniz Ferreira e Dom Macedo Costa são os menores, com área de 5 hectares plantadas e colhidas (SEI, 2010).

A laranja tem como maior município produtor Cruz das Almas e menor São Sebastião do Passe sendo cultivada em 18 municípios do Recôncavo, com uma área plantada e colhida de 8.740 hectares. No total são produzidos por ano 158.076 toneladas de laranja (SEI, 2010).

Na pecuária destacam-se a criação de bovinos, suínos, equinos, asininos, muares, coelhos, ovinos e caprinos. O rebanho com maior produção dentro do Estado é o de bovinos com 10.463.098 cabeças e com 18.339 aparece à produção de bubalinos com a menor quantidade entre eles; trazendo para o contexto do Recôncavo da Bahia a produção maior continua sendo a de bovinos, mas, a menor produção nessa região é de coelhos com 112 cabeças (SEI, 2010).

Distribuindo esses números dentro das cidades do recôncavo verifica-se que a produção de bovinos é a mais elevada em todas as cidades destacando o município de Castro Alves com 36.822 cabeças e Saubara com a menor produção: 976 cabeças. Assim, dentro da atividade pecuária sobre tais cidades é consideravelmente efetiva a criação de gado, se tornando um das principais atividades realizadas pela população pecuarista do Recôncavo (SEI, 2010).

É possível observar que nos últimos anos a criação de aves no Recôncavo vem sendo ampliada. Isso pode ser explicado pela chegada de grandes empresas deste ramo nesta região. Assim, antigas fazendas que até então dedicavam-se exclusivamente a criação bovina passaram a implantar aviários para produção integrada a agroindústria. Observa-se na região que a principal fonte desta produção tem como base a mão de obra assalariada, diferenciando-se a avicultura praticada no Recôncavo da que se observa em outras regiões do país. A ocorrência de uma avicultura praticada por agricultores não familiares se explica principalmente pelos elevados custos dos investimentos necessários a esta produção, os quais são incompatíveis com as condições econômicas da maioria dos agricultores familiares da região.

No Recôncavo a mão de obra encontra-se ocupada principalmente no setor de serviços, com destaque para o comércio, seguido da construção civil e da Indústria (SEI, 2009).

A ocupação na agricultura no estado da Bahia corresponde a 1.425.397 pessoas. Estas estão distribuídas entre agricultura familiar, com 894.480 pessoas ocupados e 530.917 pessoas ocupados na agricultura não familiar. Entre os ocupadas na agricultura familiar, 279.530 são jovens de 15 a 29 anos de idade, o que corresponde a 31,25% do total dos ocupados nesta atividade no estado da Bahia.. (IBGE, 2000)⁴.

Tomando a unidade censitária da Microrregião de Santo Antônio de Jesus, obtemos a Tabela 02. Observa-se que esta conta com 59.039 pessoas ocupadas na agricultura. Sendo que 43.737 estão ocupados na agricultura familiar e 15.302 estão ocupadas na agricultura não familiar. Estes dados indicam que 64,6% da ocupação agrícola da microrregião se dá no âmbito da agricultura familiar.

4- Fonte. IBGE, 2000. Microdados da Amostra.

Tabela 02: Microrregião de Santo Antônio de Jesus - ocupados na agricultura familiar e não familiar, segundo faixa etária e sexo.

Faixa Etária	Ocupação na atividade agrícola	Sexo		Total
		Homem	Mulher	
7 a 14 anos	Agricultura não familiar	289	41	330
	Agricultura familiar	2.760	1.608	4.368
	Total	3.049	1.649	4.698
15 a 19 anos	Agricultura não familiar	1.624	246	1.870
	Agricultura familiar	4.339	2.139	6.478
	Total	5.963	2.385	8.348
20 a 24 anos	Agricultura não familiar	1.941	282	2.223
	Agricultura familiar	3.334	1.552	4.886
	Total	5.275	1.834	7.109
25 a 29 anos	Agricultura não familiar	1.839	422	2.261
	Agricultura familiar	2.467	1.672	4.139
	Total	4.306	2.094	6.400
30 a 44 anos	Agricultura não familiar	3.837	1.293	5.130
	Agricultura familiar	6.096	4.716	10.812
	Total	9.933	6.009	15.942
45 a 59 anos	Agricultura não familiar	2.314	580	2.894
	Agricultura familiar	4.323	3.531	7.854
	Total	6.637	4.111	10.748
60 a 74 anos	Agricultura não familiar	451	104	555
	Agricultura familiar	2.812	1.561	4.373
	Total	3.263	1.665	4.928
75 anos e mais	Agricultura não familiar	30	9	39
	Agricultura familiar	627	200	827
	Total	657	209	866
Total	Agricultura não familiar	12.325	2.977	15.302
	Agricultura familiar	26.758	16.979	43.737
	Total	39.083	19.956	59.039

Fonte: IBGE, Microdados da amostra do Censo 2000.

Considerando a faixa etária da população ocupada na agricultura verifica-se que o maior contingente é formado por pessoas de 30 a 44 anos de idade. Os jovens de ambos os sexos totalizam 15.503 pessoas ocupadas na agricultura familiar o que corresponde a 35,4% do total desta ocupação. Entre estes a participação maior se dá na faixa etária de 15 a 19 anos de idade com 6.478 ocupados. Os jovens com 20 a 25 anos de idade somam 4.886 agricultores familiares e os jovens de 25 a 29 anos de idade chegam a 4.139 ocupados na agricultura familiar.

Uma vez verificadas as características marcantes do território e o volume da ocupação na agricultura familiar passamos a apresentar o perfil dos jovens entrevistados.

Perfil da amostra

A composição da amostra de jovens teve como referência os percentuais de participação juvenil na agricultura familiar. Assim os quantidades de entrevistados seguiram critérios de representatividade. Segundo esse critério de estratificação do público-alvo da pesquisa, a distribuição etária da população entrevistada é composta em 41,5% de 15 a 19 anos, em 31,7% de 20 a 24 anos e por 26,8% com idades entre 25 a 29 anos. Entre os jovens do sexo masculino, 42,1% tem 15 e 19 anos, 33,6% de 20 a 24 anos e 24,3% de 25 a 29 anos de idade. Entre as mulheres, 40,4% tem de 15 a 19 anos de idade, 28,1% de 20 a 24 anos e 31,6% de 25 aos 29 anos (Tabela 03).

Tabela 03. Cruzamento das faixas etárias por sexo dos entrevistados (f e %).

FAIXA ETÁRIA DO ENTREVISTADO:		SEXO:		Total
		Masculino	Feminino	
De 15 a 19 anos de idade.	f	45	23	68
	%	42,1%	40,4%	41,5%
De 20 a 24 anos de idade.	f	36	16	52
	%	33,6%	28,1%	31,7%
De 25 a 29 anos de idade.	f	26	18	44
	%	24,3%	31,6%	26,8%
	f	107	57	164
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012

Analisado a composição da amostra por estado civil (Tabela 04), entre os 164 jovens entrevistados 81,7% se declaram solteiros, enquanto 18,3% se declaram casados. Dos 107 jovens homens entrevistados 83,2% são solteiros, enquanto 16,8% se declaram casados. Entre as 57 jovens mulheres entrevistadas temos 78,9% de solteiras e 21,1% de casadas.

Tabela 04: Estado civil dos jovens por sexo (f e %)

			SEXO:		Total
			Masculino	Feminino	
QUAL SEU ESTADO CIVIL?	Solteiro	f	89	45	134
		%	83,2%	78,9%	81,7%
	Casado	f	18	12	30
		%	16,8%	21,1%	18,3%
Total		f	107	57	164
		%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

A maioria dos jovens entrevistados (75,6%) não tem filhos. Entre os homens 21,% são pais e entre as mulheres 29,8% tem filhos (Tabela 05).

Tabela 05: Jovens com filhos por sexo (f e %).

			SEXO:		Total
			Masculino	Feminino	
VOCÊ TEM FILHOS?	Sim	f	23	17	40
		%	21,5%	29,8%	24,4%
	Não	f	84	40	124
		%	78,5%	70,2%	75,6%
Total		f	107	57	164
		%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

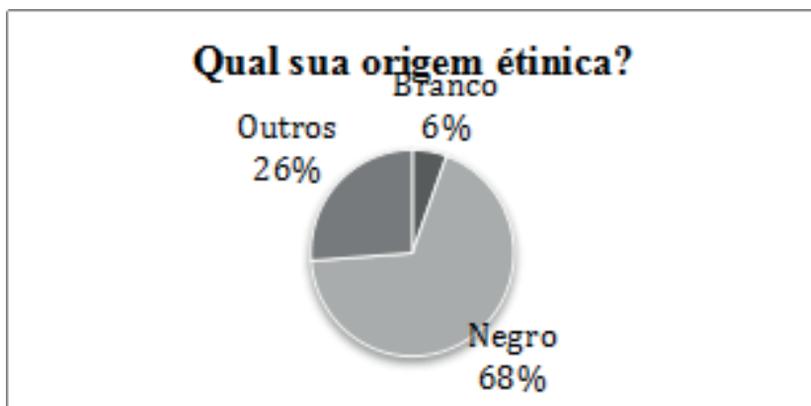
Os jovens agricultores entrevistados fazem parte de famílias nucleares com uma média de 4,7 pessoas. As menores famílias são formadas por duas pessoas, e as maiores chegam a ter 12 membros. Observa-se na Tabela 06 que 70,1% dos jovens estão em famílias com até cinco pessoas.

Tabela 06. Distribuição do número de integrantes das famílias dos entrevistados.

		Frecuencia	Porcentaje	Porcentaje válido	Porcentaje acumulado
Válidos	2	18	11,0	11,0	11,0
	3	23	14,0	14,0	25,0
	4	33	20,1	20,1	45,1
	5	41	25,0	25,0	70,1
	6	28	17,1	17,1	87,2
	7	8	4,9	4,9	92,1
	8	9	5,5	5,5	97,6
	9	2	1,2	1,2	98,8
	11	1	,6	,6	99,4
	12	1	,6	,6	100,0
	Total	164	100,0	100,0	

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

O Gráfico 01 apresenta a resposta para a autoidentificação étnica dos entrevistados. Percebe-se que a amostra é formada principalmente por jovens que se definem como negros (68%) enquanto 6% se definem como brancos. Houve uma série de outras denominações como “brasileiro”, “moreno”, “pardo”, “mulato” e “mestiço”, que foram agrupados compondo 26% da amostra.

Gráfico 01. Auto identificação étnica.

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Por fim é necessário citar que 100% dos entrevistados eram residentes da zona rural de seus respectivos municípios. Isso confirma que nessa região os jovens agricultores são residentes rurais, mas não quer dizer que todos os residentes rurais do Território sejam agricultores.

Os resultados mais relevantes do estudo são apresentados no na sequência dessa obra. De maneira geral, a organização final do livro acompanha a estrutura do modelo analítico da situação juvenil apresentada a cima. Essa é antecedida, no próximo capítulo, pela exposição do marco teórico que baliza a categoria sociológica dos jovens agricultores familiares, discorrendo sobre a definição de agricultura familiar, a sua relação subordinada ao modo de produção capitalista, o conceito de processo de trabalho familiar agrícola sobre a qual se assenta categoria dos jovens agricultores familiares. No Capítulo 3 são analisadas as condições materiais dos jovens na agricultura familiar do Recôncavo. Tomando por referência as unidades de produção familiar são trazidas informações sobre a condição fundiária as formas de integração mercantil das unidades de produção familiar (UPF), as rendas agrícolas das famílias e o acesso dos jovens a ela, a analisamos ainda o índice autonomia material dos jovens. No Capítulo 4 discute os processos de socialização dos jovens, a partir da revisão conceitual do tema são analisadas a participação no trabalho familiar agrícola, na escolarização formal e as práticas de lazer que configuram as formas de sociabilidade juvenil. No Capítulo 5 são analisadas as representações sociais dos jovens sobre o trabalho agrícola, o modo de vida dos pais e suas formas de auto-identificação onde igualmente dados empíricos são interpretados a luz da teoria subjacente. No Capítulo 6 são examinados os projetos juvenis. Este referem-se aos projetos de escolarização, de profissão e de vida formulados pelos jovens. Tendo como eixo esse conceito central do iluminismo e sua perspectiva emancipacionista são analisadas relações entre os projetos profissionais e as múltiplas dimensões da situação juvenil. Reservamos as considerações finais dessa obra para apresentar a síntese dos resultados e um balanço dos seus alcances e descoramentos.

Agricultura Familiar e Juventude

O propósito deste capítulo é apresentar os marcos conceituais que sustentam a noção de agricultura familiar. Isto permitirá posicionar os jovens agricultores familiares no espaço de relações sociais de produção, o que lhes confere sentido e especificidade como categoria social e analítica. Primeiramente são apresentadas de modo sintético as transformações no debate brasileiro a fim de demonstrar como a agricultura familiar vai ganhando legitimidade. Na sequência, discutem-se as articulações entre o modo de produção capitalista e as formas familiares de produção agrícola a fim de apontar a pertinência teórica desta categoria. O argumento defendido é que a expansão das relações mercantis e da subordinação do trabalho ao capital levariam à dissolução das sociedades camponesas e colaborariam para emergência da agricultura familiar. Em seguida, discute-se como este segmento realiza um processo de trabalho *sui generis* no capitalismo, que se realiza a partir de relações familiares. Isto implica a caracterização do processo de trabalho familiar agrícola e sua articulação indissociável com as dinâmicas de reprodução social da agricultura familiar. Estes aspectos formam a infraestrutura sobre a qual se configura a situação juvenil na agricultura familiar, de tal modo que os jovens agricultores familiares podem ser percebidos como uma categoria social específica devido às peculiaridades da socialização no processo de trabalho familiar agrícola.⁵

Sobre a Agricultura Familiar

A agricultura familiar é uma denominação que emerge com força entre os estudiosos brasileiros a partir da década de 1990. Busca-se demonstrar como esta categoria é adequada para interpretar a produção familiar no contexto de domínio do modo de produção capitalista na agricultura.

5 - A revisão teórica e conceitual apresentada neste capítulo foi extraída de Weisheimer (2009).

Este tópico encontra-se organizado em duas partes: a primeira se propõe a apresentar as transformações ocorridas no debate brasileiro sobre o tema; a segunda a discutir as implicações das relações capitalistas sobre as formas familiares de produção agrícola.

Agricultura familiar em debate

De meados dos anos de 1950 até o final da década de 1960, os debates realizados sobre “a questão agrária brasileira” buscavam explicar, do ponto de vista da economia política e da história, o caráter do desenvolvimento capitalista no Brasil, tendo como base principal o referencial marxista clássico. Nesses estudos, o termo “campesinato” abrangeria um conjunto de diferentes tipos de produtores minifundiários caracterizados pela produção de subsistência, que apareciam em oposição ao latifúndio. Minifúndio e latifúndio correspondiam às categorias que conformavam a estrutura agrária brasileira. As relações que se estabeleciam entre elas levaram a interpretações que as caracterizavam como “resquícios feudais” no campo brasileiro. Esta opinião alicerçava-se em duas ideias. A primeira apontava para o fato de que o trabalho agrícola encontrava-se imobilizado, não se constituindo em mercadoria, devido aos vínculos personalistas e clientelistas que se estabeleciam entre grandes proprietários fundiários e lavradores dependentes, situação que ficou conhecida como coronelismo. A segunda correspondia ao entendimento de que, sob estas condições de monocultura para exportação, não se desenvolvia internamente a integração ao mercado capitalista, de consumo, de crédito e de produtos. Deste modo, a ênfase destes estudos recaía na ideia de que a agricultura, tal como estava organizada no país, representava um obstáculo ao desenvolvimento capitalista no Brasil.

A voz discordante das tese feudal foi de Caio Prado Jr. que, desde o final da década de 1940, se opusera à interpretação feudal do campo brasileiro, o que ficaria explícito em *A Revolução Brasileira*. **Para esse autor**, o dualismo agrário no Brasil era resultado do tipo de capitalismo dependente aqui desenvolvido. De um lado, o latifúndio se constituía como uma “exploração agromercantil” que explorava a mão de obra dos trabalhadores sem acesso a

terra para “o fornecimento em larga escala de produtos primários aos mercados europeus” (PRADO JÚNIOR, 1969, p. 11). De outro, o campesinato descrito como “pequenos produtores que trabalham por conta própria em terras suas ou arrendadas” (PRADO JÚNIOR, 1969, p. 15), estava “voltado para a produção de gêneros de subsistência da população” (PRADO JÚNIOR, 1969, p. 13) e convertia-se, aceleradamente, em uma forma de “assalariamento disfarçado”; portanto, constituía-se como proletariado rural (PRADO JÚNIOR, 1978)

.Apesar dos diferentes enfoques nos debates realizados entre os marxistas sobre a questão agrária brasileira, conforme destacam Maria Estela Grossi Porto e Deis Elucy Siqueira (1994), o importante é reter que, nesse período, a categoria analítica de campesinato está carregada de conteúdo político e ideológico, visto que a preocupação era identificar seu papel no desenvolvimento capitalista e na revolução socialista.

Os anos de 1960 e 1970 foram marcados pela intensificação das políticas de “modernização da agricultura”, o que significou a implementação de inovações tecnológicas promovidas através do apoio do Estado. Além de aumentos nos índices de produtividade agrícola, esse processo resultou em novas formas de organização da produção e relações sociais no campo. Seu modelo de desenvolvimento apontava para a sociedade urbano/industrial, sendo o rural sinônimo de arcaico. Enfatizava também a necessidade de libertar o camponês das antigas relações pré-capitalistas de trabalho no campo, mas o fez às custas de um enorme êxodo rural. Isto porque esta modernização foi incapaz de resolver o problema da concentração da propriedade da terra; à qual permanecem subordinados os trabalhadores rurais, limitando a qualidade de vida das populações do campo e da cidade.

Na década de 1970, houve um deslocamento neste debate, com a emergência da noção de *pequeno produtor*. Sua crescente utilização, segundo Porto e Deis Siqueira, deve-se a dois tipos de processos:

[...] por um lado as transformações políticas no Estado brasileiro, implicando, entre outras coisas, na desarticulação de vários grupos e de movimentos organizados, entre os quais destacava-se, no contexto dessa reflexão, o das Ligas Camponesas. Por outro, a conformação de um modelo de desenvolvimento assentado em políticas de cunho

modernizante e que, em termos da agropecuária, traduziu-se no que convencionou-se identificar como modernização conservadora (PORTO & SIQUEIRA, D. 1994, p. 79).

O termo *pequena produção* contribuiu para demarcar uma conotação menos politizada do que a noção de *campesinato*. A utilização desta denominação apresentou-se enquanto categoria operacional, associada, mais diretamente, à caracterização de realidades imediatamente empíricas dos grupos estudados. Este termo receberia, ao longo da década de 1980, o acréscimo de outras duas noções: “integração” e “exclusão”, que demarcavam a forma de relação estabelecida com o capital, notadamente o industrial (complexo agroindustrial). Contudo, a noção de camponês não deixou de ser utilizada. Sólidas pesquisas foram realizadas na segunda metade dos anos 1970, buscando articular ambas as categorias, principalmente fazendo uso da formulação chayanoviana de *modo de produção camponês*, visto como processo de trabalho indiretamente subordinado ao capital.⁶

Na década de 1980, o debate prosseguiu incorporando as transformações econômicas e tecnológicas presentes na agricultura brasileira. Predominaram assim as discussões em torno do grau de “integração” e “exclusão” das pequenas propriedades em relação aos complexos agroindustriais. Consideravam-se como integrados os agricultores que tinham sua produção agrícola voltada às demandas da agroindústria e do mercado consumidor. Por sua vez, os agricultores excluídos eram aqueles cuja produção não estava voltada aos complexos agroindustriais e que não haviam incorporado os processos de modernização agrícola (PORTO & SIQUEIRA, D. 1994). Outra novidade deste período é a emergência de novos atores e movimentos sociais no campo. Destacam-se as questões trazidas pela retomada das lutas pela reforma agrária e pelo reconhecimento dos direitos sociais e trabalhistas para as mulheres, como produtoras rurais.

Foi apenas no final dos anos 1980, num trabalho realizado por Ângela Kageyama e Sônia Bergamasco, que pesquisadores brasileiros fizeram

6 - Destacam-se como principais referências no âmbito destes estudos os trabalhos de Garcia Jr. (1983) Heredia (1983); e Tavares dos Santos (1984).

uso do volume do trabalho assalariado por estabelecimentos agropecuários como critério de classificação. As autoras constataram que a agricultura com base no trabalho familiar representava mais de 70% dos estabelecimentos agrícolas no Brasil (KAGEYAMA; BERGAMASCO, 1989). O termo “agricultura familiar” ganharia legitimidade a partir dos anos 1990, através de um processo que envolve questões acadêmicas e políticas.

No âmbito acadêmico, foram pioneiros nos estudos da agricultura familiar os trabalhos de José Eli da Veiga (1991) e Ricardo Abramovay (1998)⁷, assim como o estudo internacional realizado pela equipe liderada por Hughes Lamarche (1993, 1998), que contou com a participação dos sociólogos brasileiros Anita Brumer, Guislaine Duque, Fernando Antonio Lourenço e Maria Nazaré Baudel Wanderley. Estes estudos conferiram um estatuto teórico à categoria de agricultura familiar, dando visibilidade a esta forma social de agricultura. Segundo Sérgio Schneider (2003), o grande mérito destes trabalhos foi o de terem revelado que a agricultura familiar correspondia a uma forma social reconhecida e legitimada na maioria dos países desenvolvidos, onde a estrutura agrária é majoritariamente composta por explorações nas quais o trabalho da família assume uma importância decisiva. Ainda conforme Schneider (2003), a distinção entre campesinato e agricultura familiar presente particularmente no trabalho de Ricardo Abramovay vem exercendo grande influência nos estudos nacionais por conferir maior valor heurístico e conceitual à agricultura familiar como objeto sociológico, superando a falsa dicotomia em torno do caráter tradicional *versus* moderno ou capitalista *versus* camponês que caracterizou o debate precedente.

No campo político, primeiramente, o termo emerge como categoria-síntese utilizada pelos movimentos sociais do campo, especialmente o sindicalismo rural ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Estas organizações, no início da década de noventa, usam o termo para fazer a defesa de seus interesses frente à constituição do Mercosul. Depois, ao longo da década

7 - Cujas teses intituladas “De camponeses a agricultores - paradigmas do capitalismo agrário em questão” foi defendida em 1990 e publicada pela primeira vez em 1992.

da, ele é utilizado nas mobilizações anuais do “Grito da Terra”,⁸ para agrupar um amplo leque de movimentos que reivindicam políticas de preços e de crédito diferenciadas para os agricultores familiares (SCHNEIDER, 2003).

Merece destaque ainda o convênio FAO/INCRA, em 1994, coordenado por Carlos Guanziroli que compara o desempenho econômico entre a agricultura familiar e a agricultura patronal, mostrando a superioridade econômica da primeira, apesar de esse modelo dispor de menor acesso a terra e a crédito. Este estudo identificou três categorias de agricultores familiares: a) familiar consolidada, integrada ao mercado; b) familiar de transição e c) familiar de subsistência ou periférica, mostrando principalmente que esta não era formada por um público homogêneo. Este relatório embasou a proposição de instrumentos de apoio à agricultura familiar, servindo de base para a elaboração do PRONAF. Assim, o termo adquire legitimação institucional, sendo incorporado pelo Estado ao criar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996.⁹ Esse processo de consolidação da agricultura familiar como categoria política atinge um novo grau de institucionalização em 2006, com a sanção presidencial da Lei 11.322/06, que estabelece a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Com ela, a agricultura familiar passa a ser reconhecida como um segmento produtivo e adquire estatuto legal.¹⁰

8 - Com a intensificação das lutas sindicais dos agricultores, aproximação e definição de estratégias de mobilização conjuntas por parte da CONTAG e do Departamento dos Trabalhadores Rurais da CUT (DNTR/CUT), ganham destaque as Jornadas Nacionais de Lutas que, a partir de 1995, passariam a ser conhecidas como “Grito da Terra”. Ainda em 1993, estas organizações apresentaram ao governo presidido por Itamar Franco uma proposta de crédito de investimento subsidiado para os agricultores familiares que destacava a necessidade de um programa que contemplasse a diversidade existente no interior da agricultura brasileira. Atendendo a esta reivindicação, foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP) no âmbito do Ministério da Agricultura e do Abastecimento. O PROVAP era fundamentalmente uma linha de crédito voltada a atender os agricultores familiares com juros baixos (de 4% a.a., sem correção monetária).

9 - Em 1995, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, o PROVAP passa a ser reformulado. Essas modificações resultariam no Decreto Presidencial n. 1.946 de 28 de junho de 1996, que institui o PRONAF no âmbito do Ministério da Agricultura. Conforme este decreto, o PRONAF surge tendo como objetivo geral “propiciar condições para o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e a ampliação do exercício da cidadania por parte dos agricultores familiares”.

10 - Conhecida como Lei da Agricultura Familiar, foi aprovada pelo Congresso Nacional em 4 de julho de 2006. A lei define os conceitos da agricultura familiar e do agricultor familiar e prevê a descentralização – com a participação de Municípios, Estados, Governo Federal e produtores rurais – no desenvolvimento e na gestão dos programas agrários. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em: 29 jul. 2006.

É possível constatar neste debate que há uma relação entre as transformações por que passa o objeto de estudo e os confrontos e as reorientações teóricas que o subsidiaram, cujo resultado, até o presente, é a consolidação da categoria agricultura familiar. Contudo, considerando a diversidade das formas empíricas em que se manifesta, esta permanece como uma categoria bastante genérica. Isto porque, como indicou Lamarche, “a exploração familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda a diversidade” (LAMARCHE, 1993, p. 18). Ainda é tarefa o aprimoramento desta construção analítica, uma vez que a combinação entre terra, trabalho e família assume uma grande diversidade de formas sociais. A seguir, examina-se como esta categoria se forja a partir das articulações entre agricultura e capitalismo.

Capitalismo e agricultura Familiar

Discute-se agora como as dimensões promovidas pelo modo de produção capitalista envolvem a agricultura, transformando as relações de produção camponesas sem dissolver o processo de trabalho familiar na agricultura. Neste sentido, a primeira questão que se impõe é estabelecer o caráter deste modo de produção.

Conforme Karl Marx (1968, 1985, 2004), o que define o caráter de um modo de produção¹¹ é a articulação existente entre as forças produtivas e as relações sociais de produção. Essa articulação visa a assegurar a própria reprodução do modo de produção. Com isso, podemos dizer que os modos de produção até hoje existentes se definem pela presença de classes sociais complementares e antagônicas que resultam da articulação entre determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas e suas correspondentes relações sociais de produção.

11-O conceito de modo de produção em Marx aparece qualificado por algum termo como, escravista, feudal ou capitalista. Isso ocorre porque, em sua análise, Marx não aborda a produção em geral, mas se refere sempre à produção em um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas da humanidade. Além disso, é importante considerar que este conceito não se reduz a uma interpretação econômica da sociedade, ou seja, ao processo de produção de bens materiais. Outrossim, trata-se de uma ferramenta teórica que inclui outros níveis de realidade social, como o jurídico, o político e o ideológico, que figuram no plano da superestrutura da sociedade. Ou seja, o modo de produção é um conceito que permite pensar a totalidade social.

No capitalismo, este processo implica o fato de que: a) todo produto social toma a forma de mercadorias (e não apenas uma fração exedente); b) a própria força de trabalho é uma mercadoria; c) o capital, que é uma relação social, cristaliza-se em meios de produção que são também mercadorias. Este processo possibilita a extração da mais-valia como apropriação privada do valor gerado pelo trabalho social e potencializa a circulação do capital em base ampliada. Ou seja, conforme expõe Karl Marx, o que define o capitalismo não é simplesmente a produção de mercadorias, mas, precisamente, o fato de que: “1) As mercadorias são produto do capital; 2) a produção capitalista é a produção de mais-valia 3) é, no fim de contas, produção e reprodução do conjunto da relação, e é através disso que este processo imediato de produção se caracteriza como especialmente capitalista” (MARX, 2004, p. 37).

Com base nesta definição geral, os camponeses aparecem na teoria marxista como uma “exploração parcelar”¹², ou seja, que produz em uma parcela restrita de terras e que estão integrados parcialmente ao processo de divisão social do trabalho. A maior parte de sua produção é utilizada como meio de subsistência, logo, possui apenas valor de uso e não valor de troca, ao contrário do agricultor, que depende totalmente da venda de seu produto, que é mercadoria.

Os camponeses, como trabalhadores e proprietários dos meios de produção, configuravam uma situação atípica no capitalismo, sendo percebidos como resquícios de um modo de produção pré-capitalista. Assim, são descritos como uma forma de “produção simples de mercadorias”,¹³ uma vez que eles não correspondem propriamente a nenhuma das três classes fundamentais do capitalismo na agricultura: o capitalista industrial, o pro-

12-“A exploração parcelar não tem como barreira o lucro médio do capital, ainda que o camponês seja um pequeno capitalista, nem a necessidade de renda, ainda que ele seja um proprietário de terra. Sendo ele um pequeno capitalista, o único limite absoluto é constituído pelo salário que ele atribui a si mesmo, feita a dedução de suas despesas propriamente ditas” (MARX, 1985, p.185).

13 - Este conceito está presente na perspectiva neomarxista de Harriet Friedmann (1978) para a análise da reprodução das formas familiares na agricultura que estariam organizadas com base em relações sociais específicas segundo a qual “a condição básica para a reprodução da produção simples é a contínua recriação da integridade da unidade familiar como unidade de produção e consumo pessoal” (FRIEDMANN apud SCHNEIDER, 2003, p. 56).

prietário fundiário e o trabalhador agrícola assalariado. A cada uma delas corresponderia, respectivamente, uma das três formas de divisão do valor: o lucro, a renda da terra e o salário.¹⁴

Percebe-se que, apesar da aliança entre capitalista e proprietário fundiário, o segundo possui, na propriedade do solo (condição para a renda absoluta), na diversidade natural dos tipos de solo (condição para a renda diferencial), um título que lhe permite embolsar uma parte dessa mais-valia, para a qual ele não contribui nem para dirigir nem para criar. Por isto, acrescenta Marx, o capitalista considera o latifundiário como uma mera excrescência, um parasita e mesmo um entrave para a produção capitalista (MARX, 1985; AMIN, 1977; ROSDOLSKY, 2001). Esse processo é geral e dominante no capitalismo, mas não pode ser considerado como homogêneo. Há toda uma série de arranjos específicos, estruturais e conjunturais, na expansão e dominação das relações capitalistas na agricultura que Marx não considerou.¹⁵

Para os propósitos deste estudo, encontra-se na obra do economista russo Alexander Chayanov (1974, 1981) uma análise apurada da interação entre capitalismo e agricultura que se realiza com base no trabalho familiar. Sua perspectiva teórica buscou integrar as vertentes da economia política

14- Marx tomou como parâmetro para sua análise do capitalismo na agricultura o caso inglês. No Capítulo XXIV do volume. 1 de O Capital, ele descreve “A chamada acumulação primitiva”, ponto de partida do regime capitalista de produção. No item 2, analisa “Como foi expropriada a terra da população rural”: Os antigos senhores feudais valeram-se de seu poder e iniciaram o processo de cercamento dos campos, com vista à criação de ovelhas para a nascente indústria de lã, expulsando os camponeses que as utilizavam para seus cultivos. Também a reforma religiosa impulsionou um violento processo de expropriação da maioria do povo que vivia em posses feudais da Igreja. A revolução gloriosa declarou a nova era de saque dos terrenos de domínio público e bens comunais. Com a lei do cercamento das terras comunais, transformando-as em propriedade privada sem conceder nenhuma indenização aos camponeses expropriados. A terra, que era um bem, coletivo transforma-se em propriedade privada: “Com estos métodos se abriu paso a la agricultura capitalista, se incorporo el capital a la tierra y se crearon los contingentes de proletários libres y privados de medios de vida que necesitaba la industria de las ciudades” (MARX, 1973, p. 624)

15- Aqui é interessante estabelecer uma distinção entre modo de produção e formação social. O conceito de formação social é utilizado para designar uma totalidade social concreta e historicamente determinada, com suas diferenciações internas, ou seja, refere-se ao conjunto da sociedade, a qual possui uma dupla dimensão: a da infra-estrutura e a da superestrutura. Esse conceito é concernente às realidades complexas e impuras (diferentemente do conceito de modo de produção). Uma formação social corresponde a uma totalidade social que guarda em seu interior diferentes estágios de desenvolvimento das forças produtivas e distintas relações sociais de produção, bem como diferentes processos de trabalho (WEISHEIMER, 2008, p. 163).

de Marx com as diretrizes da escola marginalista (econômica neoclássica) produzindo uma teoria econômica do campesinato com ênfase na micro-economia. Este autor parte do que chamou de *modo de produção camponês* (não-capitalista) cujas unidades elementares são formadas por famílias simultaneamente proprietárias dos meios de produção, realizadoras do trabalho e gestoras do empreendimento produtivo. Tais unidades estariam, principalmente, voltadas a suprirem suas demandas internas e comercializariam apenas a fração excedente dos produtos.

Para Chayanov, a unidade de análise fundamental era a família camponesa, considerada como uma totalidade cujo trabalho ele percebeu como indivisível. Ou seja, a família camponesa correspondia a uma unidade de força de trabalho e de consumo centrada em um casal e seus filhos, aos quais podem ser agregados outros membros e cujo esforço se dirige ao que ele descreveu como balanço entre a capacidade de trabalho e a necessidade de consumo buscando alcançar o *grau ótimo de exploração*. Conforme apontou este autor:

Uma análise mais profunda indica o seguinte: o produto do trabalho indivisível de uma família, e, por conseguinte, a prosperidade da exploração familiar, não aumenta de maneira tão marcante quanto o rendimento de uma unidade econômica capitalista influenciada pelos mesmos fatores, porque o camponês trabalhador, ao perceber o aumento da produtividade do trabalho, inevitavelmente equilibrará os fatores econômicos internos de sua granja, ou seja, com menor auto-exploração de sua capacidade de trabalho. Ele satisfaz melhor as necessidades de sua família, com menor dispêndio de trabalho, e reduz assim a intensidade técnica do conjunto de sua atividade econômica (CHAYANOV, 1981, p. 141).

Depreende-se dessa passagem que o caráter indivisível do resultado do trabalho familiar constitui-se na dimensão fundamental para a compreensão da família camponesa. A produção é o retorno da atividade de toda a família, fator este que pode liberar força de trabalho para fora da unidade familiar quando parte dela for excedente, ou introduzir mudanças no padrão tecnológico como estratégia para compensar a escassez de força de trabalho. Chayanov (1974) parte da premissa de que a família tem o controle sobre o próprio trabalho e sobre o processo produtivo que realiza, sendo capaz

de definir as melhores estratégias visando à satisfação de suas necessidades com o menor grau de auto-exploração do trabalho. É deste pressuposto que emerge a ideia de que há uma dimensão subjetiva que molda o perfil camponês de seu tempo. De tal modo que:

A familia campesina trata de cubrir sus necesidades de la manera más fácil y, por lo tanto, pondera los medios efectivos de producción y cualquier otro objeto al cual puede aplicarse su fuerza de trabajo, y la distribuye de manera que brida una remuneración elevada. De esta manera, es frecuente que, al buscar la retribución más alta por unidad doméstica de trabajo, la familia campesina deje sin utilizar la tierra y los medios de producción de que dispone si otras formas de trabajo le proporcionan condiciones más ventajosas (CHAYANOV, 1974, p. 120).

Nota-se que, da centralidade da família como promotora do esforço de trabalho e detentora da propriedade e definidora das necessidades de consumo, decorre a importância da evolução de sua composição demográfica, como um elemento chave do próprio processo de transformação interno da unidade família/estabelecimento, o que Chayanov (1981) denominou “diferenciação demográfica”. Ou seja, no ciclo de desenvolvimento da família ocorre uma alteração entre o número de consumidores e o de produtores, promovendo uma diferenciação relativa na composição interna do grupo doméstico. Ao longo de sua existência, a família atravessa diferentes ciclos demográficos que determinam tanto a oferta de trabalho quanto o nível de consumo. Há uma história (econômica) da família, em que o apogeu de sua capacidade produtiva é alcançado quando esta consegue um equilíbrio entre os membros trabalhadores e consumidores. Conclui-se, assim, que:

Cada familia, entonces, segun su edad, constitui en sus diferentes fases un aparato de trabajo completamente distinto de acuerdo com su fuerza de trabajo, la intensidad de la demanda de sus necesidades, la relación consumidor-trabajador, y la posibilidad de aplicar los principios de la cooperacion compleja (CHAYANOV, 1974, p. 55-6).

Em síntese, segundo sua teoria a Unidade Econômica Camponesa (UEC), com plena capacidade de se autodeterminar no processo produtivo, funcionaria com base em quatro aspectos gerais:

- a) Ser ao mesmo tempo uma unidade de produtores e de consumidores;
- b) Ter a capacidade de estabelecer os objetivos e as estratégias para o equilíbrio entre consumo e penalidade do trabalho, ou seja, buscando atingir o grau ótimo de exploração do trabalho;
- c) As UECs não são historicamente homogêneas porque, no seu interior, ocorre uma permanente diferenciação demográfica (da infância à velhice, passando pela juventude e vida adulta), assim, a evolução econômica da família é dada pelo avanço do ciclo etário;
- d) A família sempre realiza um cálculo para decidir entre intensificar a exploração do trabalho ou introduzir mudanças tecnológicas, ou ainda procurar trabalho fora da UEC.

Percebe-se que o eixo central de sua abordagem consiste na afirmação de que essa unidade econômica – a família camponesa – exerce a gestão de sua unidade produtiva, pautando sua orientação por princípios provenientes de seu funcionamento interno, buscando equilibrar a capacidade de trabalho da família com suas necessidades de consumo. Assim, o trabalho familiar se opõe ao trabalho assalariado. Segundo Chayanov (1974, 1981), essa forma de trabalho caracterizado pelo emprego da mão-de-obra familiar confere-lhe uma especificidade, sendo um dos fatores centrais que a diferem das unidades de produção capitalista.

Decorrente desta posição, Chayanov (1974) constata que o preço da terra não é, sob estas condições, equivalente à capitalização da renda, visto que esta não existe, mas ao trabalho necessário para satisfazer as necessidades da família. Ou seja, a terra não é vista como um ativo econômico do qual se extrai uma renda, mas é uma terra de trabalho do qual se produz um sustento, sendo por este balizado seu valor. A segunda conclusão é a de que o chamado modo de produção camponês, quando integrado a uma formação capitalista dominante, perde seu conteúdo de autonomia. O autor constata, então, que a capacidade de resistência da economia familiar camponesa decore da aceitação de baixa remuneração de seu trabalho que faz a agricultura capitalista perder todo o seu poder de concorrência.

Quais as implicações destas constatações? O economista egípcio Samir Amin sugere que a redução da remuneração do trabalho realizado nestas condições é tal que: “1) a renda do solo (renda imputada à propriedade) é anulada; 2) a remuneração do trabalho – a que se reduz o preço dos produtos – equipare-se ao valor da força de trabalho proletária” (AMIN, 1977, p. 29).

Entende-se que a subsunção real¹⁶ dos agricultores ao capital possibilita aos capitalistas apropriarem-se do valor produzido pelo trabalho familiar sem necessitar repassá-lo ao proprietário fundiário na forma de renda da terra. O trabalho familiar na agricultura permite, deste modo, que uma parte maior do valor seja apropriada pelo empresário capitalista desfazendo a necessidade do latifundiário. Uma nova aliança de classe se produz entre capitalista e proprietário minifundiário. Os produtores familiares (produtores simples de mercadorias) continuam proprietários formais de seus meios de produção, mas, convertem-se em trabalhadores para a agroindústria, produtores de valores de troca (produtos e serviços) ao custo da sua reprodução de simples. Como resultado, a alteridade camponesa apontada por Chayanov vai sendo solapada pelas condições estruturais e estruturantes das relações plenamente mercantis típicas do capitalismo.

Sobre este último aspecto, Henri Mendras (1978) contribui para o entendimento dos efeitos sociológicos da relação entre capitalismo e agricultura. Ele re-elaborou o termo sociedades camponesas formulado originalmente no âmbito do funcionalismo¹⁷ para aplicá-lo em termos de tipos

16- Subsunção, traduzido do alemão *subsumtion*, que quer dizer subordinação, mas também inclusão (conforme nota de Klaus Von Puchem, tradutor de *Capítulo VI Inédito de O capital* de Karl Marx. Editora Centauro, 2004). Este conceito é forjado por Marx para diferenciar a subsunção formal - “*subordinação direta do processo de trabalho ao capital*” (MARX, 2004, p. 104), que ocorre através do contrato de trabalho assalariado, da subordinação real (indireta) do trabalho ao capital, tal como ocorre entre os agricultores familiares que se encontram integrados ao complexo agroindustrial. Conforme Marx, esta – a subsunção real - só ocorre quando o modo de produção capitalista se generaliza transformando o processo de trabalho e as suas condições de realização. Segundo Marx isto ocorre quando “a agricultura de subsistência, transformada em agricultura para o comércio [...] o cultivo do território nacional [...] ajusta-se a esta mudança” (MARX, 2004, p. 104).

17- O termo “Sociedades Camponesas” ganha estatuto científico a partir dos estudos do antropólogo norte-americano Robert Redfield já nos fins de 1940. Este segue as orientações da tradição antropológica de Malinowski e Radcliffe-Brown, transpondo o método utilizado no estudo de “sociedades primitivas” para o campesinato. O termo sociedade é de maior importância, uma vez que para os funcionalistas o objeto de estudo é tomado como uma totalidade autodeterminada (WEISHEIMER, 2004).

ideais à experiência francesa. Segundo este autor, as sociedades camponesas podem ser identificadas pela presença de cinco características:

- a) A autonomia relativa das coletividades camponesas frente a uma sociedade envolvente que as domina, mas tolera as suas originalidades;
- b) A importância estrutural do grupo doméstico, organização da vida econômica e da vida social da coletividade;
- c) Um sistema econômico de autarquia relativa, que não distingue consumo e produção e que tem relações com a economia envolvente;
- d) Uma coletividade local caracterizada por relações internas de interconhecimento e de relações débeis com as coletividades circunvizinhas;
- e) A função decisiva do papel de mediação dos notáveis entre coletividades camponesas e sociedades envolventes (MENDRAS, 1978, p. 14-5).

Compreende-se que os princípios que estruturavam as sociedades camponesas eram a racionalidade econômica incompleta e os vínculos sociais dados pela tradição e pelas relações personificadas. Neste caso, a vida em comum implicava relações personificadas que operavam com base na reciprocidade – o direito à subsistência e à reciprocidade aparecia como princípios morais que norteavam a “vida da aldeia”. A reciprocidade era um dos princípios estruturadores da vida social e material das formações econômicas anteriores ao capitalismo. Assim, a especificidade do campesinato residiria na existência de um código de conduta partilhado comunitariamente até por setores sociais antagônicos, que funcionaria como princípio estruturador da vida social.

Mendras constatou que este padrão de relacionamento social estaria em plena dissolução. Segundo ele, as antigas sociedades camponesas estariam em desaparecimento frente à expansão das relações econômicas capitalistas. Conforme suas palavras: “o ‘camponês’ transforma-se em agricultor, produtor agrícola que é ao mesmo tempo, ‘empreiteiro’ e ‘trabalhador’, proprietário de seus meios de produção, mas que não utiliza – ou só em pequena escala – mão-de-obra assalariada” (MENDRAS, 1978, p. 13). Neste

caso, a produção agrícola comandada pelo mercado realiza-se em empresas familiares onde já não mais existe o autoconsumo, e a produção é inteiramente comercializada. Este autor apontava o fim do campesinato no território francês e sua substituição pelo agricultor moderno, visto que: “[...] o camponês não saberá sobreviver ao desaparecimento da coletividade aldeã e da autocracia familiar” (MENDRAS, 1978, p. 15).

Na verdade Mendras atualiza a posição anteriormente expressa por Max Weber (1982) no texto “Capitalismo e sociedade rural na Alemanha” que, ao comparar a agricultura nos Estados Unidos da América com a praticada no sul da Alemanha, constatou a incompatibilidade dos últimos em relação às práticas típicas do capitalismo. Desta maneira, ele definiu os camponeses europeus como representantes de uma estrutura social arcaica e em descompasso com o “espírito do capitalismo”. Para Weber:

O poder da tradição predomina, inevitavelmente na agricultura, cria e mantém tipos de produção rural no continente europeu que já não existem num país novo, como nos Estados Unidos; a esses tipos pertence, em primeiro lugar, o camponês europeu. [...] Na América, o agricultor produz para o mercado. O mercado é mais antigo do que ele na América. O camponês europeu do tipo antigo era um homem que, na maioria dos casos, herdou a terra e produzia principalmente para atender às suas próprias necessidades. Na Europa, o mercado é mais novo do que o produtor. É claro que durante muitos anos o camponês vendeu seus produtos excedentes e, embora tecesse e fiasse, não podia satisfazer suas necessidades com seu próprio trabalho. Os últimos dois mil anos não treinaram o camponês para produzir visando o lucro (WEBER, 1982, p. 124).

Compreende-se nesta passagem, que Weber opõe a racionalidade camponesa à racionalidade capitalista. Deste modo, ele chamou atenção para o fato de que a expansão do capitalismo implicaria necessariamente a dissolução do campesinato, ou, ao menos, grandes dificuldades para que estes acompanhassem o desenvolvimento capitalista e sua mentalidade plenamente mercantil.

Estas teorias contribuíram para a compreensão atual sobre a agricultura familiar, descrevendo as dinâmicas internas das unidades familiares, ou mostrando a dissolução das relações não-mercantis em comunidades

de agricultores. Deste modo, o campesinato pode ser entendido como uma forma particular da agricultura familiar, mas os agricultores familiares já não podem mais ser caracterizados exclusivamente como camponeses. Isto porque ambas as categorias compartilham o caráter familiar das relações de trabalho que se fundamenta nos princípios da reciprocidade interna à família e não por relações formalmente mercantilizadas.

O processo de expansão capitalista impôs profundas mudanças à lógica tradicional camponesa. A autonomia perante o mercado, que era a base objetiva da alteridade camponesa, hoje persiste apenas como expressão de precariedade social e inadequação frente ao mercado de produtos agrícolas. O modo de produção camponês e a racionalidade típica de atores parcialmente inseridos nas trocas mercantis sucumbem frente à dinâmica da acumulação do capital. O capitalismo como modo de produção dominante impõe sua racionalidade mercantil como racionalidade dominante. O que se realiza, principalmente, pela subsunção dos agricultores ao complexo agroindustrial resultando na imposição de novos padrões tecnológicos; consequentemente na crescente dependência destes em relação ao sistema financeiro. Com efeito, a noção de agricultura familiar visa a enfatizar as mudanças que ocorrem com o desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

Ricardo Abramovay (1998) sustenta que integração da agricultura de base familiar ao mercado capitalista implicou mudanças na vida social, na racionalidade econômica e nos processos produtivos que caracterizavam o campesinato. Segundo demonstrou este autor, uma agricultura familiar altamente integrada no mercado, capaz de incorporar os avanços técnicos e a responder às políticas governamentais, não pode ser pensada como camponesa. Neste sentido, menciona que:

As sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis. Tão logo os mecanismos de preços adquiram função de arbitrar as decisões referentes à produção, de funcionar como princípio alocativo do trabalho social, a reciprocidade e a personalização dos laços sociais perderão inteiramente o lugar, levando consigo o próprio caráter camponês da organização social (ABRAMOVAY, R. 1998, p. 117).

Segundo esta proposta, no capitalismo, o trabalho agrícola realizado com base em relações familiares e não-salariais denomina-se *agricultura familiar*. Ainda conforme Ricardo Abramovay (1998), nas circunstâncias de um mercado capitalista plenamente desenvolvido, é mais adequado pensar as formas de configuração e reprodução da agricultura familiar, correspondendo a situações em que a propriedade dos meios de produção e a organização do processo de trabalho encontram-se assentadas em bases de relações familiares. O autor destaca que no capitalismo “não há atividade econômica em que o trabalho e a gestão se estruturam tão fortemente em torno de vínculos de parentesco e onde a participação de mão-de-obra não-contratada seja tão importante” (ABRAMOVAY, R. 1998, p. 209) como na agricultura familiar. Estas características fazem da agricultura familiar um setor único na economia.

Entende-se que os agricultores familiares contemporâneos são agentes dos processos de transformação pelos quais têm passado a agricultura e os espaços sociais agrários. Além disso, esta categoria social vem transformando sua própria existência ao longo da história, adaptando-se ao modo de produção dominante e buscando, ao mesmo tempo, preservar o caráter familiar do processo de trabalho. Tal compreensão torna relevante considerar os elementos endógenos no funcionamento destas unidades produtivas. Este aspecto também está presente na definição esboçada por Ricardo Abramovay (1997):

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tão pouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística em um estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas (ABRAMOVAY, R. 1997, p. 3).

Em síntese, as características centrais da agricultura familiar residem no fato de que a gestão do trabalho e da propriedade dos meios de pro-

dução – mesmo que não, necessariamente, da terra – encontram-se sob a responsabilidade da família, entendida como grupo doméstico de trabalho e de consumo, que realiza a reprodução geracional do processo de trabalho e a transmissão do patrimônio familiar.

Diferentemente das unidades camponesas, a causalidade estrutural da agricultura familiar deve-se à expansão do capitalismo na agricultura. Neste sentido, é preciso considerar as diferenças existentes entre os agricultores familiares, que podem envolver desde empresas familiares altamente capitalizadas, que incorporam inovações tecnológicas e de produtividade elevada; estabelecimentos com baixo rendimento produtivo e financeiro, mesmo estando altamente integrados ao mercado através de sistemas agroindustriais; e outros com características próximas do modelo camponês voltado para a produção de subsistência. Apesar do volume e da intensidade das mudanças que marcam as distinções entre camponeses e agricultores familiares, este processo conservou o caráter fundamental da agricultura familiar como uma unidade de produção e de consumo parental, ou seja, manteve-se o caráter familiar do trabalho agrícola. Examinam-se, a seguir, a natureza e características deste processo de trabalho.

O trabalho familiar agrícola

A agricultura familiar se caracteriza pela realização de um processo de trabalho singular no interior do modo de produção capitalista, o qual se denomina no presente estudo como processo de trabalho familiar agrícola. Processo de trabalho é aquele segundo o qual os seres humanos atuam sobre as forças da natureza, submetendo-as a seu controle e transformando-as em certos valores de uso, ou seja, dando forma útil à sua vida. Segundo Marx (1985), os elementos componentes do processo de trabalho são: a) a atividade adequada a um fim, isto é, o próprio trabalho; b) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; c) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho.

O processo de trabalho ocorre pela articulação entre as forças produtivas e as relações sociais de produção. A noção de forças produtivas

corresponde aos fatores necessários à produção, como os trabalhadores, os instrumentos de trabalho e os meios de produção. As relações sociais de produção referem-se às diferentes funções executadas por indivíduos ou grupos no processo de produção e no controle dos meios de produção. Trata-se de uma intervenção racional do homem sobre a natureza, detendo uma dimensão subjetiva que confere uma lógica ao próprio trabalho. Nessa atividade, os homens criam e recriam a si próprios, uma vez que este processo não produz apenas os meios de vida dos quais depende sua reprodução física imediata, mas, ao fazê-lo, produzem sua própria existência:

O modo como os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria natureza dos meios de vida com que se encontram e que se trata de reproduzir. Este modo de produção não deve ser considerado somente enquanto a reprodução da existência física dos indivíduos. Já é, além disso, determinado modo da atividade desses indivíduos, determinado modo de manifestar sua vida, determinado modo de vida dos mesmos. Tal e como os indivíduos manifestam sua vida, assim são. O que são coincide, por conseguinte, com sua produção, tanto com o que produzem como com o modo como produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção (MARX; ENGELS, 1968, p. 6).

Dois aspectos chamam a atenção nesta passagem de Marx e Engels. O primeiro diz respeito ao fato de que, em sua análise, o homem é a personificação do processo de trabalho que realiza; em termos sociológicos, implica reconhecer que o modo de vida produz o sujeito social. O segundo aspecto é que, para Marx, o processo de produção contém em si o seu mecanismo de reprodução. Esta reprodução depende antes de tudo da maneira como os homens produzem: a maneira de produzir satisfaz não apenas suas necessidades imediatas, mas possibilita sua própria existência social, ou seja, possibilita sua reprodução social e não apenas sua reprodução biológica. Sendo assim, as condições de produção são simultaneamente as de reprodução.

Qualquer que seja a forma social do processo de produção, tem este de ser contínuo ou de percorrer, periódica e ininterruptamente, as mesmas fases. Uma sociedade não pode parar de consumir nem de produzir. Por isso, todo processo social de produção, encerrado em suas conexões

constantes e no fluxo de sua renovação, é ao mesmo tempo processo de reprodução (MARX, 1985, p. 659).

Este mecanismo de reprodução, no livro segundo de *O Capital*, aparece com uma distinção entre reprodução simples e reprodução ampliada, resultado da própria relação capital – trabalho, que é a base da relação social que permite a acumulação no capitalismo. No primeiro caso, a produção renova-se de ano a ano em quantidades iguais. Trata-se de uma reprodução simples, porque, na relação capital-trabalho, toda mais-valia é consumida sem que haja nenhuma acumulação. No segundo caso, a reprodução tende a ser cada vez maior quando, ao longo do processo de circulação do capital, possibilita uma maior acumulação por parte de quem o possui. Nestas circunstâncias, a extração contínua da mais-valia, proporcionada pela repetição do processo de produção capitalista, permite alterar a composição orgânica do capital (isto é, a relação entre capital constante e variável), reiniciando em novo patamar a reprodução do capital, da força de trabalho e, por conseguinte, do processo de produção capitalista.

O processo de trabalho capitalista é, essencialmente, um mecanismo de produção de mais-valia e não de produção simples de mercadorias. Destaca-se que, em Marx, a ideia de reprodução está articulada aos fatores econômicos de produção da vida material, condicionados pela forma de propriedade dos meios de produção e de troca de mercadorias, engendrando sua reprodução.

Embora os conceitos de processo de trabalho e de reprodução simples e ampliada tenham sido forjados por Marx para analisar as dinâmicas de concentração do capital e as transformações sociais produzidas pelo modo de produção capitalista, pode-se adaptá-los ao estudo das práticas produtivas da agricultura familiar. Isto implicará a transposição de seu sentido original preservando sua lógica dialética. Com isto, busca-se interpretar o processo de trabalho familiar agrícola como um processo de transformação da natureza para obtenção de produtos agrícolas realizados por pessoas que mantém entre si ligações de parentesco, sendo este o caráter fundamental das relações sociais internas a estas unidades de produção. Além disto, é possível perceber

que este processo de trabalho já é ele um mecanismo de reprodução destas relações sociais de produção sendo, portanto, simultaneamente, um processo de produção e reprodução do trabalho familiar na agricultura.

Ainda, em analogia aos conceitos de reprodução simples e ampliada do capital, os processos de reprodução social dos agricultores familiares podem ser pensados em termos de reprodução da família no ciclo curto (como reprodução biológica) e no ciclo longo (como reprodução geracional) do processo de trabalho familiar agrícola. A proposta teórica assumida neste trabalho é que a reprodução social do trabalho familiar agrícola se realizaria de um lado como reprodução no ciclo curto, cujo foco é a unidade de consumo/residência e de outro a reprodução no ciclo longo, que se realiza por meio da sucessão geracional e cuja ênfase está na unidade do casal mais filhos(as).

Conforme Henri Lefebvre (1994), a reprodução social consiste no processo de manter, repor e transmitir os mecanismos sociais de geração para geração, no interior do processo de produção constituído. Para que isto se viabilize, é necessária à eficácia de um “núcleo gerador”, o que, no caso dos agricultores familiares, é o próprio grupo doméstico seu mecanismo central. Isto impõe a necessidade de especificar as características do processo de trabalho familiar agrícola para se obter a chave da compreensão de seus mecanismos de reprodução social.

Uma vez definido o conceito de processo de trabalho e sua relação com a reprodução social, é possível apresentar as características que fazem do processo de trabalho familiar agrícola algo singular. O primeiro traço distintivo deste processo reside no fato de estabelecer relações produtivas com base na reciprocidade das obrigações familiares e não em relações salariais, não havendo, assim, retenção interna de mais-valia. Em consequência disto, este processo de trabalho só pode ter como objetivo a reprodução social da família e da unidade produtiva, tanto no ciclo curto (reprodução biológica) quanto no ciclo longo (reprodução geracional), e não a acumulação de capital. Isto confere a este processo de trabalho um caráter não-capitalista, embora os agricultores estejam integrados de maneira subordinada ao modo de produção capitalista como “produtores simples de mercadorias” (MARX, 1985).

Considera-se ainda que o processo de trabalho familiar agrícola se caracteriza por atravessar fases distintas conforme a evolução do ciclo demográfico da família, alterando ao longo do tempo a relação entre trabalho e consumo (CHAYANOV, 1974).

A composição familiar determina, por sua vez, a forma que assumirá a divisão sexual do trabalho, culturalmente estabelecida, onde a condição de gênero funciona como dispositivo mediador entre o material e o simbólico, a exemplo da oposição que se estabelece entre trabalho e ajuda. Com efeito, este processo de trabalho constroi não só o espaço agrícola, mas também espaços de relações sociais de gênero e de geração. Neste sentido, o processo de trabalho familiar agrícola como atividade consciente é coordenado pelo homem adulto (marido, pai), que assume o papel de chefe do processo produtivo por ser o detentor de um saber agrícola específico.

Este processo de trabalho constitui-se ainda em um espaço de inserção das novas gerações na atividade produtiva, o que envolve a construção de saberes necessários à reprodução do processo de trabalho. Logo, este se realiza com base em saberes e práticas que serão construídos e transmitidos através do próprio trabalho, o que confere um caráter socializador, de ensino e aprendizado, ao processo de trabalho familiar agrícola.

Este processo de trabalho familiar agrícola pode ser mais bem compreendido quando se estabelece uma distinção entre unidade de produção e formação social. A formação social proporciona o contexto para a reprodução das unidades de produção e em combinação com a estrutura interna desta unidade determina suas condições de reprodução, transformação ou decomposição. Deste modo, se estabelece uma diferença importante entre as relações de produção que se realizam no plano da *unidade produtiva*, que estão baseadas nas relações familiares, daquelas que predominam no plano social mais amplo, estabelecidas com base na circulação das mercadorias, das quais se destaca a própria força de trabalho por meio do assalariamento. É possível explicar, assim, a presença de processos de trabalhos singulares – não-capitalistas – inseridos no modo de produção capitalista, diferenciando a forma direta da indireta com que se realiza a subordinação do trabalho ao capital.

Compreende-se que as condições de reprodução social destas unidades de produção familiares que não realizam a reprodução ampliada do capital estão condicionadas por um duplo movimento de natureza endógena e exógena. Deter-nos-emos, por um instante, nestes aspectos.

Devido às determinações externas, as unidades de produção familiar tendem a ser restringidas pelo padrão de acumulação capitalista. O avanço das relações de produção capitalistas e a consequente integração dos agricultores ao mercado – do qual dois aspectos são a constante: subida de preços dos insumos de que necessitam e a quase estagnação dos preços dos produtos comercializados – leva amplas parcelas a ter inviabilizadas suas condições de reprodução social. Como resultado, conforme já apontado anteriormente, as novas gerações, principalmente a composta por mulheres, têm deixado a agricultura para trabalhar como assalariadas não-agrícolas, ou buscam combinar trabalho assalariado com a atividade agrícola em tempo parcial, configurando situações de pluriatividade.¹⁸ Outros agricultores encontram nas possibilidades abertas pelas relações mercantis os meios para profissionalizar a produção familiar e aumentar a produtividade e a rentabilidade de suas atividades produtivas. Frente a esse cenário, confirma-se uma tendência à diferenciação social entre os agricultores familiares em seu conjunto.

Por outro lado, eles estão sujeitos a fatores internos da própria unidade produtiva e à sua lógica familiar que, entre seus condicionantes, incluem a estrutura fundiária, sua condição econômica e a composição familiar. Neste sentido, a presença dos jovens agricultores e suas disposições de sucederem aos pais na atividade agrícola assumem importância crucial no processo de reprodução social dos agricultores familiares. A este respeito, os antropólogos Klass e Ellen Woortmann esclarecem que a exploração familiar não produz apenas mercadorias: “mas a produção de mercadorias é antecipada logicamente pela produção de bens, e esta, por sua vez, é antecipada pela produção-reprodução de bens simbólicos que constituem o

18- Utiliza-se o termo como vem sendo empregado por Schneider (2003), que o concebe como um fenômeno através do qual membros das famílias de agricultores optam pelo exercício de diferentes atividades não agrícolas, mantendo moradia no campo e vínculos com as atividades produtivas com a agricultura (SCHNEIDER, 2003, p. 91).

campo do saber” (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 13). Neste caso, “a transmissão do saber é mais do que transmissão de técnicas: ela envolve valores e construção de papéis” (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 11).

Percebe-se que a transmissão deste saber-fazer específico – que permite o reconhecimento dos sujeitos como agricultores – realiza-se, principalmente, através das interações intergeracionais que se estabelecem no próprio processo de trabalho. Este fator é uma das condições necessárias à formação das novas gerações de agricultores, possibilitando a reprodução social desta categoria. Esta é a base para a identificação dos jovens agricultores familiares como sujeitos históricos singulares, o que é abordado no tópico seguinte.

Os jovens agricultores familiares

Entendemos que a especificidade de cada situação juvenil pode ser verificada através do exame dos processos de socialização nos quais os jovens encontram-se inseridos. Ao se considerarem as diferenças de classe social, assim como de etnia e gênero, percebem-se distinções relativas às posições ocupadas nos espaços sociais e conseqüentemente de processos de socialização respectivos. Tal posicionamento permite superar a invisibilidade social a que diversas categorias juvenis se encontram submetidas. Para que isto possa ser realizado de modo consciente, é necessário reconhecer o papel da teoria na reconstrução do objeto sociológico (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999). Deste modo, acredita-se que se faz necessário construir rupturas com o senso comum e promover a polêmica com as categorias analíticas pré-estabelecidas.

Para superar o atual estado de incompreensão que predomina do debate sociológico sobre os jovens nos contexto da agricultura familiar, fazem-se necessários não apenas uma teoria sobre a juventude e outra sobre os processos sociais agrários, mas também um construto teórico que sintetize a complexidade da suas mútuas implicações. Conforme sugere Bourdieu (1998, p. 28), “a primeira urgência em todos estes casos seria tomar como objeto o trabalho social de construção do objeto pré-construído: é aí que está o verdadeiro ponto de ruptura”. Deste modo, a exigência de reflexivida-

de da sociologia impõe a reconstrução laboriosa do objeto para além de sua aparência fenomênica, fazendo emergir todo um feixe de relações de força que as categorias pré-definidas tendem a encobrir.

Esta reconstrução sociológica das categorias não se efetiva por meio da reprodução dos recortes demográficos ou critérios normativos que demarcam os limites etários, nem pela aplicação sem por à prova das categorias pré-estabelecidas a partir da dicotomia rural-urbano, mesmo que oriundas do campo científico. Este é o caso da categoria “juventude rural”, que é forjada a partir de uma ótica urbana que percebe o rural como um espaço da precariedade social, reforçando, mesmo que involuntariamente, o estigma sobre este segmento. Desta maneira, a homogeneização das diferenças no interior de uma categoria mais ampla, como a de “juventude rural”, acaba contribuindo para perpetuar a invisibilidade dos jovens agricultores familiares e de outras juventudes, na medida em que não reconhece as especificidades das diversas situações juvenis¹⁹.

Apesar de contar com legitimidade social, a definição de rural é frágil no Brasil, uma vez que se baseia em critérios normativos (definido pelas Câmaras Municipais) ou em oposição ao urbano. A este respeito, busca-se apoio na crítica ao dualismo rural – urbano, uma vez que este referencial geográfico é insuficiente para caracterizar uma categoria sociológica. Reivindica-se uma visão complexa da realidade social, resgatando um pensamento relacional, que “percebe os processos sociais agrários como expressões do processo histórico de divisão social do trabalho” (TAVARES DOS SANTOS, 1991, p. 15).

Somam-se a este argumento as próprias transformações pelas quais passa o “meio rural brasileiro”, como as relacionadas com a evolução do emprego não-agrícola, a ponto de este não poder mais ser pensado como exclusivamente agrícola (GRAZIANO DA SILVA, 1999). Como nem todos os jovens rurais ocupam-se de atividades agrícolas, julga-se necessário demar-

19- Em trabalho anterior (WEISHEIMER, 2005) identificamos a existência de múltiplas categorias mobilizadas nos estudos sobre juventudes rurais no Brasil, as quais foram relacionadas a duas matrizes: as que operam com referencial geográfico e residencial na definição das categorias de jovens (ex. juventude rural, jovens do sertão, jovens do campo) as que se baseiam em processos de socialização ou tipos de ocupações (ex. jovens agricultores, jovens sem-terra, jovens assentados).

car a singularidade daqueles que estão inseridos no processo de trabalho familiar agrícola. Buscando uma maior precisão analítica se faz uso da categoria *jovem agricultor familiar*²⁰ para enfatizar a singularidade dos jovens no contexto da agricultura familiar.

No caso dos jovens pesquisados, considerou-se que as relações sociais, que lhes conferiam sentido e especificidade, resultam da posição ocupada por eles na divisão social do trabalho, ou seja, por sua ocupação na agricultura familiar (WEISHEIMER, 2004, 2005b, 2007a, 2007b). Assim, tornou-se parte central da análise a dimensão do trabalho enquanto *locus* da produção de bens materiais (produtos e serviços) e simbólicos (valores, representações e identidades sociais) (GUIMARÃES, 2005). Deste modo, entendeu-se possível tomar os jovens agricultores familiares como uma categoria sociológica, possibilitando a análise das condições sociais que balizam suas existências e a construção de seus projetos profissionais.

Os jovens agricultores familiares constituem uma categoria social específica devido à sua socialização no processo de trabalho familiar agrícola. Como eles são membros de uma unidade doméstica que também atua como unidade de produção agrícola, predomina a instituição de saberes, normas e valores do universo da família e do processo de trabalho que esta realiza. Com efeito, a socialização realizada neste contexto produz a incorporação de saberes específicos associada à configuração de identidades sociais e profissionais ligadas à agricultura. Diferentemente de outros jovens, sua identidade social se constroi em relação ao trabalho familiar agrícola, o que produz os dilemas e as características diferenciados de sua situação juvenil.

Como apontou Galeski (1979), ao analisar a família camponesa, os filhos são ao mesmo tempo herdeiros e trabalhadores da fazenda. Essa condição impõe uma ambivalência em relação ao trabalho agrícola e à herança do patrimônio familiar que caracterizará a condição juvenil na agricultura familiar. Estes jovens são protagonistas dos impasses e dilemas das dinâmi-

20- Neste estudo, por abordar exclusivamente o universo empírico da agricultura familiar, também fazemos uso no texto da expressão *jovem agricultor* para se referir aos investigados, abstraindo-se a diferenciação entre as categorias de agricultores (empresariais, familiares e assalariados).

cas de produção, de reprodução, de transformação e de decomposição da unidade de produção familiar, uma vez que a eles cabe a tarefa de realizar a sucessão geracional desta unidade produtiva.

Destaca-se que num período ainda recente a inserção no universo produtivo conduzia ao questionamento da própria existência da juventude na agricultura, uma vez que, conforme argumentava Tavares dos Santos (1984, p. 46), “os processos de socialização primária e secundária se confundiam num único momento, visto que ocorrem no âmbito das relações familiares”. Com base nisto, acreditava-se que não haveria um período de transição “pois de crianças passam diretamente à condição de adultos”. (TAVARES DOS SANTOS, 1984, p. 46). Entende-se que essa percepção não corresponde aos processos sociais que configuram a situação juvenil na agricultura familiar; embora os jovens exerçam um papel produtivo importante no âmbito do trabalho isto não chega a configurar a superação da condição juvenil, uma vez que eles permanecem subordinados à autoridade dos pais: não foi superada a sua posição subalterna na hierarquia familiar.

É necessário distinguir a capacidade plena de trabalho da condição social de adulto. A capacidade para trabalho confere ao jovem um novo papel social no interior da unidade produtiva distinto daquele da infância, agora marcado pela inserção como “força plena” (TEPICHT, 1973) no processo de trabalho da família. Contudo, isto não significa que seja socialmente reconhecido como adulto. Socialmente, ele não é considerado “adulto”, pois não se concluiu o processo de individualização, que só será efetivado com a constituição de uma unidade produtiva autônoma, após o casamento ou após a passagem sucessória do estabelecimento familiar de pai para filho(a). Com efeito, os jovens agricultores, como todos os outros jovens, estão apenas parcialmente integrados no “mundo adulto”, mas não contam como reconhecimento de um agricultor pleno. Como indicado anteriormente, isto envolve ainda o domínio de um saber agrícola que será transmitido no próprio trabalho. Neste sentido, a inserção no processo de trabalho da agricultura familiar não é suficiente para superar sua condição juvenil, isto é, como sujeito subalterno nas hierarquias do grupo doméstico. É justamente este processo que configura a situação juvenil na agricultura familiar.

O fundamental deste debate é reconhecer que – através das práticas cotidianas do trabalho familiar – se realizam a formação e a capacitação dos jovens para se tornarem agricultores. Do ponto de vista da análise sociológica, é necessário perceber que é o domínio sobre esse saber fazer da agricultura e na agricultura, e não apenas a idade do sujeito, que constitui a base para seu reconhecimento como agricultor pleno, capaz de construir uma nova família e dirigir uma unidade produtiva independente. Deste modo, o processo de trabalho constitui-se no espaço privilegiado de socialização das novas gerações na lógica do trabalho e da produção agrícola. Este se configura no meio objetivo no qual se inserem os jovens e que possibilita a sua representação social como jovem agricultor familiar.

As Condições Materiais dos Jovens Agricultores Familiares no Recôncavo

Para se investigar com amplitude e profundidade a situação juvenil, deve-se levar em conta que esta é constituída por dimensões objetivas e subjetivas, assim como toda realidade social. Neste capítulo apresenta-se os resultados referentes ao exame da primeira dimensão analítica proposta, as condições materiais dos jovens agricultores do Recôncavo da Bahia.

Tais condições materiais, objetivadas em um conjunto de indicadores, formam um complexo estruturado e articulado que condiciona objetivamente as possibilidades de reprodução geracional do processo de trabalho familiar agrícola. A inclusão desta dimensão analítica no presente estudo se deve ao pressuposto teórico de que as implicações de ordem material situam os jovens em posições determinadas nas relações sociais de produção e condicionam o seu campo de possibilidades futuras. Ou seja, trata-se da estrutura sobre a qual se desenvolve a agricultura familiar. Tais recursos que procedem do controle de bens materiais, ou aspectos do mundo material, tendem a exercer influência sobre as disposições dos jovens agricultores à reprodução do trabalho familiar, produzindo efeitos no campo das representações e dos projetos (WEISHEIMER, 2009).

Como entre os agricultores familiares os meios de produção e o trabalho são familiares e a condição juvenil implica dependência em relação à família, buscou-se – primeiramente – levantar informações referentes à unidade de produção familiar (UPF) da qual os jovens participam. Esta é percebida como o espaço social que estrutura a existência dos jovens agricultores familiares. Com efeito, as condições materiais dos jovens são analisadas através da identificação das características econômicas da unidade produtivas no que diz respeito à sua condição fundiária, às formas de integração mercantil e às rendas agrícolas da família. Num segundo momento,

são analisados o acesso dos jovens às rendas agrícolas. No tópico final, com base em um conjunto de variáveis é construído um indicador do nível de autonomia material dos jovens agricultores familiares. Em ambas as sessões se desenvolve uma análise comparativa segundo o sexo e a faixa etária dos entrevistados.

Características econômicas das UPF

Neste sessão apresenta-se as características econômicas das unidades de produção familiar da região do estudo, segundo informações levantadas junto aos jovens entrevistados. São considerados aqui a) a condição fundiária da família; b) as formas de integração mercantil das unidades de produção familiar (UPF); e c) o Valor Bruto da Produção (VBP) e a Renda Agrícola Líquida (RAL) das famílias.

Condição Fundiária

A ampla maioria dos jovens entrevistados afirma que sua família (pais ou avós) é proprietária das terras em que cultivam. Para eles a terra é o seu principal, se não o único, meio de produção que dispõem. Para realizarmos um exame das condições fundiárias das unidades de produção familiar, apoiamos-nos em informações referentes: a) à condição de propriedade da terra; b) às formas como foram adquiridas as propriedades; c) às condições de uso da terra entre agricultores não proprietários; d) ao tamanho da área da unidade de produção familiar.

Para se conhecer por fontes primárias a condição de uso da terra foi feita a seguinte pergunta: “Sua família é proprietária da terra em que trabalha?”. As respostas obtidas (Gráfico 02) demonstram que 80% dos entrevistados afirmam que a propriedade em que trabalham pertence à família, enquanto os outros 20% dos jovens encontram-se na condição de famílias não proprietárias de terra.

Gráfico 02: Condição de propriedade da terra (%).

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Buscou-se saber a origem dessas propriedades. A Tabela 07 apresenta a seguinte pergunta? “Como foram obtidas as terras?” Verifica-se que o principal meio de acesso a propriedade fundiária tem sido a Herança, com 54,5% da amostra. A compra de terra de terceiros ocorreu em apenas 10,3% dos casos, enquanto outros 6,7% foram obtidas parte por herança e parte por compras de terceiros. A obtenção de terras em virtude de políticas agrárias não representa 1% da amostra e equivale a apenas um caso.

Tabela 07: Como foram obtidas as terras? (f e %).

Como foram obtidas as terras?	Frequency	Percent
Herança	90	54,5
Compra de parentes	3	1,8
Compra de terceiros	17	10,3
Parte por herança parte por compra	11	6,7
Por assentamento (Colonização e Reforma Agrária)	1	,6
Outra	9	5,5
NA	30	18,2
NS/NR	2	1,2
Total	164	99,4
	164	100,0

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Estes dados colaboram com estudos que destacam a importância dos mecanismos de herança da terra para viabilizar a sucessão geracional na agricultura familiar. Entre estes destaca-se o trabalho pioneiro do antropólogo norte-americano Erick Wolf (1976), para quem a ocorrência de sistema de herança constituiria um aspecto social do campesinato. Interessante notar que, segundo este autor, o grupo doméstico camponês sempre experimentaria tensões na hora de substituir o chefe da unidade produtiva na passagem da sucessão hereditária do estabelecimento, que caracteriza os mecanismos de herança. Conforme suas palavras:

Cada substituição de um membro da velha geração por outro coloca em questão a existência da unidade familiar como ela estava constituída previamente. Como consequência, a sucessão é regulada por normas especiais. De grande importância são aquelas que governam a herança, regulamentando a passagem de recursos sob seu controle, do velho ao jovem” (Wolf, 1976, p. 103).

Dando prosseguimento Wolf (1976) irá mencionar dois tipos de sistemas de herança. O primeiro envolveria a passagem dos recursos a um único herdeiro, caracterizando este tipo como herança sem partilha. O outro corresponderia aos processos de herança envolvendo mais de um herdeiro, o sistema de herança por partilha (WOLF, 1976).

É bem provável que no Recôncavo tenhamos a presença destes dois sistemas de herança. Estas corresponderiam principalmente a condições fundiárias diferenciadas, sendo que o sistema de partilha só se verificaria nas maiores áreas de terras. A questão contudo é como se dá a construção deste herdeiro, processo em que implica em definir entre os filhos quem fica e quem sai da unidade produtiva.

De acordo com a socióloga Maria Nazaré Wanderley (1996), podemos justificar que o acesso a terra por meio da herança vem carregada de referências que visam a continuidade do trabalho familiar.

[...] as relações no interior da família camponesa tem como referência o horizonte das gerações, isto é, um projeto para o futuro. Com efeito, um dos eixos centrais da associação camponesa entre família, produção e trabalho é a expectativa de que todo investimento em recursos materiais e de trabalho

despendido na unidade de produção, pela geração atual, possa vir a ser transmitido à geração seguinte, garantindo a esta, as condições de sua sobrevivência. Assim, as estratégias da família em relação à constituição do patrimônio fundiário, à alocação dos seus diversos membros no interior do estabelecimento ou fora dele, a intensidade do trabalho, as associações informais entre parentes e vizinhos, etc, são fortemente orientadas por este objetivo a médio e longo prazo, da sucessão entre gerações (WANDERLEY, 1996, p. 4).

Neste sentido tratar da centralidade da herança na agricultura familiar implica em reconhecer que este envolve as dinâmicas sucessórias, a distribuição dos recursos materiais, notadamente a terra como principal patrimônio familiar e a continuidade da própria unidade de produção familiar pela geração seguinte.

Prosseguindo a análise são trazidas informações referentes a forma de acesso a a terra por parte das famílias não proprietárias. Ao examinarmos esta variável percebe-se que 52,7% dos não proprietários tem acesso a terra por meio da posse, outros 25.5% não souberam responder e 10.3% disseram que as terras são cultivadas através de arrendamento. Ainda há 2,4% de casos em que o uso da terra se dá na condição de meeiro, ou seja, toda produção é dividida em duas metades sendo uma para o dono da terra e a outra para os que arrendaram a terra, em média esses contratos se dão através de safras ou por algum tempo determinado no “contrato”.

Tabela 08: Forma de uso da terra entre não proprietários (f e %).

Qual a forma de uso da terra?	Frequency	Percent
Arrendamento	17	10,3
Chacareiro ou inquilino	2	1,2
Meeiro	4	2,4
Parceria	3	1,8
Posse	87	52,7
Outras	9	5,5
NA	42	25,5
Total	164	100,0

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Os dados acima indicam que a maioria dos não proprietários encontram-se em situação de posse de áreas. Este é uma maneira precária de acesso a terra e se realiza por relações não mercantis. Trata-se da forma tradicional de ocupação territorial dos camponeses no Recôncavo e no nordeste brasileiro como um todo. Contudo as relações mercantis vão se tornando presente como demonstra a parcela dos arrendatários de terra.

Quanto ao tamanho das propriedades, os dados levantados revelam tratem-se de minifúndios com área média de 2,7 ha, sendo que entre os entrevistados a maior propriedade tinha área de 22,5ha. Conforme a Tabela 09, 87,9% dos jovens se encontram em unidades produtivas menores de 05 hectares. As unidades produtivas com áreas entre 5,1 a 10 ha representam 7,2% do total, enquanto que as maiores áreas, de 11 a 22,5 hectares correspondem, a 4,9% da amostra.

Tabela 09: Qual é o tamanho da propriedade? (%)

Tamanho da propriedade por hectares	Nº de entrevistados
0 a 5 ha	87,9%
5, 50 a 10 ha	7,2%
11 a 22, 5 ha	4,9%

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Tradicionalmente o Recôncavo se caracteriza pela concentração fundiária. Os agricultores familiares contam com áreas muito pequenas o que limita a possibilidade de sucessão geracional destas unidades produtivas e de seu processo de trabalho peculiar.

As informações trazidas nesta sessão demonstram que o acesso a terra se faz principalmente por meio de herança, que os não proprietários acessam a terra por meio da posse e que em ambos os casos as unidades produtivas são bastante restritas em termos fundiários.

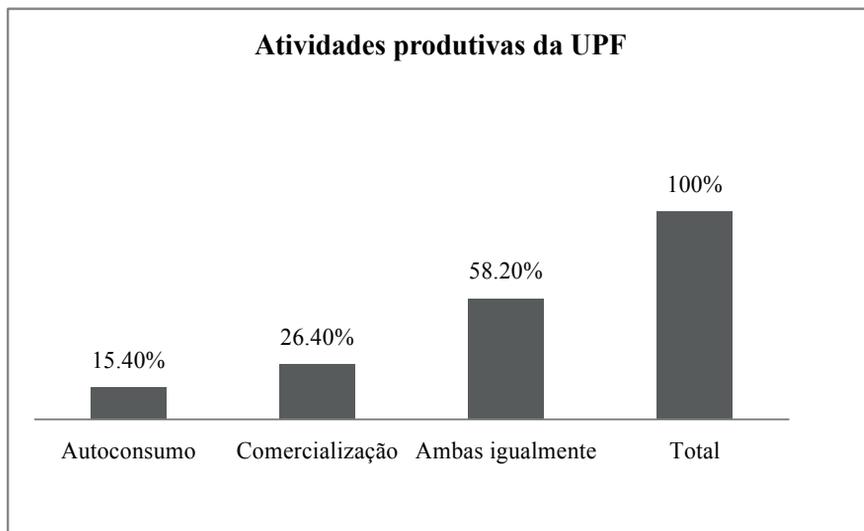
Integração Mercantil das UPF

O grau de integração ao mercado é um dos critérios utilizados por Huges Lamarche (1998) para analisar as formas sociais de produção que são materializados diversamente nos países e áreas, classificando-as em quatro modelos teóricos de unidades de produção: empresa, empresa familiar, camponês ou de subsistência e agricultura familiar moderna. Seguindo a perspectiva desse autor, quanto maior a integração mercantil maior o grau de dependência do mercado e conseqüentemente mais próximo ao modelo do tipo empresa, ao contrário, a unidade de produção aproxima-se ao tipo agricultura familiar camponês e/ou de subsistência. A noção de dependência é de grande importância, tendo em vista que a agricultura familiar está inserida no contexto de suas relações com a economia de mercado.

Quanto ao grau de integração mercantil, é preciso ressaltar que os produtores comercializam sua produção de diferentes formas. De acordo com Lamarche (1998) há produtores diretamente ligados ao mercado, pois comercializam toda sua produção agrícola. Outros produtores, além de vender parte da produção agropecuária destinam uma parte para autoconsumo. Há também aqueles que destinam toda a sua produção para o consumo da família não mantendo relações comerciais.

Conforme os dados da pesquisa percebe-se que agricultura familiar do Recôncavo da Bahia é voltada tanto para a comercialização do produto, quanto para produção para o autoconsumo, situação que corresponde a 58,20% dos jovens. Já os que responderam que a produção agrícola é voltada prioritariamente para comercialização corresponde a 26,4% da amostra enquanto que 15,4% responderam que a produção familiar é voltada somente para o autoconsumo da família.

Aqueles jovens que informaram que a produção familiar é voltada para o autoconsumo se encontram em propriedades relativamente pequenas, entre 1 a 5 hectares. Enquanto os afirmam que a produção é voltada somente para a comercialização, esses estão em unidades de produção familiar produtivas familiares maiores.

Gráfico 03: Destinação da Produção familiar (%).

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

A Tabela 10 apresenta as formas de comercialização dos produtos pelos agricultores familiares do Recôncavo. Nela observa-se que a principal forma de comercialização é aquela feita diretamente com o consumidor totalizando 38,2%. Esta comercialização é realizada em feiras livres, que são muito comuns na região do estudo. Nelas os agricultores comercializam semanalmente seus produtos tornando-se o principal meio de regulação de preços dos produtos da agricultura familiar. Outros 33,9% dos jovens afirmam que a produção é comercializada através de intermediários. Estes são pessoas que geralmente possuem certo grau de intimidade com a família produtora, pois a comercialização para esses agricultores familiares, sobretudo os mais tradicionais, são pautadas por relações de confiança. A venda para intermediários é principalmente observada na produção da farinha de mandioca. Neste caso os intermediários se dirigem as casa de farinha e negociam diretamente com os produtores o preço da mercadoria. Ambas as formas de comercialização predominantes entre os agricultores inquiridos revelam que estes participam de circuitos mercantis estreitos e pouco formalizados.

A terceira forma de comercialização da produção das unidades de produção familiares da microrregião de Santo Antônio de Jesus é realizada através das associações de produtores, totalizando 6,7%. Representa uma importante alternativa para comercialização já que as associações são organizadas pelos próprios produtores lhes conferindo maior autonomia frente ao mercado. Além disso, junto os agricultores familiares são mais fortes tendo maiores possibilidades de inserção e permanência no mercado aumentando as possibilidades de reprodução dos agricultores familiares.

Tabela 10: Forma de comercialização dos produtos da UPF (f e %).

Qual é a principal forma de comercialização dos produtos da UPF?	f	%
Através da Associação de produtores	11	6,7
Através de intermediário.	56	33,9
Direta ao consumidor.	63	38,2
Integrada a Agroindústria Familiar	1	,6
Integrada a Grande Indústria	6	3,6
Outra	4	2,4
NA	17	10,3
NS/NR	6	3,6
Total	164	100,0

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Os agricultores familiares que estão integrados a grande indústria representam 3,6%. Este é particularmente os casos da avicultura que tem se expandido na região. Esta integração se dá por meio de contratos nos quais as indústrias fornecem os insumos mediante investimentos realizados pelos agricultores e assumem a compra da produção. Esses agricultores familiares acabam sendo mais dinâmicos do ponto de vista produtivo e mais integrados ao mercado, uma vez que fazem maior uso de financiamentos para implementar a produção e de tecnologias (na forma de insumos, processos e equipamentos). Isto porque a integração à agroindústria requer maiores in-

vestimentos financeiros para aquisição de novos meios de produção e para contratação de mão-de-obra externa em caráter sazonal. Com efeito, isto implica numa maior subordinação dos agricultores ao complexo agroalimentar, por meio da imposição de normas técnicas pelas empresas integradoras, as quais detêm ainda o poder de determinar os preços das mercadorias produzidas nas unidades familiares.

Constatamos que a agricultura familiar da microrregião de Santo Antônio de Jesus, quanto à lógica do mercado possui as seguintes características: a) o destino da produção possui certo equilíbrio entre autoconsumo e comercialização; b) As formas de comercialização caracterizam-se por circuitos mercantis curtos evidenciados na venda direta ao consumidor ou através de intermediários. Estes aspectos revelem que a maioria dos agricultores familiares apresentam um baixo grau de integração ao mercado, estando assim mais próximo do modelo da agricultura familiar camponesa.

Produção de valor e renda

A diferenciação social na agricultura familiar pode ser verificadas recorrendo-se a duas variáveis: a) Valor Bruto da Produção (VBP); b) Renda Agrícola Líquida (RAL). Estes indicadores de renda foram obtidos juntos aos entrevistados e seus pais e foram apresentadas aqui sem correção monetária.

A Tabela 11 apresenta a distribuição de frequência da variável valor bruto da produção anua. O maior contingente, 38,8% produzem valor anual na faixa de R\$1.000,00 a R\$ 5.000,00. Chama ainda atenção o fato de que 20% entrevistados afirmaram que a unidade produtiva não gera nenhum valor monetário. Outros 18,7% encontram-se na faixa de R\$ 10.001,00 a R\$ 15.000,00. Apenas 3,6% dos entrevistados informaram que a unidade produtiva gera valores superiores a R\$ 20.000,00. Estas informações revelam um quadro de baixa produção de valor na agricultura familiar do Recôncavo.

Tabela 11: Valor Bruto da Produção Anual (f e %).

Valor Bruto da Produção R\$/ANO	f	%
0,0	29	20%
1.000,00 a 5.000,00	65	38,8%
5.001,00 a 10.000,00	31	18,7%
w10.001,00 a 15.000,00	23	13,4%
15.001,00 a 20.000,00	5	3%
20.000,00 ou mais	6	3,6%
NS/NR	5	2,7%
Total	164	100%

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

A Tabela 12 traz a distribuição de frequência das rendas agrícolas líquidas das unidades de produção familiar investigadas. A maioria dos jovens agricultores familiares (39%) encontra-se no grupo renda agrícolas de até R\$ 5.000,00 líquidos anuais, outros 23% dos jovens entrevistados encontram-se em UPF com rendas de R\$ 5.001,00 a R\$ 10.000,00 por ano. Os que possuem entre R\$ 10.001,00 a 20.000,00 correspondem a 4,8% dos casos. Os jovens cujas famílias possuem renda agrícola superior a R\$ 20.000,00 representam 1,2% dos casos. Para esta questão 3% dos jovens entrevistados não souberam responder. No que diz respeito aos casos válidos, verifica-se que 16% dos entrevistados afirmam que famílias não obtiveram rendas agrícolas no ultimo ano.

Tabela 12: Renda Agrícola Líquida (R\$/Ano).

Renda Agrícola Líquida R\$/ANO	f	%
0,0	26	16%
400, 00 a 1.000,00	20	13%
1.001,00 a 5.000,00	64	39%
5.001,00 a 10.000,00	38	23%
10.001,00 a 20.000,00	8	4,8%
20.000,00 ou mais	2	1,2%
NS/NR	5	3%
Total	164	100%

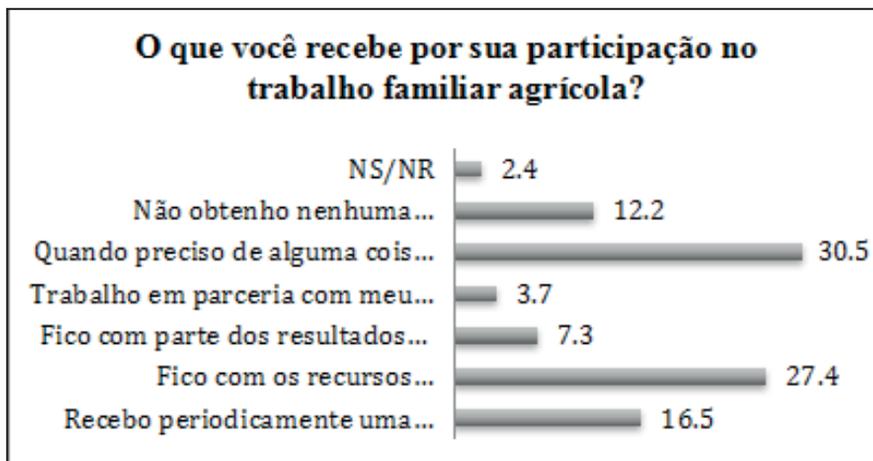
Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

O exame das rendas das unidades familiares em que os jovens agricultores do recôncavo estão inseridos dão conta de uma precariedade material aguda. Na situação estudada tanto o VBP quanto a RAL são extremamente modestas, o que indica que a maior parte das unidades produtivas não conseguem assegurar sua reprodução.

O acesso às rendas agrícolas

Neste tópico, são analisadas as formas de acesso dos jovens as rendas agrícolas geradas na unidade de produção familiar. Com o propósito de reconstruir analiticamente a situação juvenil na agricultura familiar, perguntamos aos entrevistados - *Qual recompensa você recebe por sua participação no trabalho familiar agrícola?* Esta questão tratada como variável dependente, foi submetida ao cruzamento com as variáveis independentes *sexo* e *faixa etária*.

Para questão acima mencionada, foi mais frequente a resposta *Quando preciso de alguma coisa ou dinheiro peço aos meus pais* (30,5%). Isto corresponde a situações em que os jovens se encontram totalmente dependentes financeiramente de seus pais. A segunda resposta mais repetida foi *Fico com os recursos provenientes de atividades autônomas* (27,4%). Ao contrário da anterior, esta resposta corresponde a situações em que os jovens dispõe de autonomia financeira, porque lhes é possibilitado o desenvolvimento de atividades dirigidas por eles mesmos dentro da propriedade dos pais, ou em sua própria unidades produtivas. Entre as respostas mais frequentes figuram ainda *Recebo periodicamente uma quantia em dinheiro* (16,5%) e *Não obtenho nenhuma recompensa pelo meu trabalho* (12,2%). Outros 7,3% dos entrevistados responderam *Fico com parte dos resultados dos produto que comercializo*, enquanto que 3,7% dos entrevistados afirmam *Trabalho em parceria com meus pais*. (Gráfico 04).

Gráfico 4: Acesso dos jovens as renda agrícola da família.

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

A baixa autonomia financeira é uma constante para os jovens de ambos os sexos, porém é ainda mais ajuda entre as jovens mulheres. Como pode ser constatado na Tabela 13, entre os homens 31,8% diz que fica com recursos provenientes de atividades autônomas, situação vivida por 19,3% das mulheres. Elas por sua vez respondem em 46% que quando precisam de alguma coisa precisam pedir aos pais. De modo geral, as mulheres apresentam percentuais menores em categorias de respostas que apontam para alguma forma de reconhecimento do trabalho através de remuneração ou estabelecimento de parceria. Confirmando a desigualdade entre homens e mulheres no acesso aos recursos financeiros gerados na produção familiar agrícola, as jovens entrevistadas apresentam percentuais maiores do que os homens quando as respostas são: “não obtenho nenhuma remuneração pelo meu trabalho”.

Tabela 13. Formas de acesso dos jovens as rendas provenientes da atividade agrícola por sexo do entrevistado (F e %).

QUAL RECOMPENSA VOCÊ RECEBE POR SUA PARTICIPAÇÃO NO TRABALHO FAMILIAR AGRÍCOLA?		SEXO:		Total
		Masculino	Feminino	
Recebo periodicamente uma quantia em dinheiro para meu dispor.	f	19	8	27
	%	17,8%	14%	16,5%
Fico com os recursos provenientes de atividades autônomas.	f	34	11	45
	%	31,8%	19,3%	27,4%
Fico com parte dos resultados de produtos que comercializo.	f	11	1	12
	%	10,3%	1,8%	7,3%
Trabalho em parceria com meus pais e fico com uma parte pré-definida.	f	5	1	6
	%	4,7%	1,8%	3,7%
Quando preciso de alguma coisa ou dinheiro peço para meus pais.	f	27	23	50
	%	25,2%	46,0%	30,5%
Não obtenho nenhuma recompensa pelo meu trabalho.	f	9	11	20
	%	8,4%	19,3%	12,2%
NS/NR	f	2	2	4
	%	1,9%	3,5%	2,4%
Total	f	107	57	164
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Na Tabela 14 apresenta-se o cruzamento das respostas à pergunta *Que recompensa você ganha por sua participação no trabalho familiar agrícola?* pela variável faixa etária. A resposta *Quando preciso de alguma coisa ou dinheiro peço aos meus pais* é mais frequente entre os jovens adolescentes (50%). Com o avanço da idade os entrevistados esta resposta vai perdendo a relevância, passando a 19,2% na faixa etária de 20 a 24, e a 13,2% entre os jovens adultos. Entre os jovens da faixa etária intermediária, predominam os que acessam recursos provenientes de atividades autônomas (32,7%) e aqueles que recebem periodicamente algum dinheiro para dispor como quiser (21,2%). Entre os jovens adultos a resposta mais recorrente refere-se a obtenção de recursos resultantes de atividades autônomas.

Tabela 14. Formas de acesso dos jovens as rendas provenientes da atividade agrícola por faixa etária do entrevistado (F e %).

QUAL RECOMPENSA VOCÊ RECEBE POR SUA PARTICIPAÇÃO NO TRABALHO FAMILIAR AGRÍCOLA?		FAIXA ETÁRIA DO ENTREVISTADO:			Total
		De 15 a 19 anos de idade.	De 20 a 24 anos de idade.	De 25 a 29 anos de idade.	
Recebo periodicamente uma quantia em dinheiro para meu disport.	f	9	11	7	27
	%	13,2%	21,2%	15,9%	16,6%
Fico com os recursos provenientes de atividades autônomas.	f	7	17	21	45
	%	10,3%	32,7%	47,7%	27,4%
Fico com parte dos resultados de produtos que comercializo.	f	2	5	5	12
	%	2,9%	9,6%	11,4%	7,3%
Trabalho em parceria com meus pais e fico com uma parte pré-definida.	f	4	1	1	6
	%	5,9%	1,9%	2,3%	3,7%
Quando preciso de alguma coisa ou dinheiro peço para meus pais.	f	34	10	6	50
	%	50,0%	19,2%	13,6%	30,5%
Não obtenho nenhuma recompensa pelo meu trabalho.	f	11	7	2	20
	%	16,2%	13,5%	4,5%	12,2%
NS/NR	f	1	1	2	4
	%	1,5%	1,9%	4,5%	2,4%
Total	%	100,0%	100%	100,0%	100,0%

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Estas informações apresentadas acima comprovam que, na medida em que aumenta a idade dos jovens, eles vão tendo mais acesso aos rendimentos da agricultura. Enquanto são adolescentes tem que pedir dinheiro para os pais. Na medida em que a idade avança, passam a desenvolver atividades autônomas e obter rendas próprias. Ou seja, com o avançar da idade eles vão obtendo maior acesso aos recursos provenientes da agricultura de forma cada vez mais autônoma.

Percebe-se assim que a situação juvenil na agricultura familiar do Recôncavo é marcada por um restrito acesso a uma renda monetária própria. As informações apresentadas neste tópico demonstram que os jovens dificilmente obtêm alguma renda da atividade agrícola que realizam e que esta, quando ocorrem, deriva da possibilidade de desenvolverem atividades autônomas nas UPF. Além disso, existe uma acentuada diferença entre homens e mulheres e entre jovens adultos e jovens adolescentes.

Autonomia material dos jovens

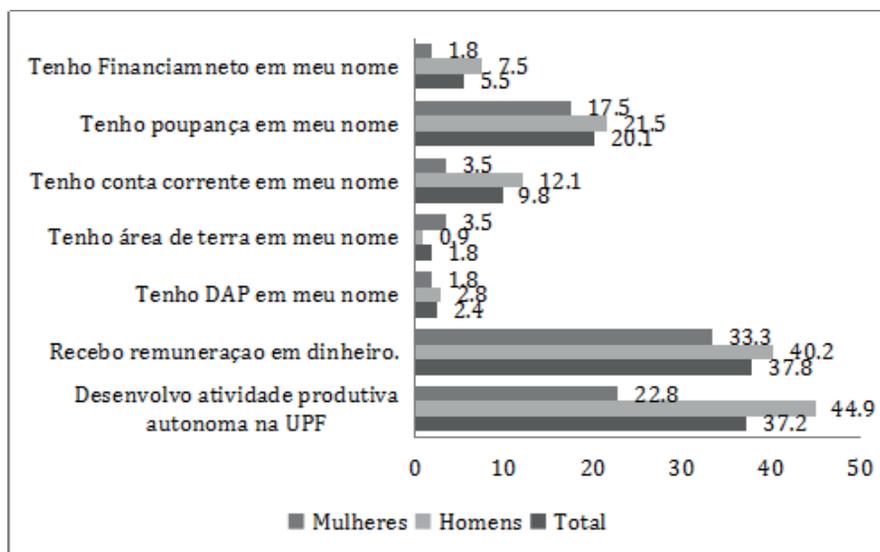
O sentido de autonomia adotado neste trabalho corresponde “à condição de uma pessoa ou de uma coletividade cultural de determinar ela mesma a lei à qual se submete” (LALANDE, 1999, p. 115). Ou seja, aqui, o termo autonomia é utilizado para descrever situações onde o sujeito é capaz de especificar as suas próprias regras, ou orientar-se pelo que é adequado para ele. Destaca-se que a autonomia é uma “condição”, visto que esta é uma propriedade que se inscreve nas relações sociais, assim “[...] se dá no mundo e não apenas na consciência dos sujeitos, sua construção envolve dois aspectos: o poder de determinar a própria lei e também o poder ou capacidade de realizar” (ZATTI, 2007). Para que haja autonomia, os dois aspectos devem estar presentes, e o pensar autônomo precisa ser também fazer autônomo. Este fazer encontra-se determinado socialmente de tal maneira que a autonomia é limitada por condicionamentos; não é absoluta. Dessa forma, autonomia jamais pode ser confundida com autossuficiência (ZATTI, 2007). Ao acrescentarmos o termo material – autonomia material – pretende-se especificar o processo pelo qual a propriedade de recursos alocativos de ordem material permite a operação de ações auto-orientadas.

Entre os jovens agricultores familiares a autonomia material refere-se as condições que possibilitam a eles construir um espaço próprio no processo de trabalho familiar agrícola e obter uma renda própria. Logo, as condições materiais que possibilitam ao jovem construir sua autonomia podem ser estudadas através de indicadores empíricos referentes à estrutura fundiária, à integração mercantil e ao acesso a rendas agrícolas entre os jovens. Estas informações foram obtidas solicitando-se aos entrevistados que respondessem *sim* ou *não* conforme a sua situação por ocasião da entrevista para um conjunto de sete assertivas. 1) *Desenvolvo atividade produtiva autônoma na unidade de produção familiar;* 2) *Possuo inscrição na DAP²¹ em meu nome;* 3) *Recebo remuneração em dinheiro por minha participação no trabalho familiar agrícola;* 4) *Tenho área de terra em meu nome;* 5) *Tenho conta corrente em meu nome;* 6) *Tenho conta poupança em meu nome;* 7) *Tenho financiamento em meu nome.*

21 - Declaração de Aptidão ao PRONAF.

Coma base nas respostas positivas para cada um dos indicadores e comparado este por sexo dos entrevistados obteve-se o Gráfico 05. Nele observa-se que os jovens apresentam baixos percentuais em todos os indicadores de autonomia material adotados. As maiores porcentagens são verificadas nos quesitos *Recebo remuneração em dinheiro por minha participação no trabalho familiar agrícola* (37,8% do total), *Desenvolvo atividades produtivas autônomas na UPF* (37,2% do total) e *Tenho conta poupança em meu nome* (20,1%).

Gráfico 05: Indicadores de autonomia dos jovens por sexo e total (%)



Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

As atividades produtivas autônomas realizadas pelos jovens agricultores em suas unidade de produção familiar possibilitam a eles uma renda própria e serve como um treinamento para a gestão de sus unidades produtivas no futuro. Comparando-se segundo o sexo dos entrevistados percebe-se que os homens desempenham estas atividades com maior frequência (44,9%) do que a registrada entre as mulheres (22,8%).

A remuneração, mesmo que baixa, pelo trabalho desempenhado na unidade familiar é uma forma de reconhecimento da importância do trabalho dos jovens para os resultados das famílias. Esta também é mais frequente entre os jovens homens (40,2%) do que entre as mulheres (33,3%).

O reconhecimento formal como agricultores familiares podem ser identificados por meio da inscrição na Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). Instrumento obtido principalmente junto aos sindicatos de trabalhadores rurais e que habilita aos agricultores familiares a acessar as linhas de crédito do PRONAF. Chama atenção o reduzido percentual de jovens com a DAP. Assim as diferenças entre os homens e as mulheres não chegam a ser estatisticamente relevantes, contudo não se pode desconsiderar que também neste item as jovens mulheres estão em desvantagem.

Ter a propriedade da terra em que trabalha é a garantia do acesso ao principal meio de produção na agricultura. Os jovens entrevistados não dispõem desta condição. O que chama a atenção é o fato de que neste item se registra um índice maior entre as mulheres do que entre os homens. Isto deve ser fruto de políticas recente de regularização fundiárias que tem primado pela titulação de terras em nome das mulheres, principalmente as chefes de domicílio. Porém esta hipótese tem ainda que ser investigada adequadamente.

Ter conta corrente em seu nome também indica que o jovem conta com um recurso que lhe permite alguma autonomia. No total quase 10% dos entrevistados responderam positivamente a este indicador. Aqui a diferenciação de gênero é mais evidente uma vez que 12,1% dos jovens homens possuem conta corrente enquanto apenas 3,5% das jovens mulheres apresentam esta condição.

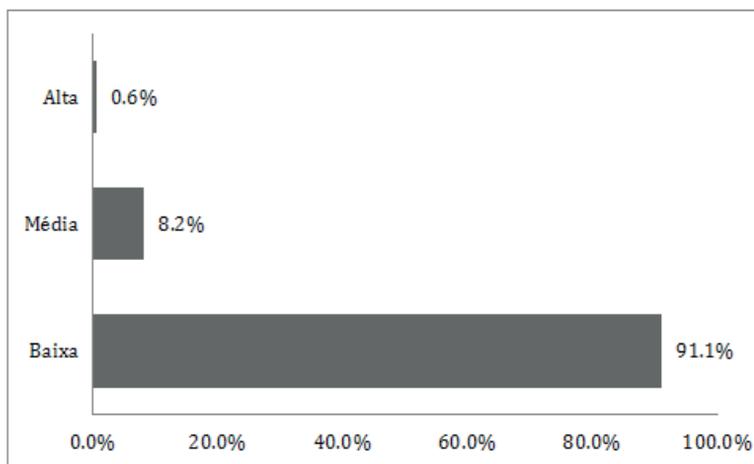
A melhor condição de autonomia material por parte dos jovens homens também é verificada na titularidade da conta poupança. A este respeito, 21,5% dos jovens afirmam ser titulares de conta poupança enquanto que 17,5% delas estão na mesma condição.

Os dois indicadores anteriores revelam um maior acesso dos jovens homens ao sistema bancário, o que é confirmado por um maior acesso destes a financiamentos. Num universo em que 5,5% dos jovens afirmam ter algum tipo de financiamento em seu nome, este índice chega a 7,5% entre os homens e cai para 1,8% entre as mulheres.

Este conjunto de informações demonstram que os jovens agricultores familiares praticamente não dispõem de autonomia material para implementarem ações que lhes propiciem concretizar suas aspirações pessoais. Para construir o índice sintético capaz de informar o grau de autonomia material dos jovens agricultores familiares, os sete indicadores vistos anteriormente foram agrupados sem ponderação, considerando as respostas positivas dos indivíduos, de tal modo que estes puderam ser distribuídos em três categorias: (1) com respostas positivas para até dois indicadores (de 0 a 2) foram classificados como *baixa autonomia*; (2) com resposta positivas para três a quatro indicadores foram classificados como *média autonomia*; (3) com resposta positivas para cinco ou mais indicadores (de 5 a 7) foram classificados como *alta autonomia*.

Os resultados deste procedimento se encontram representados no Gráfico 06. Nele verifica-se que 87,3% dos jovens se encontram em condição de baixa autonomia material, 7,9% atingem um nível médio e que menos de 1% atingem o nível de alta autonomia material segundo critérios adotados.

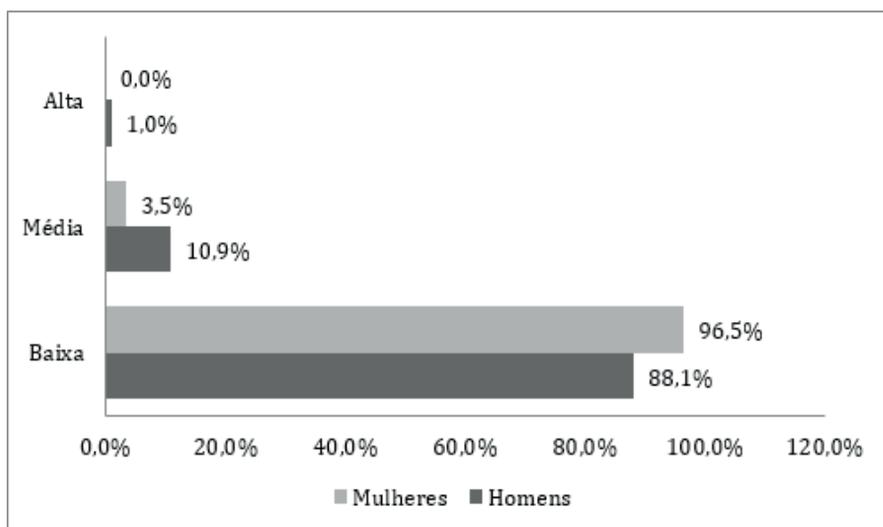
Gráfico 06: Nível de autonomia material dos Jovens agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia.



Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

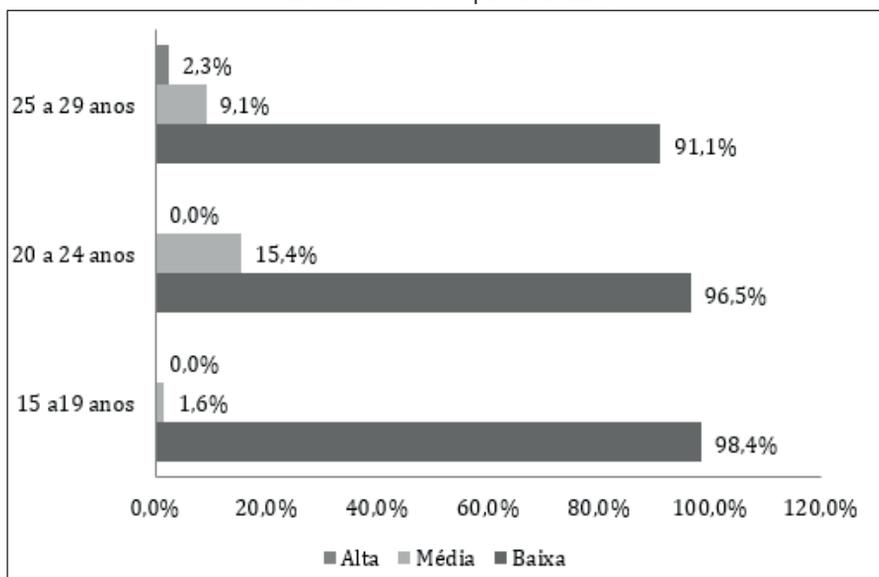
Ao proceder com o cruzamento de autonomia material com o sexo dos entrevistados (Gráfico 07), nota-se a desvantagem acentuada da situação das mulheres em relação aos homens. Apesar de prevalecer entre ambos os sexos o nível de baixa autonomia material, esta é mais aguda entre as mulheres que estão em 96,5% dos casos nesta situação contra 88,1% dos casos de homens. No nível de média autonomia os jovens homens atingem percentual de 10,9% enquanto que as mulheres ficam em 3,5%. O único caso de alta autonomia é registrado junto a um jovem do sexo masculino. Isto revela que estes se encontram em uma situação relativamente subalterna, que restringe suas possibilidades de satisfação de suas demandas materiais.

Gráfico 07: Nível de autonomia material dos Jovens agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia por sexo.



Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012

Gráfico 08: Nível de autonomia material dos Jovens agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia por faixa etária.



Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012

Quando se realiza o cruzamento do índice de autonomia material (Gráfico 08) dos jovens agricultores familiares do recôncavo da Bahia pela variável *faixa etária* também se revelam diferenças das condições de autonomia material entre os entrevistados. Isto é bem marcado entre as extremidades da idade juvenil. Enquanto 98,4% dos jovens adolescentes dispõem de baixa autonomia material, a mesma condição ocorre entre 91,1% dos jovens adultos. Entre os jovens de 20 a 24 anos registra-se o maior percentual de média autonomia (15,4%). Entre estes jovens de 25 a 29 anos registra-se a única situação de alta autonomia da amostra e que corresponde a 2,3% do total desta faixa etária. Isto revela que apesar da ligeira melhora no nível de autonomia material dos jovens agricultores com o avançar da idade, a situação é extremamente precária em termos de autonomia material entre os jovens do universo estudado.

A marca da baixa autonomia

Neste capítulo, abordaram-se as condições de acesso dos jovens agricultores familiares do Recôncavo da Bahia aos recursos materiais relacionados com a atividade agrícola. Foi possível identificar que o universo de estudo se caracteriza pela presença de famílias proprietárias de pequenos lotes de terra que foram, em grande medida, obtidos por herança. Além disto, verificou-se que a posse é a principal forma de ocupação de terra por agricultores não proprietários na região do estudo. Também foi possível comprovar que a agricultura familiar do recôncavo tem um forte componente de produção para o autoconsumo e que os circuitos mercantis são restrito uma que a produção é comercializada diretamente aos consumidores o através de intermediários. Chama a atenção os baixos rendimentos obtidos por estes agricultores. Estes aspectos em seu conjunto leva a classificar a agricultura familiar do recôncavo como mais próxima do modelo camponês, ou seja trata-se de uma agricultura familiar camponesas.

Ao buscar-se identificar como os jovens percebem o seu acesso à renda agrícola, uma vez questionados sobre que recompensa recebem por sua participação no trabalho familiar agrícola, verifica-se que a maioria deles só acessa os resultados de seu trabalho na medida em que pede para os pais aquilo que necessita. Situação em que se encontram, principalmente, os jovens adolescentes e as mulheres.

Ao serem detalhadas as condições de autonomia material, pode-se verificar que a situação juvenil na agricultura familiar é marcada por uma baixa autonomia. Esta é ainda mais precária para as jovens mulheres e para os jovens adolescentes. Com a progressão das idades dos entrevistados, esperava-se que o nível de autonomia fosse aumentando progressivamente. Contudo, não é bem assim que as coisas acontecem. Pouco se modifica esta situação de dependência dos jovens. Neste caso, a baixa autonomia material persiste em índices bastante elevados mesmo entre os jovens adultos. Pode-se concluir que a situação juvenil na agricultura familiar é caracterizada por uma baixa autonomia material.

Os Processos de Socialização dos Jovens Agricultores Familiares no Recôncavo

O objetivo deste capítulo é analisar os processos de socialização dos jovens agricultores familiares no Recôncavo da Bahia. Deste modo, inicia-se avaliando a inserção juvenil no processo de trabalho familiar agrícola. Neste âmbito a família figura como o agente socializador principal. Esta enfrenta a concorrência de outras agências, dentre as quais se destaca o sistema formal de ensino. A estas se somam ainda os processos socializadores livres experimentado pelos jovens com seus pares de idade. São estas formas de sociabilidade juvenil que buscamos captar por meio das práticas de lazer e a frequência com que eles as realizam. Aponta-se as diferenciações com base em atributos como sexo e a idade, para demonstrar que a socialização destes jovens se estrutura a partir de critérios originados das relações sociais de gênero e geração. Busca-se, deste modo, confirmar que entre os jovens agricultores predomina a socialização no trabalho familiar agrícola, sendo esta a principal característica da situação juvenil na agricultura familiar. Porém, antes de expor os resultados desta dimensão do estudo, é feita uma breve revisão teórico-conceitual do debate sobre os processos de socialização.

Sobre o processo de socialização

Quando nos referimos a processos de socialização temos em mente um processo socialmente estruturado de internalização dos valores e normas coletivas pelo indivíduo; simultaneamente, de integração do indivíduo a sociedade ou a um setor desta.

A principal referência clássica desse debate encontra-se em Émile Durkheim, principalmente na obra *Educação e Sociologia*, publicada, postumamente, em 1922, onde se encontra a afirmação de que “*a educação consiste numa socialização metódica das novas gerações*” (DURKHEIM,

1978, p. 41). Conforme este autor, ao *ser individual* – ligado às experiências de cada um – soma-se, progressivamente, o *ser social*. É a própria sociedade – enquanto estrutura – que funda suas forças morais diante das quais os homens sentem a inferioridade. A cada nova geração, essas forças devem ser totalmente retrabalhadas para que se agregue o mais rápido possível ao ser egoísta e *a-social* um novo ser, uma natureza apta a viver em sociedade. Assim – argumenta – a educação não desenvolve uma natureza aprisionada, mas produz um novo ser em cada indivíduo. Esta, portanto é a função da educação, que apenas seria apreensível identificar após a análise estrutural (DURKHEIM, 1978). Nesta perspectiva, a socialização aparece como um mecanismo de modelagem das personalidades que estruturam as condutas essenciais ao funcionamento social.

Isto nos conduz à questão de uma teoria mais geral sobre a transmissão cultural presente no conceito de *habitus*, tal como desenvolvido por Pierre Bourdieu. Este autor retoma esta palavra latina utilizada pela tradição escolástica e que traduz a palavra grega *hexis*, que fora empregada por Aristóteles para designar “as disposições adquiridas do corpo e da alma” (DUBAR, 2005). Bourdieu resgata esta noção filosófica, que já havia sido utilizada em sociologia por Durkheim e, posteriormente por Norbert Elias, buscando dar-lhe uma definição mais complexa, mais dialética e também mais operacional. Apesar das definições de *habitus* variarem ao longo de seus escritos, é possível reter-lhe o sentido de um sistema de disposições incorporadas e duradouras que funcionam como princípios geradores de práticas e de representações.

Ou seja, conforme Bourdieu (2005, p. 296), “a produção do sistema de disposição que é o *habitus*” realiza a “mediação entre as estruturas e as práticas”. Com este conceito, ele busca dar conta, na explicação das práticas sociais previamente orientadas por disposições incorporadas, da interdependência entre a realidade objetiva (da estrutura social) e a subjetiva (da ação social), o que o leva a percebê-la em relação à divisão de classes sociais. Conforme suas palavras:

Estrutura estruturante que organiza as práticas e a percepção das práticas, o *habitus* é também estrutura estruturada:

o princípio de divisão em classes lógicas que organiza a percepção do mundo social é, por sua vez, o produto da incorporação da divisão em classes sociais. Cada condição é definida, inseparavelmente, por suas propriedades intrínsecas e pelas propriedades relacionais inerentes à sua posição no sistema das condições que é, também, um **sistema de diferenças**, de posições diferenciadas, ou seja, por tudo o que a distingue de tudo o que ela não é e, em particular de tudo o que lhe é oposto: a identidade social define-se e afirma-se na diferença (BOURDIEU, 2008, p.164).

Esta dimensão relacional da socialização, que produz a incorporação das disposições de classe, através de um **habitus** de classes, significa o entendimento de que os indivíduos tendem a querer apenas o que têm chance de conseguir. Ou seja, este mecanismo assegura a adesão dos agentes à reprodução de sua posição social e a sua participação ativa neste processo de reprodução. Disto pode-se sustentar que a disposição de um jovem agricultor familiar será de se orientar “por suas propriedades intrínsecas e pelas propriedades relacionais inerentes à sua posição no sistema das condições” e reagirá a elas como aprendeu precocemente a fazer, contribuindo, assim, para a reprodução de seu grupo social. Isto porque o **habitus**, nada mais é do que a cultura do seu grupo de origem, incorporada à sua personalidade através dos processos de socialização.

Percebe-se que, nesta tradição iniciada em Durkheim e com prolongamentos até Bourdieu, a socialização que produz a incorporação duradoura de disposições de maneiras de pensar e de agir, em conformidade com os valores culturais e sociais de seu grupo de origem tende a enfatizar a incorporação de disposições necessárias à reprodução social. Deste modo, é preciso estar atento para o fato de que esta socialização se, por um lado, engendra estratégias objetivas que cumprem funções de reprodução; por outro, é orientada para a conservação ou para o aumento do patrimônio. Ou seja, não se pode negar que, na verdade, reproduzir as condições de produção implica querer alcançar um **status** superior e não manter a mesma posição da origem (BOURDIEU, 2004). Sem esta possibilidade de progressão, via adaptação a novos contextos e desenvolvimento de inovações, a própria reprodução passa a estar em risco.

É possível considerar a expressão das estruturas objetivas que produzem um *habitus* pela configuração de processos sociais de interiorização e exteriorização dos valores, das normas e práticas sociais, tais como nos processos de socialização. Bourdieu desenvolveu estes aspectos principalmente analisando o papel do sistema de ensino na reprodução da estrutura de distribuição do capital cultural e na justificação da desigualdade social. Destacam-se três temas recorrentes em sua obra. Primeiro: o desempenho acadêmico está ligado ao *background* cultural, ou capital cultural prévio originado da família. Segundo: o sistema educacional atualiza o grau de oportunidade educacional e capital cultural herdado, o que é particularmente visível nos casos de estudantes de classes baixa academicamente bem sucedido e que dependem da escola para aquisição de seu capital cultural. Deste modo, reconhece na escola a possibilidade de mobilidade social, limitada e controlada, e por isto mesmo uma das fontes de apoio da ideologia da meritocracia. Terceiro: o processo seletivo da educação está relacionado à estrutura de classes sociais, demonstrando uma alta correlação entre classes social e desempenho escolar (BOURDIEU, 2002, 2004, 2006).

Como vimos até aqui, os processos de socialização são responsáveis pela interiorização de normas, dos valores, estruturas cognitivas e conhecimentos práticos. Segundo este *“esquema do condicionamento”* (BOUDON; BOURRICAUD, 1993), este processo implica a assimilação precoce e inconsciente de esquemas corporais e atitudes culturais que, presumivelmente, determinam suas condutas futuras. Boudon e Bourricaud (1993) enfatizam que certas aprendizagens cognitivas ou corporais levam à aquisição de aptidões específicas; outras, ao domínio de procedimentos operatórios gerais, mais ou menos indefinidamente adaptáveis à diversidade das situações concretas.

Com efeito, os processos de socialização também possuem esta dimensão interacional, de tal modo que não se pode considerar a socialização como um processo de mão única. O que está presente na noção mannheimiana de que “não apenas o professor educa seu aluno, mas o aluno também educa o professor” (MANNHEIM, 1982, p. 83). Compreende-se, que as gerações se constituem a partir das vivências intergeracionais que configuram as su-

cessões entre gerações. Estas interações assumem um caráter de processos reflexivos associados a estas vivências. Acolhe-se na interpretação deste processo a perspectiva interacionista que salienta a dinâmica das interações na aquisição de *know-how* e insiste no vínculo entre conhecimento de si e do outro, construção de si e construção do outro (MOLLO-BOUVIER, 2005, p. 393).

Com efeito, deve-se buscar estabelecer com precisão o que marca, diferencialmente, a socialização dos jovens agricultores familiares. Esta, devido ao próprio processo de trabalho, se caracterizara como uma socialização profissional e como reprodução da diferenciação dos papéis sociais de gênero.

A socialização dos jovens agricultores se realiza, principalmente, como imersão em uma atividade profissional. Trata-se, na verdade, de um treinamento que tem como finalidade prepará-los para, no futuro, tornarem-se agricultores independentes. Portanto, será o domínio sobre o saber fazer da agricultura, e não a idade, que proporcionará seu reconhecimento social como agricultor adulto, isto é, apto a construir uma nova família e dirigir uma unidade produtiva independente (WEISHEIMER, 2004, 2009). Desta forma, o processo de trabalho familiar agrícola se estabelece de modo objetivo entre os jovens agricultores, impondo-lhes uma posição no mundo. A este respeito, Bourdieu constata que:

El sistema de las disposiciones inculcadas por las condiciones materiales de existencia y por la educación familiar (por ejemplo, el *habitus*) que constituye el principio generador y unificador de las prácticas fruto de las estructuras que estas prácticas tienden a reproducir, de modo que los agentes sólo pueden reproducir, es decir reinventar inconscientemente o imitar conscientemente (BOURDIEU, 2004, p. 171).

Desta maneira, a estrutura objetiva, que é o trabalho familiar, tende a produzir, como efeito do processo socializador, as disposições necessárias para que os jovens agricultores produzam ações estruturadas que tenderão a reproduzir esta estrutura objetiva que é o processo de trabalho e sua forma de organização. Nisto consiste a força do processo de socialização orientado para a reprodução geracional do trabalho agrícola. Ou seja, se está diante de um processo de socialização que não é simplesmente familiar. Ele é também profissional, no sentido de que isto implica tanto numa posição nas relações

sociais de produção, quanto em juízos de valor e prestígio. Temos, portanto, uma socialização profissional como uma espécie de imersão na cultura profissional, uma identificação das funções e tarefas a serem realizadas e a identificação com o grupo de referência (DUBAR, 2005).

Esta perspectiva coloca a socialização profissional no centro da análise da reprodução social da agricultura familiar. Para tanto, estamos conferindo ao termo *profissão* uma definição mais ampla do que predomina na sociologia das profissões. Isto porque entendemos que os agricultores familiares não apenas são detentores de um saber especializado como também criam uma ética profissional cujas regras se transmitem às novas gerações no próprio trabalho. Deste modo, a socialização no trabalho familiar agrícola implica imersão profissional em um duplo significado. Como indício de integração à economia de mercado “admitindo-se que esta noção de profissão é tanto mais aceita quanto maior for esta integração” (BILLAUD, 1998 p, 175) e, principalmente, como reprodução de um “sistema de valores que organiza as condutas individuais e no qual a maneira de legitimar o trabalho é reveladora de uma ética que ultrapassa o âmbito apenas profissional” (BILLAUD, 1998 p, 175).

Além disto, é preciso destacar que a socialização dos jovens agricultores é atravessada por relações sociais de gênero. Estas implicam imposição de hierarquias sociais, relações de poder e dominação que atravessam o conjunto da sociedade e se articulam com outras relações sociais, como as intergeracionais.

Autoras como Nancy Chodorow (1979) desenvolveram uma reflexão sobre como a condição de gênero interfere na socialização, reproduzindo papéis sociais diferenciados para homens e mulheres. Essa, especificamente, argumenta que as mulheres são socializadas no ambiente doméstico em companhia das mulheres de gerações anteriores, as quais lhes transmitem desde cedo uma série de atributos objetivos. Ainda crianças, as mulheres aprendem as atividades do ambiente doméstico, se tornando “pequenas mães”. Já a experiência de socialização dos homens é oposta: eles precisam aprender a ser homens longe do ambiente doméstico, procurando companhias horizontais (meninos de sua idade) e estabelecendo laços públicos.

Com efeito, a partir dessa socialização diferenciada, os princípios geradores do status social também se diferenciam (CHODOROW, 1979).

Estes autores chamam a atenção para o fato de que as mais inocentes brincadeiras infantis produzem a incorporação de papéis sociais de gênero. Conforme Pierre Bourdieu (1999), para quem a socialização é fundamentalmente a incorporação de um *habitus*, tanto o homem quanto a mulher são produtos da dominação masculina na medida em que ela cria expectativas sociais às quais ambos estão sujeitos. Como se trata de uma forma de dominação simbólica, esta conta, necessariamente, com um sentido de obediência dos dominados. O autor aponta o papel das próprias mulheres no reconhecimento dessa dominação masculina como legítima, à medida que elas também reproduzem as mesmas normas que as oprimem na socialização de seus filhos homens e mulheres.

Considerando-se o papel fundamental das mães na socialização das crianças, pode-se dizer que elas atuam na reprodução dos mecanismos de dominação em relação aos seus filhos e filhas por meio de diferenciação dos processos de socialização, da atribuição de espaços sociais, papéis sociais e expectativas diferenciadas por sexo. Assim, na agricultura familiar as diferenças entre sexos, diferença fundamental em qualquer ordenação social, tendem a ser usadas como justificativa da desigualdade que é reproduzida culturalmente, distinguindo posições e papéis sociais entre jovens de ambos os sexos.

O enfoque de gênero, conjuntamente com o geracional, permite identificar que a socialização dos jovens no trabalho familiar agrícola impõe-lhes um repertório de regras que devem ser respeitadas em suas práticas cotidianas. O predomínio do chefe masculino se transmite na socialização no trabalho, onde as mulheres se subordinam aos homens; os jovens, aos seus pais. Estas práticas reproduzem as posições ocupadas por homens e mulheres, crianças, jovens, adultos e idosos na hierarquia doméstica.

A antropóloga Ellen Woortmann (1995), que comparou as práticas de agricultores do sul aos do nordeste brasileiro, afirma que, por meio da divisão sexual do trabalho que é, ideologicamente, engendrado, caberá as mulheres realizarem de modo exclusivo as tarefas domésticas além de par-

ticiparem conjuntamente com os homens das tarefas agrícolas não tendo reconhecido seu trabalho como produtivo. Ou seja, esta autora identificou que as tarefas realizadas por mulheres exclusivamente perdem o caráter de trabalho, ao menos em seu sentido produtivo. “Mas, se estas não são “produtivas” são, seguramente, reprodutivas, isto é, centrais para a reprodução do grupo doméstico e do próprio trabalho” (WOORTMANN, 1995, p. 35). Ou seja, a desvalorização do trabalho feminino na agricultura faz com que este seja percebido como “parcial” “leve” ou considerado como “ajuda”.

Este debate nos leva a considerar que o processo de socialização dos jovens agricultores familiares reproduz as relações sociais de gênero atribuindo papéis diferenciados a homens e mulheres. No contexto da organização do trabalho familiar agrícola, isto implica a reprodução da divisão sexual e geracional do trabalho familiar hierarquizando os espaços na unidade produtiva e as tarefas que nela se realizam. Ou seja, esta socialização mediada por relações sociais de gênero vincula os filhos homens às tarefas agrícolas auxiliares a dos pais; as filhas mulheres às tarefas domésticas como ajudantes das mães. Como efeito, destas práticas a participação das jovens no trabalho agrícola será – via de regra – identificado como “parcial”, “leve” ou como “ajuda”; portanto, secundário e pouco valorizado no âmbito do grupo doméstico. Assim, prepara-se terreno para a exclusão das filhas mulheres da sucessão hereditária na atividade agrícola e de sua participação na herança da terra onde se realiza o trabalho familiar.²²

Os jovens agricultores familiares encontram-se, parcialmente, integrados ao mundo social dos adultos. Trabalham como *força plena*, mas não são reconhecidos como agricultores plenos, o que envolverá o domínio de um saber agrícola que será transmitido no próprio trabalho. “Esse saber é transmitido à ‘força de trabalho’, aos filhos que, ao trabalhar, estão se constituindo também como ‘conhecedores plenos’” (WOORTMANN & WOORT-

22 - Este padrão sucessório que tende excluir a mulheres da herança encontram-se descritos nos trabalhos de Moura (1978); Seiferth, (1985); Abramovay et al. (1998); Silvestro et al. (2001); Carneiro (2001); Zorzi (2005); Spanavelo (2008).

MANN, 1997, p.13). Isto faz da socialização no trabalho familiar agrícola, uma socialização profissional com fortes trações de desigualdades de gênero.

Percebe-se que a socialização consiste no processo pelo qual o indivíduo aprende a ser um membro da sociedade, o que sugere uma dialética da inserção do sujeito na sociedade e da interiorização das regras de funcionamento desta pelo indivíduo. Deste modo, a participação no processo de trabalho familiar agrícola aparece como o principal dispositivo de socialização dos jovens agricultores. Isso permite a aquisição de um saber prático, a interiorização de uma ética do trabalho e todo um conjunto de disposições que servirão de referência à construção de suas identidades sociais e de seus projetos profissionais.

A socialização trabalho familiar agrícola

Quando se trata da reprodução social da agricultura familiar a força de familiar assume importância central. A divisão das tarefas pertinentes ao trabalho familiar agrícola é realizada obedecendo-se a critérios de gênero e etário, o que correspondem as hierarquias internas ao seio familiar. Neste tópico se analisa a intensidade do envolvimento dos jovens com o trabalho familiar agrícola e a participação destes jovens na divisão do trabalho familiar.

De modo geral, os jovens agricultores familiares são filhos de agricultores, ou seja, já nascem em uma família de agricultores. Por não haver separação entre unidade de produção e unidade familiar, estes jovens participam desde a infância das tarefas que caracterizam o trabalho agrícola. Segundo identificamos, os entrevistados começam a trabalhar na agricultura em média com 11 anos de idade. Registramos casos de jovens que dizem ter iniciado a trabalhar com 4 anos de idade, enquanto outros, com idades superiores a 20 anos. Conforme a Tabela 15, 27,4% dos entrevistados informaram ter começado a trabalhar com 10 anos e outros 12,2% com 12 anos de idade. Portanto o trabalho familiar agrícola esta presente na vida destes jovens desde sua infância.

Tabela 15: idade de iniciação dos jovens no trabalho familiar agrícola (*f* e %).

COM QUAL IDADE VOCÊ COMEÇOU A TRABALHAR NA AGRICULTURA?	f	%
4	4	2,4
5	5	3
6	2	1,2
7	8	4,9
8	15	9,1
9	6	3,7
10	45	27,4
11	4	2,4
12	20	12,2
13	12	7,3
14	18	11
15	15	9,1
16	4	2,4
18	3	1,8
20	1	0,6
22	1	0,6
29	1	0,6
Total	164	100

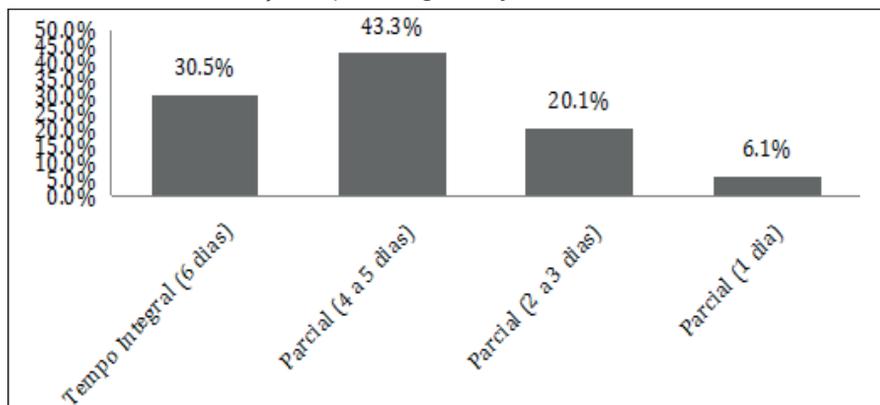
Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Buscamos saber mais sobre a intensidade deste envolvimento dos jovens no trabalho familiar agrícola. Para isto formulamos questões relativas a como eles participam do trabalho familiar e a duração de sua jornada de trabalho.

Os jovens foram questionados ainda sobre a sua participação no trabalho familiar agrícola, considerando quatro categorias de tempo dedicado a este trabalho: 1) tempo integral; 2) parcial (quatro a cinco dias); 3) parcial (dois a três dias); 4) parcial (um dia). A distribuição dos percentuais destas categorias encontra-se no Gráfico 09. Constata-se que 43% afirmam trabalhar por tempo parcial (de 4 a 5 dias) por semana, enquanto 30,3% declaram trabalhar em tempo integral (6 dias) por semana. Outros 20,1% exercem

trabalho parcial de 2 a 3 dias por semana, enquanto 6,1% participa ao menos um dia por semana desta atividade.

Gráfico 09: Distribuição da porcentagens da jornada diária de trabalho na UPF.



Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Quando se realiza o cruzamento da mesma questão pela variável sexo, percebe-se que entre ambos predomina o envolvimento em tempo parcial de 4 a 5 dias por semana. Nesta categoria os jovens homens 44,9% e as mulheres 40,5%. Observa-se ainda que os homens (38,6%) afirmam trabalhar mais em tempo integral na agricultura do que as mulheres (15,8%). Elas apresentam percentuais maiores quando se trata de atuação nesta atividade em tempo parcial inferior a 3 dias por semana (Tabela 16).

Tabela 16: Participação no trabalho familiar agrícola por sexo (f e %)

QUAL É SUA PARTICIPAÇÃO NO TRABALHO FAMILIAR AGRÍCOLA?		SEXO:		Total
		Masculino	Feminino	
Tempo Integral (6 dias)	f	41	9	50
	%	38,3%	15,8%	30,5%
Parcial (4 a 5 dias)	f	48	23	71
	%	44,9%	40,4%	43,3%
Parcial (2 a 3 dias)	f	14	19	33
	%	13,1%	33,3%	20,1%
Parcial (1 dia)	f	4	6	10
	%	3,7%	10,5%	6,1%
Total	f	107	57	164
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Na medida em que levamos em conta a faixa etária dos entrevistados, verificamos que a participação deles no trabalho familiar agrícola em tempo integral aumenta com a idade. Esta participação, que entre os jovens adolescentes de 15 a 19 anos é de 23,5% passa para 38,6% entre aqueles que têm de 25 a 29 anos. Situação inversa é observada para a dedicação em tempo parcial inferior a três dias, e de quatro a cinco dias. (Tabela 17).

Tabela 17: Participação no trabalho familiar agrícola por faixas etárias (f e %)

		FAIXA ETÁRIA DO ENTREVISTADO:			Total
		De 15 a 19 anos	De 20 a 24 anos	De 25 a 29 anos	
Tempo Integral (6 dias)	f	16	17	17	50
	%	23,5%	32,7%	38,6%	30,5%
Parcial (4 a 5 dias)	f	26	24	21	71
	%	38,2%	46,2%	47,7%	43,3%
Parcial (2 a 3 dias)	f	20	8	5	33
	%	29,4%	15,4%	11,4%	20,1%
Parcial a 91 dia)	f	6	3	1	10
	%	8,8%	5,8%	2,3%	6,1%
Total	f	68	52	44	164
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

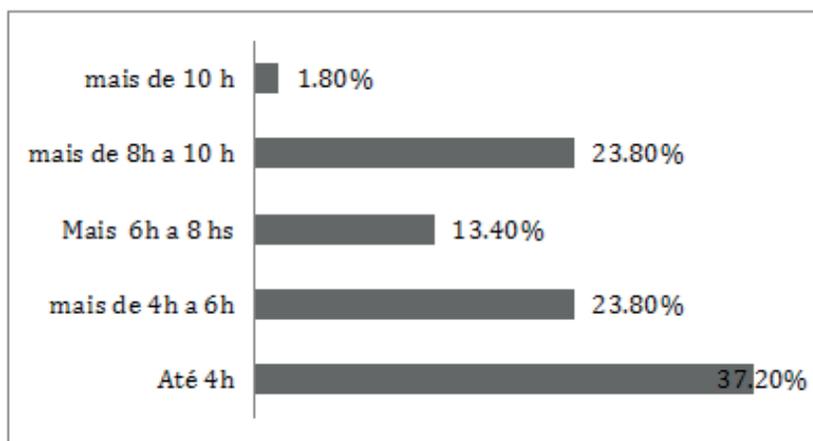
Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Um dos fatores que explica um percentual relativamente baixo (30,5%) de dedicação em tempo integral ao trabalho familiar é a forte presença do trabalho sazonal ou temporário entre os jovens. Como inferimos, 11,9% dos jovens realizam trabalho agrícola fora da UPF. Esta atividade chega a envolver 15% dos homens e 3,5% das mulheres entrevistadas. Neste caso a mão de obra juvenil é absorvida a agricultura patronal da região, principalmente nos aviários e nos canaviais. Outros 3,7% dos entrevistados desenvolvem algum trabalho não agrícola fora da UPF, neste item as mulheres chegam a compor 5,3% dos casos e os homens 2,8%. Para este indicador as informações obtidas indicam que as jovens mulheres trabalham principalmente como diaristas e os homens como serventes na construção civil.

A jornada de trabalho realizada pelos jovens também apresenta grande variação, uma vez que há jovens que afirmam trabalhar 1 hora por dia enquanto outros 12 horas. A jornada diária de trabalho dos entrevistados

é de 5 hora e 50 minutos em média. Quando se perguntou aos jovens sobre quantas horas eles trabalham por dia na agricultura familiar, 27% responderam que trabalham até 4 horas, 23,6% declaram trabalhar de 4 a 6 horas diariamente, 13,3% afirmam trabalhar de 6 a 8 horas por dia, 23,6% declararam trabalhar de 8 a 10 horas por dia e 1,8% afirmam trabalhar mais de 10 horas diariamente.

Gráfico 10: Jornada diária de trabalho familiar agrícola (%)



Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

A Tabela 18 traz a distribuição de frequências e percentuais da jornada de trabalho familiar agrícola por sexo dos entrevistados. Consta-se que as mulheres têm maior participação do que os homens nas jornadas inferiores a seis horas diárias de trabalho, com 49,1% delas cumprindo jornadas de até quatro horas, enquanto apenas 30,8% dos rapazes figuram na mesma categoria de resposta. Na medida em que aumenta a jornada diária de trabalho o percentual de jovens também cresce, sendo de 29% trabalhando de oito a dez horas. Entre os homens registramos jornadas de trabalho superior a dez horas diárias, algo que não ocorre entre as mulheres.

Existem diferenças nas jornadas diárias de trabalho por faixas etárias dos entrevistados, como pode ser identificado na Tabela 19. De um modo

geral as jornadas aumentam com a faixa etária. Enquanto os jovens de 15 a 19 anos ocupam-se, em 55,9% dos casos, em jornadas diárias de até quatro horas, os jovens com mais de vinte anos realizam jornadas de oito a dez horas diárias.

Tabela 18: Jornada diária de trabalho por sexo (f e %)

JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO NA UPF		SEXO:		Total
		Masculino	Feminino	
Até 4h	f	33	28	61
	%	30,8%	49,1%	37,2%
Mais de 4h a 6h	f	20	19	39
	%	18,7%	33,3%	23,8%
Mais 6h a 8 hs	f	20	2	22
	%	18,7%	3,5%	13,4%
Mais de 8h a 10 h	f	31	8	39
	%	29,0%	14,0%	23,8%
Mais de 10 h	f	3	0	3
	%	2,8%	,0%	1,8%
Total	f	107	57	164
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Tabela 19: Jornada de trabalho familiar agrícola por faixa etária (f e %)

JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO NA UPF:		FAIXA ETÁRIA DO ENTREVISTADO:			Total
		De 15 a 19 anos de idade.	De 20 a 24 anos de idade.	De 25 a 29 anos de idade.	
Até 4h	f	38	12	11	61
	%	55,9%	23,1%	25,0%	37,2%
mais de 4h a 6h	f	18	12	9	39
	%	26,5%	23,1%	20,5%	23,8%
Mais 6h a 8 hs	f	5	9	8	22
	%	7,4%	17,3%	18,2%	13,4%
mais de 8h a 10 h	f	6	19	14	39
	%	8,8%	36,5%	31,8%	23,8%
mais de 10 h	f	1	0	2	3
	%	1,5%	,0%	4,5%	1,8%
Total	f	68	52	44	164
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Se pode constatar que os jovens participam principalmente em tempo parcial do processo de trabalho familiar agrícola. Isto sugere que eles exerçam outras atividades agrícolas e não agrícolas fora das suas unidades familiares.

Isto deve-se a situações em que ha alguma forma de combinação da atividade agrícola com outras formas de ocupação em atividades não agrícolas, que caracterizam a pluriatividade (SCHNEIDER, 2003) entre os jovens agricultores do Recôncavo. Essa combinação entre agricultura familiar e outras atividades deve-se principalmente a necessidade de se obter um rendimento próprio para o jovem ou mesmo complementar as rendas da família, visto que os padrões de rendimento dos agricultores familiares da região ser baixo. Outrossim, não se pode esquecer que parte dos jovens conciliam o trabalho agrícola com os estudos, o que implica num envolvimento parcial no trabalho familiar.

Para Pereira (2004) os jovens do meio rural das gerações passadas construíam suas experiências em espaço social mais restrito, enquanto que as gerações atuais estão cada vez mais ligadas neste campo com relações sociais e culturais mais amplas, o que possibilita a estes jovens repensarem suas identidades e suas relações pessoais. Neste contexto, o meio rural transforma-se em um espaço cada vez mais heterogêneo e diversificado. Nesse sentido, as políticas de desenvolvimento rural voltadas para a juventude precisam considerar também a realidade vivida por essa categoria social, visto que é preciso analisar, no momento da elaboração e da avaliação das políticas para a agricultura familiar, os possíveis padrões de estratégias de reprodução existentes, a partir do conhecimento dos projetos familiares e de como essas relações entre as políticas existentes integram-se ou confrontam-se com as estratégias de reprodução na agricultura familiar.

As diferenças de intensidade na participação no trabalho agrícola correspondem às dinâmicas da divisão sexual e etária do trabalho no interior da unidade de produção familiar e a respectiva atribuição de papéis sociais distintos com base nestes critérios. Deste modo, as respostas dos informantes, que apontam uma participação no trabalho agrícola inferior de jovens adolescentes e mulheres em comparação a dos jovens adultos e homens podem ter duas explicações: a) entre os adolescentes o trabalho deve estar associado ao estudo formal e; b) entre as jovens mulheres as suas respostas podem não ter considerado o tempo dedicado as atividades domésticas. Nestes casos, isto corresponderia a uma expressão da cultura que percebe o trabalho feminino

como “parcial”, “leve” e “ajuda” como discutido anteriormente. Ou seja, esta assimetria na participação por sexos e idades pode ser explicada por duas alternativas. À primeira, corresponde a possibilidade de que elas tenham internalizado a desvalorização de sua participação no trabalho agrícola e não reconhecem suas atividades domésticas como parte do trabalho familiar agrícola. A segunda possibilidade é a de que, realmente, as jovens mulheres, com destaque para as adolescentes, estejam tendo uma inserção parcial e realizando jornadas diárias de trabalho menores do que a dos jovens homens. Nestes casos, elas tendem a apresentar outras formas de ocupação do tempo excedente, o que poderá ser verificado em relação à participação no ensino formal e em atividades de lazer que serão objeto dos próximos tópicos do capítulo.

A socialização no ensino formal

Busca-se agora analisar a socialização dos jovens no sistema formal de ensino. Compreende-se esta escolarização formal como o ensino regular oferecido por instituições públicas e privadas nos diferentes níveis da educação brasileira. Considera-se, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sancionada em 25 de dezembro de 1996, que estes se compõem de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Médio Profissionalizante, Educação Superior e Pós-graduação.

Como argumentava Durkheim (1978), a educação promovida no sistema escolar distingue-se da educação que é dada na família pelo fato de ser voluntária. Assim, ela não tem em vista apenas reproduzir uma cultura, mas é ela mesma identificada como um modelo cultural que procura produzir um tipo de sociedade e de indivíduo. Isto é relevante uma vez que o sistema formal de ensino orienta-se por diretrizes curriculares unificado para todo território nacional²³ e que visam capacitar os estudantes principalmente para o desempenho de funções sociais pautadas pela inserção no

23- Conforme consta no artigo 26 da LDB, “os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela” (art.26.). BRASIL. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção I.

mercado de trabalho. Mas como isto se processa nas escolas que tem como público os agricultores familiares?

As Ciências Sociais vêm demonstrando que as possibilidades de reprodução do trabalho familiar, ou seja, o engajamento das novas gerações como agricultor é, em grande parte, dependente das possibilidades profissionais ou de trabalho propiciadas pela escolarização. Champagne (1986, p. 73) relaciona a própria “crise da identidade camponesa” com a imposição da escolarização no meio rural e a desqualificação do mundo camponês daí advinda. Silvestro et al. (2001), apoiando-se em estudos anteriores realizados por John Durston (1996) afirma que:

[...] a educação é um elemento decisivo no horizonte profissional de qualquer jovem; na agricultura familiar, entretanto, a regra constatada em inúmeros estudos da América Latina (DURSTON, 1996) é que fica no campo o filho ao qual “*La cabeza no Le da para más*” (SILVESTRO et al., 2001, p. 48) [grifo do autor].

Com base nesta observação, é de se esperar como tendência que apenas ficarão na atividade agrícola aqueles jovens com o pior desempenho escolar. Sendo isto verdadeiro, deveríamos então interrogar-nos por que isto acontece. Será isto responsabilidade exclusiva dos próprios jovens agricultores? Este não parece ser o caso. Porque, se fosse, seria um fenômeno restrito a este segmento. Mas não é isto que ocorre. Uma baixa inserção no sistema formal de ensino é recorrente entre os diversos jovens residentes no meio rural brasileiro. Existe uma defasagem observada entre a escolarização obtida por estes, em comparação aos do meio urbano da mesma faixa etária. Conforme os indicadores disponibilizados pelo IBGE, ao considerar-se a média de anos de estudos da população de 15 anos ou mais, verifica-se que o acesso da população rural ao sistema formal de ensino no Brasil é, praticamente, a metade do registrado para a população urbana. Entre os jovens de 15 a 24 anos de idade, a média de anos de estudo é maior na área urbana em todas as regiões do Brasil.

Ao levantarmos informações referentes a socialização no sistema formal de ensino constatamos que a maioria dos jovens agricultores entrevistados (60%) não estavam estudando no ano de realização da pesquisa

(Gráfico 11). Entre as mulheres a inserção da escola é um pouco maior, uma vez que 42,1% das entrevistadas encontravam-se estudando contra 39,3% dos homens (Tabela 20). Esta inserção na escola, que já é baixa, diminui com o avançar das idades. Enquanto 82,4% dos jovens adolescentes (de 15 a 19 anos) frequentava escola este índice caía para 6,8% entre os jovens adultos (de 25 a 29 anos) (Tabela21).

Gráfico 11: Percentual dos jovens estudando .



Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Tabela 20: Participação dos jovens no ensino formal por sexo (fe %).

VOCÊ ESTA ESTUDANDO ATUALMENTE?		SEXO:		Total
		Masculino	Feminino	
Sim	F	42	24	66
	%	39,3%	42,1%	40,2%
Não	F	65	33	98
	%	60,7%	57,9%	59,8%
Total	F	107	57	164
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia- Weisheimer / CNPq, 2012.

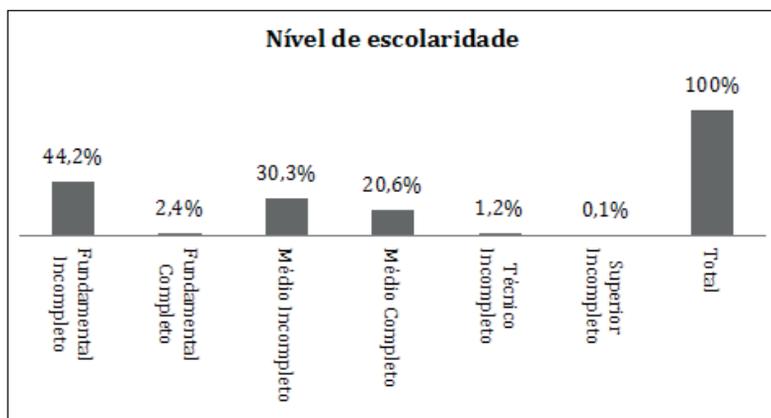
Tabela 21: Participação dos jovens no ensino formal por faixa etária (f e %).

VOCÊ ESTA ESTUDANDO ATUALMENTE?		FAIXA ETÁRIA DO ENTREVISTADO:			Total
		De 15 a 19 anos de idade.	De 20 a 24 anos de idade.	De 25 a 29 anos de idade.	
Sim	f	56	7	3	66
	%	82,4%	13,5%	6,8%	40,2%
Não	f	12	45	41	98
	%	17,6%	86,5%	93,2%	59,8%
Total	f	68	52	44	164
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Avaliando o nível de escolarização dos entrevistados no Gráfico 12, verificou-se que 44,2% dos entrevistados possuem o nível fundamental incompleto. Os jovens com ensino médio incompleto representam 30,3% da amostra, enquanto que aqueles que concluíram o ensino médio contabilizam 20,6%. Nenhum jovem entrevistado havia concluído sua formação no ensino técnico ou superior. Apenas 1,2% declararam ter nível técnico incompleto.

Deste modo, percebe-se que os níveis de escolarização formal dos jovens agricultores familiares do recôncavo é baixo, seja para se inserirem no mercado de trabalho urbano ou para incorporarem inovações tecnológicas capazes de elevar os níveis de produtividade e de rendas agrícolas das famílias.

Gráfico 12: Nível de escolaridade dos entrevistados (%)

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012

Comparando-se o nível de escolarização dos jovens por sexo percebe-se uma pequena vantagem para as mulheres. Isto porque elas conseguem concluir o ensino médio em 33,3%, enquanto apenas 14% dos homens atingem este grau de escolarização. Por sua vez, eles são os que mais ficam retidos no ensino fundamental incompleto (50,5%), enquanto que isto ocorre entre 33,3% das mulheres. Os jovens no ensino técnico são homens, enquanto o único caso de participação no ensino superior é de uma jovem mulher (Tabela 22).

Tabela 22: Nível de escolaridade dos entrevistados por sexo (f e %).

QUAL A SUA ESCOLARIDADE?		SEXO:		Total
		Masculino	Feminino	
Fundamental Incompleto	f	54	19	73
	% d	50,5%	33,3%	44,5%
Fundamental Completo	f	3	1	4
	% d	2,8%	1,8%	2,4%
Médio Incompleto	f	33	17	50
	% d	30,8%	29,8%	30,5%
Médio Completo	f	15	19	34
	% d	14,0%	33,3%	20,7%
Técnico Incompleto	f	2	0	2
	% d	1,9%	,0%	1,2%
Superior Incompleto	f	0	1	1
	% d	,0%	1,8%	,6%
Total	f	107	57	164
	% d	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012

A escolaridade apresenta diferenças significativas por faixa de idades dos entrevistados (Tabela 23), de tal modo que, os jovens com ensino fundamental incompleto são predominantemente os jovens adultos (54,5%) enquanto que nesta condição encontram-se 39,7% dos jovens adolescentes. Entre estes últimos, 50% possuem o nível médio incompleto. O ensino médio completo é mais frequente entre os jovens de 20 a 24 anos (30,8%) e entre jovens adultos (29,5%) do que entre os adolescentes (7,4%). Estes informações apontam para uma tendência de que os adolescentes venham a obter níveis de escolarização mais elevados do que a registrada atualmente pelos jovens adultos.

Tabela 23: Nível de escolaridade dos entrevistados por faixa etária (f e %).

QUAL A SUA ESCOLARIDADE?		FAIXA ETÁRIA DO ENTREVISTADO:			Total
		De 15 a 19 anos de idade.	De 20 a 24 anos de idade.	De 25 a 29 anos de idade.	
Fundamental Incompleto	f	27	22	24	73
	%	39,7%	42,3%	54,5%	44,5%
Fundamental Completo	f	1	2	1	4
	%	1,5%	3,8%	2,3%	2,4%
Médio Incompleto	f	34	10	6	50
	%	50,0%	19,2%	13,6%	30,5%
Médio Completo	f	5	16	13	34
	%	7,4%	30,8%	29,5%	20,7%
Técnico Incompleto	f	1	1	0	2
	%	1,5%	1,9%	,0%	1,2%
Superior Incompleto	f	0	1	0	1
	%	,0%	1,9%	,0%	,6%
Total	f	68	52	44	164
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012

As informações apresentadas acima demonstram que os jovens agricultores familiares do recôncavo estão pouco inseridos no sistema formal de ensino e que no geral tem baixo nível de formação escolar. Isto requer aprofundar as investigações sobre a oferta do ensino formal na região do estudo e as práticas escolares em relação aos jovens do campo.

As diferenças entre estas duas situações discutidas acima servem para chamar a atenção para as relações estabelecidas pelos jovens agricultores familiares entre educação escolar e trabalho familiar. A este respeito Sposito (2005, p. 106), afirma que “não se pode configurar nem uma adesão linear à escola ou um abandono ou exclusão total de aspirações de escolaridade no âmbito das orientações dos jovens que trabalham”. Parafraseando esta autora, podemos dizer que, para os jovens agricultores, “escola e trabalho são projetos que se superpõem ou poderão sofrer ênfases diversas de acordo com o momento do ciclo de vida e as condições sociais que lhes permitem viver a condição juvenil” (SPOSITO, 2005, p. 106). Neste sentido, outra questão que precisa ser analisada com mais profundidade diz respeito às possibilidades

dos jovens agricultores equacionarem uma dupla inserção no trabalho agrícola e no estudo formal no contexto da oferta de ambos no recôncavo da Bahia.

As práticas de sociabilidade juvenis

A socialização dos jovens agricultores familiares, assim como de outros jovens de maneira geral, também acontece nos espaços de sociabilidade, ou seja, nos lugares onde estes encontram a liberdade para agir de forma espontânea e autônoma. As práticas de sociabilidade desempenha a função de agência de socialização, forjando os sentidos de pertencimento social, gerando laços de solidariedade e afetividade, assim como na identificação com grupos de referência. Em fim, constitui-se num espaço de vivência entre pares que lhes propicia a experiências de autonomia em relação aos adultos e a produção de uma subjetividade propriamente juvenil. Ou seja, os espaços de sociabilidade juvenil são importantes para a produção de processos de identificação e auto-identificação dos jovens. O encontro dos jovens com seus pares de idade regula a veiculação das aspirações, propicia o compartilhamento e exercício das regras sociais (WEISHEIMER, 2009).

Georg Simmel é considerado a principal referência da sociologia no debate sobre sociabilidade. O referido autor entende sociabilidade como “sociação”, significando interações processadas de forma mais fluida e autônoma. A sociabilidade teria, então, o papel de trazer ludicidade aos processos interativos dos jovens. Tais processos se desenvolvem, principalmente, em suas relações com os pares, em momentos de descontração, lazer e diversão. Prosseguindo nesse raciocínio, Simmel (2006) faz uma diferenciação entre os dois conceitos:

[...] a tarefa ética da **socialização** é fazer com que a junção e a separação dos indivíduos que interagem achem a expressão das relações entre estes indivíduos, embora essas relações sejam espontaneamente determinadas pela vida em sua totalidade, então na **sociabilidade**, a liberdade para formar relações e a adequação de outra expressão não obedecem a qualquer condicionamento concreto e de conteúdo mais profundo (SIMMEL, 2006, p. 79).

A sociabilidade vem a ser o espaço onde a interação sai dos meandros convencionais e entra no âmbito do jogo, da brincadeira, do prazer e da diversão, como são as atividades de lazer, mas que se nutre da própria realidade e a expressa. Com efeito, o lazer pode ser considerado como tempo sociológico no qual a liberdade de escolha é elemento preponderante e que se constitui para os jovens enquanto campo potencial de construção de identidades, descoberta de potencialidades humanas e exercício de inserção efetiva nas relações sociais. Contudo, é importante lembrar que a autonomia dos sujeitos sociais nos tempos e espaços de lazer encontra a sua relatividade no modo como esses se inserem na esfera produtiva, estabelecem suas relações culturais e também na forma como experimentam a liberdade de ação em determinado contexto social comunitário. Além disto, a própria base material da existência é um dos limites mais fortes da inserção diferenciada no mundo do lazer (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2005).

As vivências de sociabilidade se diferenciam conforme valores e práticas culturais estabelecidas em um determinado contexto, faixa etária, espaços públicos de lazer, regionalidade e principalmente quando se considera a base material de existência.

Para se verificar quais as atividades de lazer são mais frequentes entre os jovens agricultores familiares do Recôncavo da Bahia questionou-se ***O que você mais faz no seu tempo livre?*** (Tabela 24). Neste quesito tem-se um quadro que revela a baixa oferta de equipamentos de lazer para os jovens agricultores, e rurais de um modo geral, o que remonta a discussão sobre a constante saída desses jovens do seu lugar de vivência para centros urbanos. Verifica-se entre os jovens, aos quais nos referimos na pesquisa apresentada, que o espaço para sociabilidade entre pares de idade e práticas de lazer se restringi ao jogo de futebol, pequenos passeios ou a assistir TV. Ou seja, 26,7% do total dos jovens entrevistados disseram que jogar bola se constituía em sua principal fonte de lazer, outros 23,6% utilizam seu tempo livre passear nas proximidades da residência ou nos núcleos urbanos das cidades principalmente aos domingos, enquanto que para 13,3% o lazer se restringe a assistir TV.

Tabela 24: Práticas de lazer dos jovens agricultores familiares do Recôncavo (%)

O que você mais faz no seu tempo livre?	Frequency	%
Assisto TV.	22	13,3%
Converso com amigos, namorada (o)	10	6,1%
Danço.	2	1,2%
Descanso.	8	4,8%
Durmo.	5	3,0%
Escuto música.	9	5,5%
Estudo.	5	3,0%
Faço unhas.	1	0,6%
Internet.	2	1,2%
Jogo bola.	44	26,7%
Montar a cavalo.	2	1,2%
Não respondeu.	1	0,6%
Não tenho.	1	0,6%
Passeio.	39	23,6%
Pinto.	1	0,6%
Vou à bares.	3	1,8%
Vou à festas.	5	3,0%
Vou à igreja.	4	2,4%
Total	164	100%

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012

Os jovens agricultores familiares do Recôncavo apresentam uma baixa participação nos eventos culturais como o cinema. Sendo que 82,4% dos entrevistados afirmaram que nunca foram ao cinema, 57% dos entrevistados declararam que nunca foram a estádios de futebol, 45,5% declararam nunca ter ido ao shopping Center, 44,2% afirmaram nunca ter ido dançar em bailes e danceterias e, 41,8% disseram nunca ter jantado em restaurante. Isto pode ser explicado por não haver estes espaços de lazer próximos aos locais de residência destes jovens.

A maior participação dos jovens nestas atividades ocorre nas lanchonetes e sorveterias, dado que 64,2% dos jovens entrevistados afirmaram ter ido a estes espaços nos “últimos 30 dias”. A igreja aparece como o segundo espaço que os jovens mais frequentam, dado que 55,2% dos entrevistados afirmaram que foram à igreja nos últimos 30 dias (Tabela 25).

Tabela 25: Frequências a atividade de cultura e lazer (%).

	Nos últimos 30 dias	Nos últimos 12 meses	Alguma vez na vida	Nunca fez	Total
Assistir show musical	26,1	46,1	18,8	7,9	100
Dançar em bailes ou danceterias	17,6	19,4	18,2	44,2	100
Festa em casas de amigos	32,7	35,8	20	10,9	100
Festa ou quermesse na comunidade	25,5	40,6	18,2	15,2	100
Ir jantar em restaurante	8,5	17	32,1	41,8	100
Ir a igreja	55,2	20	20	4,2	100
Ir a lanchonetes e sorveteria	64,2	17,6	10,3	7,3	100
Ir a praia de água doce	41,2	34,5	12,7	10,9	100
Ir a praia de mar	17,6	35,8	27,3	18,8	100
Ir ao shopping center	3,6	19,4	30,9	45,5	100
Ir ao cinema	2,4	2,4	12,1	82,4	100
Ir a estádio de futebol	13,9	10,3	18,2	57	100
Passear em parques e praças	60	15,2	10,3	13,9	100
Praticar esportes coletivos	52,7	7,3	15,9	23,8	100
Viajar no fim de semana	27,3	26,7	27,9	17,6	100

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012

A participação dos jovens agricultores familiares do Recôncavo baiano em organizações sociais é demasiadamente baixa. Sendo que a maior frequência de participação é em grupos de jovens da igreja com 23% de participação. Contudo os entrevistados que afirmaram não participar de nada somam 59,8%. Isso demonstra que os jovens agricultores do Recôncavo baiano são desorganizados socialmente.

A baixa taxa de participação em atividades culturais como cinema está principalmente relacionado a problemas de infra-estrutura cultural dos municípios onde residem os entrevistados. Conforme apontam Brenner, Dayrell e Carrano (2005) com base em levantamento do IBGE sobre a distribuição de equipamentos culturais, segundo o tamanho do município, cons-

tata-se que, quanto menor o município, menos frequentes são a existência de equipamentos culturais.

Tabela 26: Participação dos jovens entrevistados em organizações (%).

Participação em organizações	SIM	NÃO
Sou sócio do sindicato de trabalhadores rurais ou da agricultura familiar	9%	91%
Participo do grupo de jovens do sindicato	2%	98%
Participo de associações de agricultores e/ou produtores	3%	97%
Participo de associações de jovens agricultores e/ou produtores	2%	98%
Participo de associação comunitária ou do bairro	8%	92%
Participo de grupo de jovens da comunidade ou bairro	7%	93%
Participo de grupo de defesa do meio-ambiente	4%	96%
Participo de grupo de jovens da igreja	23%	77%
Participo de associação esportiva ou recreativa	11%	89%
Participo de associação ou grupo cultural	9%	91%
Participo de grêmio estudantil ou união de estudantes	2%	98%
Sou filiado a partido político	0%	100%
Participo de mov. Dos trabalhadores sem terra	0%	100%
Participo do mov. Dos atingidos por barragens	0%	100%
Sou sócio de cooperativa de produtores, de crédito ou de consumo	0%	100%
Participo de conselho comunitário, municipal ou regional	0%	100%
Não participo de nada	59,8%	40,2%
Outra	2%	98%

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012

Os dados levantados em campo e apresentados acima revelam que são restritas as práticas de lazer dos jovens agricultores familiares. Num quadro como este, de precário acesso a equipamentos culturais e esportivos, o lazer dos jovens – que já é restrito pelo tempo dedicado ao trabalho – fica bastante limitado. Isto faz com que as formas de sociabilidade juvenil ocorram, principalmente, nos espaços de convívio da comunidade, onde se destacam a frequência à igreja, à prática esportiva limitada ao futebol, e o encontro em bares e lanchonetes, geralmente nas mediações centrais do

município ou distrito. A pesquisa revela que as desigualdades no acesso a este tipo de lazer, suas formas e intensidade, são marcantes quando considerada a variável sexo do entrevistado. Ou seja, há um viés de gênero na configuração das práticas de lazer entre os jovens estudados, de modo que podemos dizer que se o lazer dos homens é restrito, o das jovens mulheres é ainda mais. Deste modo, enquanto entre as juventudes das regiões metropolitanas a preocupação é o que fazer com o tempo livre para que elas tenham práticas de “sociabilidade sadia”, entre os jovens agricultores familiares a problemática assume outro contorno: como fazer com que eles tenham tempo livre para experimentar práticas de sociabilidade juvenil, ou ainda, como reverter a precariedade das práticas de lazer.

A centralidade do trabalho na socialização

Ao analisar o processo de socialização e de sociabilidade dos jovens agricultores, mostramos sua participação no processo de trabalho familiar agrícola, sua inserção no sistema de educação formal e em atividades de lazer.

A participação no processo de trabalho familiar agrícola aparece como o principal dispositivo de socialização dos jovens agricultores, o que permitirá a interiorização de uma ética do trabalho e todo um conjunto de disposições que servirão de referência à construção de suas identidades sociais e de seus projetos profissionais.

Quanto à inserção no sistema de ensino formal, pode ser identificado que os jovens agricultores possuem escolaridades relativas ao ensino fundamental. As jovens mulheres apresentam níveis de escolarização um pouco mais alto do que os homens e há uma tendência de ampliação da escolarização dos jovens adolescentes em comparação aos jovens adultos.

Verificamos ainda que são restritas as atividades de lazer dos jovens agricultores familiares. Entre as práticas mais frequentes figuram o jogo de futebol, ir à Igreja, e assistir a programas de TV. Estas são atividades que demandam pouco deslocamento e baixo custo financeiro.

Com base na análise das variáveis apresentadas neste capítulo, pode-se concluir que a situação juvenil na agricultura familiar é determinada

pelo envolvimento no processo de trabalho familiar agrícola, sendo este fator o que marca, diferencialmente, a categoria dos jovens agricultores familiares. No próximo capítulo, discute-se o conjunto de representações sociais que os jovens passam a compartilhar a partir desta socialização no trabalho agrícola.

As Representações Sociais dos Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia

O objetivo deste capítulo é analisar as representações sociais dos jovens agricultores familiares sobre o trabalho agrícola e não agrícola, o modo de vida dos seus pais e suas identidades sociais. O interesse por este conjunto de ideias, avaliações e formas de identificação acionados pelos jovens deve-se ao entendimento que isto ajuda a conhecê-los de modo mais qualificado, permitindo que se realize uma interpretação da sua tomada de posição sobre o trabalho agrícola e suas disposições de reproduzi-lo no futuro. Assim, as representações sociais constituem uma das dimensões constitutivas da situação juvenil.

Representações sociais e identificação

As representações sociais se constituem em um importante material para a pesquisa social, estando presentes em diferentes tradições sociológicas e recebendo diversas abordagens. Em Emile Durkheim, a noção de representações coletivas é da maior importância para seu esquema teórico. Este autor procura demonstrar que os fatos sociais são exteriores aos indivíduos, exercendo sobre eles uma coerção externa. O fato social apresenta uma existência própria, independente das manifestações individuais. Toda crença, todos os valores e comportamentos são construídos socialmente. Seguindo os postulados da tradição francesa Durkheim (1973) sustenta que a sociedade é mais do que a soma dos indivíduos que a compõem: é uma síntese com qualidades específicas distintas dos indivíduos. Ou seja, os fenômenos que caracterizam a sociedade encontram suas explicações no todo e não nas partes individuais; assim, as representações coletivas não implicam, necessariamente, uma consciência individual.

Segundo Durkheim (1973), os fatos sociais são formados por representações coletivas: como a sociedade vê a si mesma e ao mundo que a rodeia.

A sociedade é constituída pelos indivíduos que a compõem e também pelas ideias que estes fazem dela. As representações coletivas configuram-se a partir de um longo processo de interação de indivíduos de diferentes gerações, conformando assim elementos mais estáveis do que os preceitos individuais.

Conforme Durkheim, as representações coletivas surgem como o produto de uma intensa cooperação que se estende no espaço e no tempo e sobre as quais atuam uma multiplicidade de espíritos diversos que – ao interagirem – misturaram e combinam suas ideias e seus sentimentos. Isto implica reconhecer que sobre tais representações atuam longas séries de gerações que acumulam e depositam nelas suas experiências e sabedoria. Com efeito, uma compreensão mais rica e mais complexa do que a individual se constitui nessas representações.

As representações coletivas emergem da realidade social, mas adquirem existência própria, tendo como causa outras representações e não apenas as estruturas sociais. Depois de constituído um fundo inicial de representações que emergem como substrato das estruturas sociais, estas se tornam realidades, parcialmente autônomas e dotadas de vida própria. Disso conclui Durkheim que as novas representações têm, por causa próxima, outras representações coletivas, além da própria estrutura social. Algumas destas representações acabam exercendo uma influência maior do que outras. Este é o caso da religião e da moral do grupo social destacadas por Durkheim, juntamente com as categorias de tempo e espaço, às quais poderiam ser acrescentadas as representações de gênero e geração. Esta proposição de grande envergadura teórica é amplamente conhecida a partir de um breve fragmento da obra deste autor, na qual ele se ensina que:

As representações coletivas traduzem a maneira como o grupo se pensa nas suas relações com os objetos que os afetam. Para compreender como a sociedade se representa a si própria e ao mundo que a rodeia, precisamos considerar a natureza da sociedade e não a dos indivíduos (DURKHEIM, 1973, p. 79).

Percebe-se que, para Durkheim, as “representações coletivas” emergem como um idioma cultural em estreita relação com a estrutura social, ad-

quirindo uma existência externa aos indivíduos e podendo gerar novas representações. Com efeito, a vida social gera as representações coletivas e estas adquirem certa autonomia e não se prendem diretamente a determinadas particularidades da “morfologia social” (DURKHEIM, 1973). Deste modo, entende-se que as representações são construções sociais que envolvem uma longa série de gerações, sendo mais estáveis do que as opiniões individuais. De igual relevância é a noção de que novas representações têm por base outras representações coletivas além da influência da estrutura social.

Compreende-se que os sistemas de representações e sua lógica são externos ao sujeito; portanto, eles necessitam de um trabalho de interiorização pelos indivíduos, o que é realizado pela educação. Essas categorias do pensamento coletivo se configuram em verdadeiras instituições fixadas em nossas almas pelo processo de socialização. Elas atuam como uma teia de significação que se estende sobre o mundo, procurando classificá-lo, codificá-lo e transformar as suas dimensões sensíveis em dimensões passíveis de entendimento. Os sistemas de representações atuam como uma rede, cujas malhas conformam os domínios da experiência, estabelecendo os limites dos comportamentos dos grupos e dos indivíduos. Com efeito, ao dividir os domínios da experiência, as representações estabelecem cortes e contrastes e instituem diferenças que se refletem nos comportamentos e nas expectativas dos indivíduos sobre o mundo em que vivem.

Sinteticamente, pode-se tomar o conceito de representação social como um conjunto de elementos simbólicos, socialmente construídos e compartilhados, que contribuem para a construção da realidade social e que devem ser compreendidos a partir dos contextos objetivos específicos de sua produção e reprodução. As representações sociais diferem, assim, das opiniões individuais dos atores sociais sobre o fato analisado. Trata-se, ao contrário, de uma orientação coletiva motivada por estruturas de conhecimento que, mesmo contendo diferentes níveis de distanciamento do real, tornam-se dados objetivos para a interpretação da realidade social investigada.

Esta abordagem materialista das representações sociais fortaleceu-se por meio da crítica pós-estruturalista que se ergueu em reação à noção clás-

sica de representação. Os representantes desta crítica percebem as representações sociais não apenas como um reflexo do real, mas como um construto objetivo. Nesta trilha, os teóricos dos estudos culturais, buscaram recuperar o conceito de representação, desenvolvendo-o em conexão com uma teorização sobre a identidade e diferença e restaurando a perspectiva crítica que percebe a realidade social e cultural como um conjunto de relações de força.

Conforme o sociólogo jamaicano Stuart Hall (2003), as representações são entendidas como um sistema de signos, constituindo-se num construto social com dimensões materiais. Esta marca deve-se à reformulação do conceito original, que passa a ser uma expressão exterior dos indivíduos ou coletividades, podendo ser apreendido objetivamente. Para o linguista indiano Homi Bhabha (2005), as representações são expressas por meio de uma pintura, de uma fotografia, de um filme, de um texto, de uma expressão oral. Deste modo, para estes autores, a representação é marca ou traço visível, exterior. As representações são a forma de atribuição de sentido, por isto assumem forma material. Incorporam e materializam um sistema linguístico e cultural arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder. Os discursos e os sistemas de representação constroem lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar (SILVA, 2000(a)). A ênfase na representação e o papel chave da cultura na produção de significados que permeia todas as relações sociais levam a uma preocupação com a identificação.

É por meio da representação que a identidade e a diferença adquirem sentido, visto que esta inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando os indivíduos como sujeitos. A representação como um processo cultural estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais se baseiam essas representações fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Deste modo, é por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Os sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar.

O sociólogo francês Denys Cuche (1999) chama a atenção para o fato de que a identidade é uma construção social e não um dado; se ela emerge no âmbito das representações, não significa que seja uma ilusão. Ao contrário, o percurso teórico realizado até aqui permite perceber que a identidade é construída, socialmente, no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e, por isto mesmo, orientam suas escolhas. Mais isto não se dá em isolamento, como, aliás, nada o é em sociologia. Desde a obra de Frederik Barth (1969), a identidade se estabelece numa situação relacional. Percebe-se que não há identidade em si, nem mesmo unicamente para si. Ela situa-se sempre em relação a outras identidades de tal modo que identidade e alteridade estão ligadas em uma relação dialética.

A identidade social se constroi a partir das atualizações do processo de identificação – o que a situa numa dimensão histórica – e envolve a noção de pertencimento a um grupo social. A identidade social não se descarta da identidade pessoal, porque esta é em alguma medida um reflexo daquela. O conceito de identidade pessoal e social possui um conteúdo explicitamente reflexivo, uma vez que supõe relações sociais bem como um código de categorias destinado a orientar o desenvolvimento destas relações (OLIVEIRA, 1976).

A identidade, então, tem a função de vincular o sujeito à estrutura. No entanto, os sujeitos não podem ser pensados como tendo uma identidade unificada e estável. A diversificação dos modos de vida e das alternativas culturais que se sobrepõem na vida cotidiana estaria levando a uma fragmentação do sujeito e de sua identidade. Esta, fragmentada e por vezes contraditória, colocaria em crise a noção de identidade, ou ao menos de sua identidade tradicional (HALL, 1999).

Conclui-se, então, que a identidade é sempre resultante de um processo de identificação que ocorre no interior de uma situação relacional. Neste sentido, a identificação é sempre relativa e até mesmo precária, visto que pode evoluir e mesmo alterar se mudar a situação. Deste modo, adota-se o conceito de identificação por seu caráter dinâmico que o torna condizente com o processo vivenciado pelos jovens agricultores familiares.

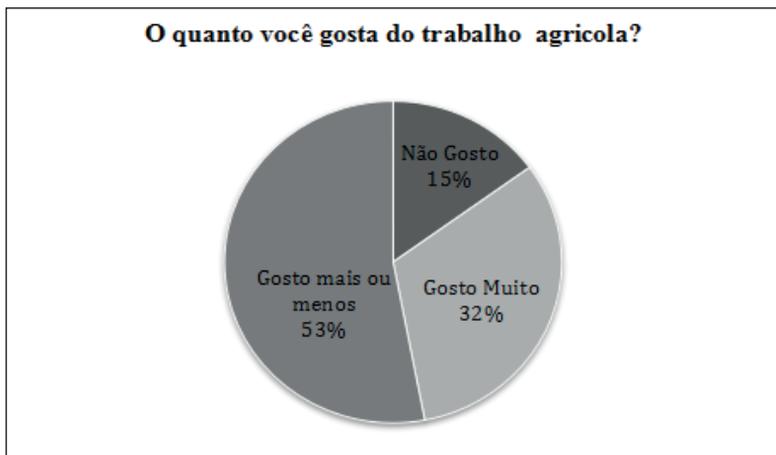
O conceito de identificação emerge como um processo pelo qual os indivíduos identificam-se com os outros, seja pela ausência de uma consciência da diferença ou da separação, seja como resultado de supostas similaridades. Percebe-se que há um contínuo processo de identificação, no qual os sujeitos buscam criar alguma compreensão sobre si próprios, por meio de sistemas simbólicos, e se identificar com as formas pelas quais são vistos por outros. Desta maneira, o processo de identificação ocorre por meio de uma projeção em direção ao futuro que antecipa aquilo que se pretende ser. Sendo assim, tenta-se não se incorrer no erro de pensar as identidades como plenamente unificadas. Propõe-se, com base na sugestão de Hall (1999), a ideia de que, à medida que os sistemas de significação e representação se multiplicam, os jovens passam a ser confrontados com uma multiplicidade móvel de identidades alternativas, cuja identificação lhes é possível.

A identificação dos jovens com um grupo profissional de referência representa uma antecipação das posições desejáveis e uma instância de legitimação de suas capacidades, constituindo-se num espaço de construção de reconhecimento social. Isto implica a aquisição antecipada de saberes, normas, valores e comportamentos típicos de seu grupo de referência, que permite explicar representações mais positivas sobre o processo de trabalho e maior disposição ao engajamento em suas tarefas.

Avaliação dos jovens sobre o trabalho agrícola

As avaliações dos jovens sobre o trabalho agrícola foram identificadas por meio do questionamento *O quanto você gosta do trabalho agrícola?* A distribuição de frequência desta questão encontra-se no Gráfico 13. Um pouco mais da metade (53%) dos entrevistados adotou uma posição ambígua a respeito da atividade que realizam, optando pela resposta *mais ou menos*. Esta resposta é significativa dos impasses dos jovens na agricultura e reflete, simultaneamente, a disposição ao engajamento na atividade e os contratempos e desconfortos desta. Outros 32,% dos entrevistados respondem *gosto muito*. Ainda 15% dos entrevistados disseram não gostar do trabalho agrícola.

Gráfico 13: Distribuição de percentuais da questão *O quanto você gosta do trabalho agrícola?*



Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Quando se realiza o cruzamento das respostas a esta questão com a variável **sexo**, verifica-se que os jovens homens avaliam de modo mais positivo o trabalho agrícola do que as jovens mulheres. Entre eles, 36,4% dizem que gostam muito enquanto que 24,6% das mulheres optaram por esta resposta. Por sua vez elas afirmam em 21,1% que não gostam do trabalho agrícola, enquanto 11,2% dos jovens homens deram a mesma resposta. (Tabela 25).

Tabela 27: Cruzamento da questão *O quanto você gosta do trabalho agrícola?* por sexo (f e %).

O QUANTO VOCÊ GOSTA DE TRABALHAR NA AGRÍCOLTURA?		SEXO:		Total
		Masculino	Feminino	
Gosto Muito	f	39	14	53
	%:	36,4%	24,6%	32,3%
Mais ou Menos	f	56	31	87
	%	52,3%	54,4%	53,0%
Não Gosto	f	12	12	24
	%	11,2%	21,1%	14,6%
Total	f	107	57	164
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

A Tabela 28 apresenta o cruzamento da questão em análise com *faixa etária*. Percebe-se que a categoria de resposta gosto muito vai tendo maior adesão com o aumento das faixas etárias do entrevistados. Entre os jovens de 15 a 19 anos 14,7% dizem gostar muito do trabalho agrícola, índice que passa a ser 40,4% entre os com idades entre 20 a 24 anos e chega a 50% da amostra dos jovens adultos. Estes dados são acompanhado pela inversão das resposta *não gosto*, onde os jovens adolescentes são os que mais declaram que não gostam do trabalho agrícola. Estas opiniões de desagrado com relação ao trabalho agrícola manifestada por jovens adolescentes podem ter suas explicação em aspectos abordados nos capítulos precedentes, notadamente no fato de que este grupo é o que possui menor acesso aos recursos materiais. Os jovens adolescentes encontram-se menos inseridos no processo de trabalho. Ao mesmo tempo, são eles os que mais se encontram no sistema formal de ensino o qual apresenta outras possibilidades, materiais e simbólicas, pra além do trabalho agrícola. Desta maneira, podemos dizer que esta tomada de posição dos jovens adolescentes em relação ao trabalho familiar agrícola é bastante coerente com a posição que eles ocupam e os papéis que desempenham nas unidades produtivas de suas famílias.

Tabela 28: Cruzamento da questão O quanto você gosta do trabalho agrícola? por faixa etária (*f* e %).

O QUANTO VOCÊ GOSTA DE TRABALHAR NA AGRÍCULTURA?		FAIXA ETÁRIA DO ENTREVISTADO:			Total
		De 15 a 19 anos de idade.	De 20 a 24 anos de idade.	De 25 a 29 anos de idade.	
Gosto Muito	f	10	21	22	53
	%	14,7%	40,4%	50,0%	32,3%
Mais ou Menos	f	44	23	20	87
	%	64,7%	44,2%	45,5%	53,0%
Não Gosto	f	14	8	2	24
	%	20,6%	15,4%	4,5%	14,6%
Total	f	68	52	44	164
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

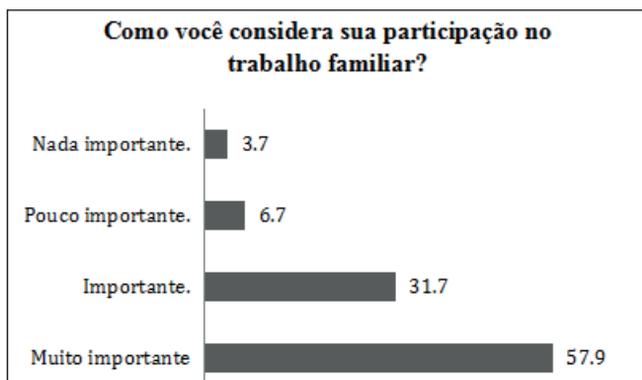
Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Estas informações apontam para o fato de que os jovens têm posições diferentes sobre o trabalho que desenvolvem, conforme sua condição

de sexo e faixa etária. Suas avaliações, apesar de não serem predominantemente de contrariedade, não são majoritariamente positivas e expressam a ambivalência de sua condição juvenil no trabalho familiar agrícola. A intensa socialização na atividade produtiva gera disposições para uma avaliação positiva da mesma como indicam as respostas do jovens adultos. Por outro lado, as dificuldades objetivas presentes nas práticas laborais cotidianas desta juventude produzem insatisfação. A penosidade das tarefas, o baixo retorno financeiro da atividade e a percepção do não-reconhecimento do trabalho expresso, recorrentemente, por meio de sentenças como: “a agricultura não é valorizada”, “o trabalho da lavoura não é valorizado” e “ninguém valoriza o jovem da roça”, são alguns exemplos das questões que permeiam a avaliação dos entrevistados sobre o trabalho agrícola.

Os entrevistados também foram levados a avaliar sua participação no trabalho agrícola. No Gráfico 14, são apresentadas as distribuições de frequência das respostas para a questão: *Como você considera sua participação no trabalho familiar agrícola para os resultados obtidos por sua família?* Constatou-se que os jovens percebem sua participação no trabalho como sendo *muito importante* em 57,9 % dos casos e *importante* em 31,7% das respostas. Ou seja, os jovens reconhecem sua participação na atividade agrícola como sendo fundamental para a realização do trabalho familiar, o que lhes imprime um sentido de responsabilidade.

Gráfico 14. Avaliação da sua participação no trabalho familiar agrícola (%).



Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Esta questão, vista sob a perspectiva de gênero, revela diferenças tênues e que se mantém dentro da margem de erro da pesquisa. Os homens (61,7%), e mulheres (50,9%) interpretam que sua participação no trabalho familiar agrícola é *muito importante* para os resultados obtidos por suas famílias. Os que consideram a sua participação como *importante* fica próximo a 30% em ambos os sexos. Já entre os que consideram *pouco importante* predomina as jovens mulheres com 15,8% das respostas enquanto que apenas 1,9% dos jovens homens entendem assim a sua participação (Tabela 29).

Tabela 29: Cruzamento entre avaliação da sua participação no trabalho familiar agrícola por sexo (f e %).

COMO VOCE CONSIDERA SUA PARTICIPAÇÃO NO TRABALHO FAMILIAR AGRICOLA PARA OS RESULTADOS OBTIDOS POR SUA FAMÍLIA?		SEXO:		Total
		Masculino	Feminino	
Muito importante	f	66	29	95
	%	61,7%	50,9%	57,9%
Importante.	f	35	17	52
	%	32,7%	29,8%	31,7%
Pouco importante.	f	2	9	11
	%	1,9%	15,8%	6,7%
Nada importante.	f	4	2	6
	%	3,7%	3,5%	3,7%
Total	f	107	57	164
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

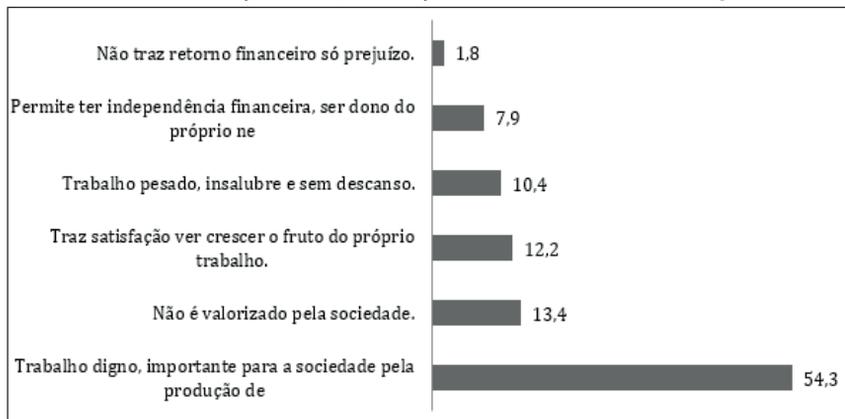
Ao realizarmos o cruzamento destas respostas com a variável *faixa etária* (Tabela 30), identifica-se que tende a aumentar o percentual de jovens que consideram sua participação no trabalho agrícola *muito importante* conforme avança as idades dos entrevistados. Esta categoria obtém 48,5% das respostas dos jovens adolescentes, passa para 57,7% entre aqueles que têm de 20 a 24 anos e chega a 72,7% entre os jovens adultos. O maior percentual de jovens que avaliam sua participação no trabalho como *importante* foi registrada na faixa etária de 20 a 24 anos (36,5%). Entre os que consideram seu envolvimento no trabalho agrícola pouco importante para os resultados obtidos pela família, predominam os jovens adolescentes (5,9%) destes.

Tabela 30: Cruzamento entre avaliação da sua participação no trabalho familiar agrícola por faixa etária (f e %).

COMO VOCÊ CONSIDERA SUA PARTICIPAÇÃO NO TRABALHO FAMILIAR AGRÍCOLA PARA OS RESULTADOS OBTIDOS POR SUA FAMÍLIA?		FAIXA ETÁRIA DO ENTREVISTADO:			Total
		De 15 a 19 anos de idade.	De 15 a 19 anos de idade.	De 15 a 19 anos de idade.	
Muito importante	f	33	30	32	95
	%	48,5%	57,7%	72,7%	57,9%
Importante.	f	23	19	10	52
	%	33,8%	36,5%	22,7%	31,7%
Pouco importante.	f	8	2	1	11
	%	11,8%	3,8%	2,3%	6,7%
Nada importante.	f	4	1	1	6
	%	5,9%	1,9%	2,3%	3,75
Total	F	68	52	2,3%	164
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Questionamos os entrevistados sobre *Que frase mais se aproxima do que você pensa sobre o trabalho familiar agrícola?* As opções de respostas apresentadas resultaram de procedimento anterior, quando esta questão foi apresentada de forma aberta, isto é, sem indução de resposta. Com base nesta pergunta, realizada na etapa preparatória do estudo, obtivemos um conjunto relativamente vasto de respostas que foram sistematizadas e reduzidas a três alternativas positivas e outras três negativas. Estas foram apresentadas aos entrevistados de modo intercalado. O resultado pode ser verificado no Gráfico 15. Verifica-se que predominou a resposta: *Trabalho digno, importante para a sociedade* com 54,3%. Depois aparece com 12,2% a resposta *Traz satisfação ver crescer o fruto do próprio trabalho*. Em terceiro lugar figura a resposta *Trabalho pesado, insalubre e sem descanso* com 10,4%. Isto indica um predomínio de representações positivas sobre o trabalho familiar agrícola entre os jovens entrevistados.

Gráfico 15: Distribuição das representações sobre o trabalho familiar agrícola (%).

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

As representações sobre o trabalho familiar agrícola foram cruzadas com a variável **sexo** originando a Tabela 31. Nela se evidencia que os jovens de ambos os sexos acreditam, prioritariamente, que se trata de uma atividade digna, importante para a sociedade. As principais diferenças nas resposta por sexo do entrevistados podem ser verificada na categoria **Trabalho pesado, insalubre e sem descanso** onde figura 19, 3% das entrevistadas contra 5,6% dos rapazes. Esta diferença de percepção diz respeito as dificuldades de realizar tarefas que requerem maior força física. Além disto, em duas das três assertivas mais negativas, são os homens que possuem percentuais um pouco maiores, indicando que elas estão mais preocupados com relação ao rendimentos financeiros.

Tabela 31: Cruzamento das representações sobre o trabalho familiar agrícola por sexo (f e %)

QUE FRASE SE APROXIMA MAIS DO QUE VOCÊ PENSA SOBRE O TRABALHO FAMILIAR AGRÍCOLA?		SEXO:		Total
		Masculino	Feminino	
Trabalho digno, importante para a sociedade pela produção de	f	60	29	89
	%	56,1%	50,9%	54,3%
Não é valorizado pela sociedade.	f	15	7	22
	%	14,0%	12,3%	13,4%
Traz satisfação ver crescer o fruto do próprio trabalho.	f	13	7	20
	%	12,1%	12,3%	12,2%
Trabalho pesado, insalubre e sem descanso.	f	6	11	17
	%	5,6%	19,3%	10,4%

Permite ter independência financeira, ser dono do próprio ne	f	10	3	13
	%	9,3%	5,3%	7,9%
Não traz retorno financeiro só prejuízo.	f	3	0	3
	%	2,8%	,0%	1,8%
Total	f	107	57	164
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Tabela 32: Cruzamento das representações sobre o trabalho familiar agrícola por faixa etária (f e %).

QUE FRASE SE APROXIMA MAIS DO QUE VOCÊ PENSA SOBRE O TRABALHO FAMILIAR AGRÍCOLA?	FAIXA ETÁRIA DO ENTREVISTADO:			Total	
	De 15 a 19 anos de idade.	De 20 a 24 anos de idade.	De 25 a 29 anos de idade.		
Trabalho digno, importante para a sociedade	f	35	32	22	89
	%	51,5%	61,5%	50,0%	54,3%
Não é valorizado pela sociedade.	f	11	3	8	22
	%	16,2%	5,8%	18,2%	13,4%
Traz satisfação ver crescer o fruto do próprio trabalho.	f	11	4	5	20
	%	16,2%	7,7%	11,4%	12,2%
Trabalho pesado, insalubre e sem descanso.	f	7	5	5	17
	%	10,3%	9,6%	11,4%	10,4%
Permite ter independência financeira, ser dono do próprio negócio.	f	4	7	2	13
	%	5,9%	13,5%	4,5%	7,9%
Não traz retorno financeiro só prejuízo.	f	0	1	2	3
	%	,0%	1,9%	4,5%	1,8%
Total	f	68	52	44	164
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

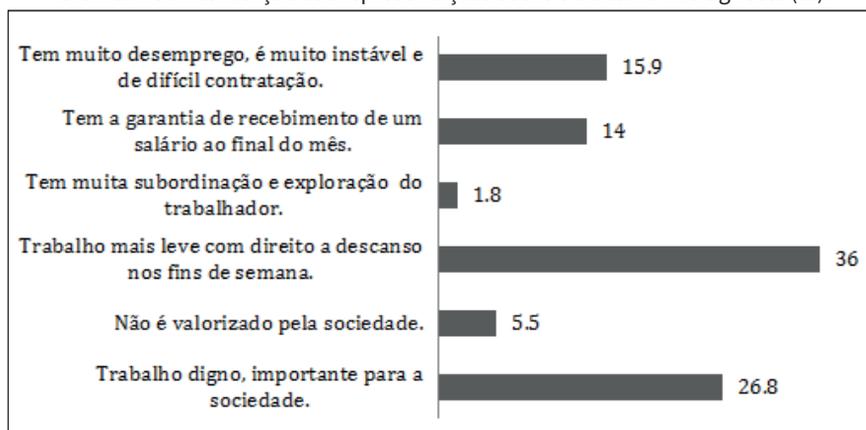
Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

O cruzamento desta questão por *faixa etária* permite destacar que a resposta *trabalho digno, importante para a sociedade* é a mais frequente entre jovens agricultores de todas as idades, com destaque para os com idades de 20 a 24 anos (61,5%) . Os jovens adolescentes, se dividem igualmente (16,2%) entre as respostas *Não é valorizado pela sociedade* e *Traz satisfação em ver crescer o fruto do próprio trabalho*.

Os jovens foram instigados ainda a se posicionar em relação ao trabalho por meio do questionamento *Que frase mais se aproxima do que você pensa sobre o trabalho assalariado não-agrícola?* Novamente, as opções de respostas tiveram origem no teste do instrumento de pesquisa por meio de questão aberta, do qual foram obtidas alternativas de respostas com avaliações positivas e negativas na mesma quantidade e intercaladas.

No Gráfico 16 observa-se que 36% responderam que o trabalho não agrícola é um *trabalho mais leve, com direito a descanso nos fins de semana*. Para outros 26,8% dos entrevistados, este é visto como trabalho digno, importante para sociedade enquanto que 15,9% apresentam ressalvas, uma vez que respondem que *tem muito desemprego, é muito instável e de difícil contratação*. A quarta resposta mais frequente com 14%, aparece a ideia de que *tem a garantia de recebimento de um salário ao final do mês*. Assim, existe certa valorização dos direitos relativos ao trabalho assalariado não-agrícola e este é visto em comparação com o trabalho agrícola principalmente como sendo mais leve e menos árduo.

Gráfico 16: Distribuição das representações sobre o trabalho não agrícola (%).



Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

A mesma questão submetida ao cruzamento com a variável sexo (Tabela 33) mostra que os homens respondem principalmente, que o trabalho não-agrícola, é digno e importante para sociedade (30,8%), que é mais leve, com direito a descanso nos fins de semana (29,9%) e que tem garantia de recebimento de salário (15,9%). As mulheres destacam mais a penosidade do trabalho (47,4%).

Tabela 33: Cruzamento das representações sobre o trabalho não agrícola por sexo (f e %).

QUE FRASE SE APROXIMA MAIS DO QUE VOCÊ PENSA SOBRE O TRABALHO ASSALARIADO E NÃO AGRÍCOLA?		SEXO:		Total
		Masculino	Feminino	
Trabalho digno, importante para a sociedade.	f	33	11	44
	%	30,8%	19,3%	26,8%
Não é valorizado pela sociedade.	f	9	0	9
	%	8,4%	,0%	5,5%
Trabalho mais leve com direito a descanso nos fins de semana	f	32	27	59
	%	29,9%	47,4%	36,0%
Tem muita subordinação e exploração do trabalhador pelo pat	f	2	1	3
	%	1,9%	1,8%	1,8%
Tem a garantia de recebimento de um salário ao final do mês.	f	17	6	23
	%	15,9%	10,5%	14,0%
Tem muito desemprego, é muito instável e de difícil contrata	f	14	12	26
	%	13,1%	21,1%	15,9%
	f	107	57	164
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Quanto à influência das diferenças etárias nas opções de resposta, podemos verificar, na Tabela 34, que os jovens adolescentes enfatizam prioritariamente a ideia de que o trabalho assalariado é mais leve do que o agrícola (42,3%) e depois a ideia de trabalho digno é recorrente (26,5%). Entre os entrevistados de 20 a 24 anos, estas duas categorias de respostas figuram na mesma ordem sendo 34,6% para a primeira e 26,9% para a segunda. A garantia de uma remuneração periódica antecede à percepção de instabilidade e de dificuldade de contratação. Entre os jovens adultos ocorre uma distribuição entre estas três categorias de resposta sendo 27,3% para as duas primeiras e 22,7% para a resposta que indica as dificuldades de contratação.

O exame das avaliações, que os entrevistados fazem do trabalho que realizam, demonstra que os jovens agricultores familiares do Recôncavo da Bahia compartilham opiniões predominantemente positivas sobre trabalho familiar agrícola. Eles percebem a importância do seu envolvimento para a realização do trabalho. Com grande frequência, atribuem a este processo de trabalho valores que enfatizam a dignidade do trabalho, a possibilidade de independência financeira e a satisfação com a realização do trabalho.

Destaca-se que as diferenças por sexo e faixas etárias demonstram que as mulheres e os adolescentes apresentam opiniões um pouco mais negativas sobre o trabalho agrícola.

Tabela 34: Cruzamento das representações sobre o trabalho não agrícola por sexo (f e %).

QUE FRASE SE APROXIMA MAIS DO QUE VOCÊ PENSA SOBRE O TRABALHO ASSALARIADO E NÃO AGRÍCOLA?	FAIXA ETÁRIA DO ENTREVISTADO:			Total	
		De 15 a 19 anos de idade.	De 20 a 24 anos de idade.		De 25 a 29 anos de idade.
Trabalho digno, importante para a sociedade.	f	18	14	12	44
	%	26,5%	26,9%	27,3%	26,8%
Não é valorizado pela sociedade.	f	4	3	2	9
	%	5,9%	5,8%	4,5%	5,5%
Trabalho mais leve com direito a descanso nos fins de semana.	f	29	18	12	59
	%	42,6%	34,6%	27,3%	36,%
Tem muita subordinação e exploração do trabalhador pelo patrão.	f	1	0	2	3
	%	1,5%	,0%	4,5%	1,8%
Tem a garantia de recebimento de um salário ao final do mês.	f	8	9	6	23
	%	11,8%	17,3%	13,6%	14,%
Tem muito desemprego, é muito instável e de difícil contratação.	f	8	8	10	26
	%	11,8%	15,4%	22,7%	15,9%
Total	f	68	52	44	164
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100%

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

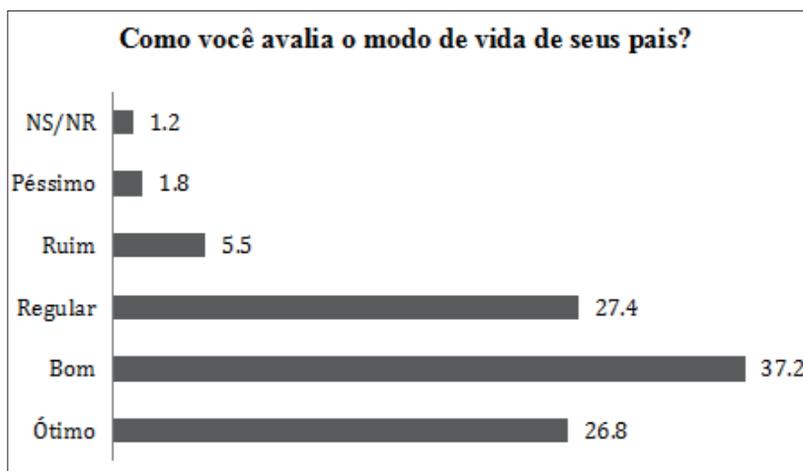
Por sua vez, o trabalho não-agrícola é visto igualmente como positivo, enfatizando-se mais suas vantagens comparativas como ser mais leve e ter recebimento de salário. As ressalvas principais são apresentadas pelo jovens adultos. Para estes, se de um lado, pode ser considerado mais leve que o agrícola e com rendimento fixo mensal, aspectos que o tornam mais atraente, por outro lado identificam as dificuldades de inserção apontando o desemprego e as dificuldades de contratação como obstáculos.

Sobre o modo de vida dos pais

Neste tópico, são apresentadas as informações relativas às avaliações que os jovens agricultores fazem do modo de vida de seus pais e de sua disposição em viver da mesma maneira que eles. Foi utilizado, deliberadamente, o

conceito de modo de vida para apreender as percepções dos jovens sobre as condições materiais e práticas sociais dotadas de particularidades próprias do processo de trabalho que realizam. Nas respostas obtidas, 37,2% dos inquiridos avaliam o modo de vida dos pais como *bom* e outros 2,8% como *ótimo*, enquanto que 27,4% avaliam-na como *regular*. Deste modo, percebe-se que predominam avaliações positivas sobre a questão (Gráfico 17).

Gráfico 17: Avaliação do modo de vida dos pais (%).



Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Estas respostas apresentam diferenças por sexo como se pode observar na Tabela 35. Verifica-se que, entre os homens, predominam avaliações como *bom* (39,2%) e *ótimo* (30,8%), enquanto entre as mulheres prevalecem as respostas *regular* (35,1%) e *bom* (33,3%). Os homens revelam uma maior conformidade com o modo de vidas dos pais do que as jovens mulheres que figuram com índices mais altos do que eles para *ruim* e *péssimo*. Elas apresentam avaliações mais críticas do que eles sobre este assunto, visto que quase a metade das entrevistados respondeu *regular*, *ruim* e *péssimo*.

Relacionando esta questão com a variável *faixa etária* pode ser gerada a Tabela 36. Os inquiridos de 15 a 19 anos consideram o modo de vida dos pais *bom* (41,2%) e *ótimo* (27,9%). Entre os jovens de 20 a 24 anos de

idade prevalecem as resposta bom (38,5%), ótimo (28,8%) e regular (26,95). Entre os jovens adultos registarmos o maior percentual de resposta regular (36,4%) seguido de bom (29,5%) e ótimo com 22,7%. A maior parte destes jovens adultos desempenha funções mais complexas na propriedade dos pais, ou já se encontram casados e responsáveis por uma unidade produtiva própria. Deste modo, suas respostas refletem uma avaliação mais profunda e efetiva de suas principais referências que são os próprios pais. Além disto, esta posição crítica está relacionada com o aumento dos conflitos entre os jovens desta faixa de idade e seus pais, geralmente relacionados à busca por mais autonomia e independência financeira ou – ainda – para desenvolverem inovações nas unidades produtivas das famílias, enfrentando resistências dos responsáveis pelo estabelecimento.

Tabela 35. Avaliação do modo de vida dos pais por sexo (f e %).

COMO VOCÊ AVALIA O MODO DE VIDA DE SEUS PAIS?		SEXO:		Total
		Masculino	Feminino	
Ótimo	f	33	11	44
	%	30,8%	19,3%	26,8%
Bom	f	42	19	61
	%	39,3%	33,3%	37,2%
Regular	f	25	20	45
	%	23,4%	35,1%	27,4%
Ruim	f	4	5	9
	%	3,7%	8,8%	5,5%
Péssimo	f	1	2	3
	%	0,9%	3,5%	1,8%
NS/NR	f	2	0	2
	%	1,9%	,0%	1,2%
Total	f	107	57	164
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Tabela 36. Avaliação do modo de vida dos pais por faixa etária (f e %).

COMO VOCÊ AVALIA O MODO DE VIDA DE SEUS PAIS?		FAIXA ETÁRIA DO ENTREVISTADO:			Total
		De 15 a 19 anos de idade.	De 20 a 24 anos de idade.	De 25 a 29 anos de idade.	
Ótimo	f	19	15	10	44
	%	27,9%	28,8%	22,7%	26,8%
Bom	f	28	20	13	61
	%	41,2%	38,5%	29,5%	37,2%
Regular	f	15	14	16	45
	%	22,1%	26,9%	36,4%	27,4%

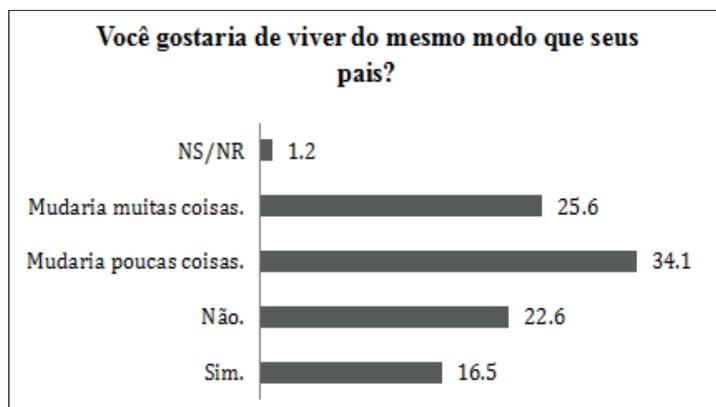
Ruim	f	4	3	2	9
	%	5,9%	5,8%	4,5%	5,5%
Péssimo	f	2	0	1	3
	%	2,9%	,0%	2,3%	1,8%
NS/NR	f	0	0	2	2
	%	,0%	,0%	4,5%	1,2%
Total	f	68	52	44	164
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

As informações trazidas nas tabelas 35 e 36 indicam que os jovens agricultores familiares expressam avaliações positivas sobre o modo de vida dos pais. A questão a saber então se estas avaliações se fazem refletir em uma um conjunto de disposições que os levam a querer viver do mesmo modo que seus pais.

A disposição em reproduzir o modo de vida dos pais foi avaliada através das respostas à pergunta: *Você gostaria de viver do mesmo modo que seus pais?* Conforme o Gráfico 18, a resposta mais recorrente, com 34,1% dos casos, os entrevistados disseram que mudariam poucas coisas, enquanto que 25,6% deles responderam que modificariam muitas coisas. Há um percentual de 22,6% de jovens que responderam *não*, enquanto que 16,5% afirmaram que *sim*.

Gráfico 18: Distribuição da disposição para reproduzir o modo de vida dos pais(%)



Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Ao serem colocados diante desta questão, os jovens agricultores do Recôncavo revelam uma disposição favorável à reprodução do modo de vida dos pais, ao mesmo tempo em que expressam o desejo de mudança nas suas práticas cotidianas. Por sua experiência geracional, os atuais jovens agricultores familiares são portadores de novos valores e desenvolvem comportamentos que os diferem necessariamente de seus pais, de maneira que a disposição à reprodução social do modo de vida incorpora novos elementos de adaptação e transformação.

O cruzamento entre *Você gostaria de viver do mesmo modo que seus pais* com a variável *sexo* pode ser verificado na Tabela 37. Os homens respondem de forma positiva mais do que as mulheres. Entre os homens constata-se 36,4% de resposta mudaria poucas coisas, 25,2% dizem que mudariam muitas coisas e outros 20,6% afirmam que sim, que gostariam de viver do mesmo modo que seus pais. Entre as mulheres a resposta *não* é mais frequente (35,1%), seguida de *mudaria poucas coisas* (29,8%) e *mudaria muitas coisas* (26,3%). Caracteriza-se, assim, uma visão mais crítica das jovens agricultoras sobre o tema, ou seja, ela expressam mais o desejo de mudança em relação ao modo de vida dos pais do que os homens da mesma idade.

Tabela 37: Cruzamento da disposição para reproduzir o modo de vida dos pais por sexo (f e %).

VOCÊ GOSTARIA DE VIVER DO MESMO MODO QUE SEUS PAIS?		SEXO:		Total
		Masculino	Feminino	
Sim.	f	22	5	27
	%	20,6%	8,8%	16,5%
Não.	f	17	20	37
	%	15,9%	35,1%	22,6%
Mudaria poucas coisas.	f	39	17	56
	%	36,4%	29,8%	34,1%
Mudaria muitas coisas.	f	27	15	42
	%	25,2%	26,3%	25,6%
NS/NR	f	2	0	2
	%	1,9%	,0%	1,2%
Total	f	107	57	164
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Respostas à mesma questão não apresentam diferenças expressivas por faixa etária. Como observado na Tabela 38, os jovens adolescentes respondem em 41,2% que *mudaria poucas coisas* e outros 22,1% que *mudaria muitas coisas*. Entre os entrevistados de 20 e 24 anos registra-se o maior índice da resposta (30,8%) *mudaria poucas coisas* enquanto que as repostas *mudaria muitas coisas* e *não* recebem 25% cada uma. Por sua vez os jovens adultos se fazem mais presentes na resposta *mudaria muitas coisas* (31,8%).

Tabela 38: Cruzamento da disposição para reproduzir o modo de vida dos pais por faixa etária (f e %).

VOCÊ GOSTARIA DE VIVER DO MESMO MODO QUE SEUS PAIS?		FAIXA ETÁRIA DO ENTREVISTADO:			Total
		De 15 a 19 anos de idade.	De 20 a 24 anos de idade.	De 25 a 29 anos de idade.	
Sim.	f	11	10	6	27
	%	16,2%	19,2%	13,6%	16,5%
Não.	f	14	13	10	37
	%	20,6%	25,0%	22,7%	22,6%
Mudaria poucas coisas.	f	28	16	12	56
	%	41,2%	30,8%	27,3%	34,1%
Mudaria muitas coisas.	f	15	13	14	42
	%	22,1%	25,0%	31,8%	25,6%
NS/NR	f	0	0	2	2
	%	,0%	,0%	4,5%	1,2%
Total	f	68	52	44	164
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

As avaliações que os jovens agricultores fazem do modo de vida de seus pais revela ambiguidades. De uma lado eles parecem avaliar de maneira positiva o modo de vida dos pais, de outro expressam desejos de promoverem mudanças. Neste aspecto as jovens mulheres e os jovens adultos manifestam opiniões mais crítica entre os entrevistados.

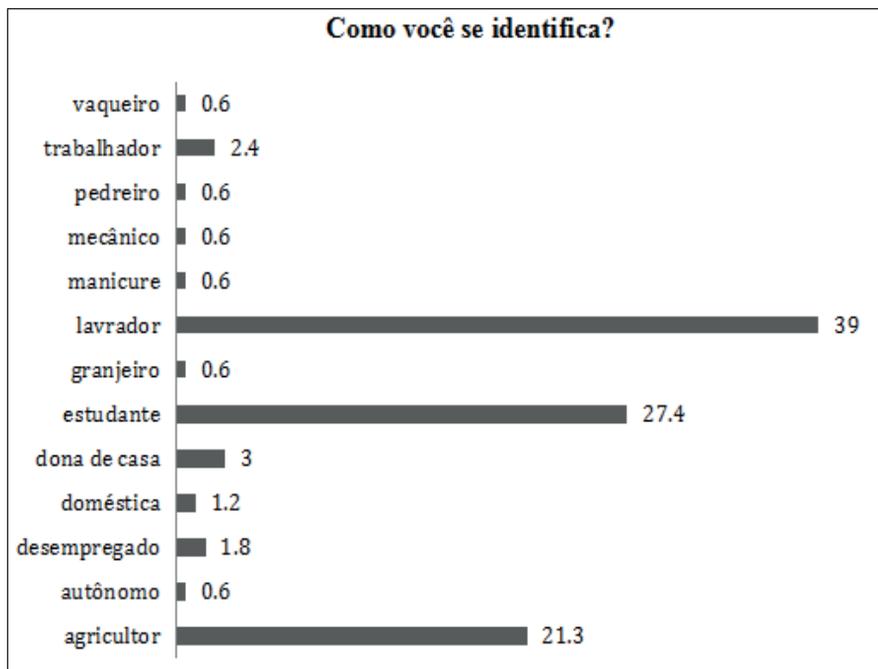
Categorias de auto identificação dos jovens agricultores familiares no Recôncavo.

A situação juvenil envolve a construção de um conjunto de auto representações que orientam os sujeitos em sua trajetória social, com vistas

à sua construção social como adultos. Em outras palavras, as formas como os jovens se identificam indicam as dimensões de sua vida que eles consideram mais relevantes no momento presente e que guardam vínculos com o que pretendem ser futuramente. Por esta razão, este tópico volta-se à análise da autoidentificação dos jovens que compõem o universo de estudo.

Esta informação foi inicialmente obtida no processo de teste do questionário através de uma questão aberta. As respostas fornecidas foram sistematizadas sem redução. Desta forma, obteve-se um conjunto de categorias identitárias que não se reduz às identidades de trabalho, mas que têm nele sua principal matriz. A partir disto, os jovens foram perguntados *Quais destas categorias melhor descreve como você se auto define?*

Como pode ser observado no Gráfico 19, o trabalho agrícola é o elemento central na configuração das identidades sociais dos entrevistados e não o seu local de residência ou de nascimento. Deste modo, predominam entre as respostas as categorias: *lavrador* (39%), e *agricultor* (21,3%). Destaca-se, a importância da escola para a autoidentificação, uma vez que 27,4% dos jovens se definem como *estudante*. Estas categorias indenitárias são construídas nas relações sociais em que os jovens se inserem e revelam a aquisição de valores de seu grupo de referência, ou seja, constituem-se em códigos de categorias legitimadas por estes grupos para referirem-se a si próprios e que acionam nas suas relações com os outros. As formas de identificação predominantes correspondem àquelas que são utilizadas por instituições com os quais este segmento juvenil estabelece alguma relação, como sua família, os sindicatos e as escolas. Desta forma, estas categorias de autoidentificação, que são, principalmente, vinculadas ao universo do trabalho agrícola ou educacional expressam os vínculos identitários que os entrevistados estabelecem com seus grupos de referência, indicando não apenas o que são, mas, também, o que desejam ser.

Gráfico 19. Distribuição das categorias de identificação dos jovens (%).

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Ao considerar as respostas de jovens homens e mulheres para a mesma questão (Tabela 39), não se constata diferenças significativas para maioria das categorias de resposta. Entre os homens prevalecem com 41,1% das resposta a categoria de *lavrador*, entre as mulheres também, mas, o índice desce para 35,1%. A segunda resposta mais frequente para ambos os sexos e *estudante*, no entanto as mulheres o fazem em 29,8% e os homens em 26,2%. A identidade de agricultor aparece em, terceiro lugar entre os entrevistados, sendo a opção para 23,4% dos homens e 17,5% das mulheres. A diferença mais significativa nas respostas por sexo deve-se a categoria dona de casa que foi a opção feita por 8,8% das mulheres sem constar como resposta entre os homens.

Tabela 39: Cruzamento das categorias de identificação dos jovens por sexo (f e %).

COMO VOCE SE IDENTIFICA?		SEXO:		Total
		Masculino	Feminino	
agricultor	f	25	10	35
	%	23,4%	17,5%	21,3%
autônomo	f	0	1	1
	%	,0%	1,8%	,6%
desempregado	f	2	1	3
	%	1,9%	1,8%	1,8%
doméstica	f	0	2	2
	%	,0%	3,5%	1,2%
dona de casa	f	0	5	5
	%	,0%	8,8%	3,0%
estudante	f	28	17	45
	%	26,2%	29,8%	27,4%
granjeiro	f	1	0	1
	%	,9%	,0%	,6%
lavrador	f	44	20	64
	%	41,1%	35,1%	39,0%
manicure	f	0	1	1
	%	,0%	1,8%	,6%
mecânico	f	1	0	1
	%	,9%	,0%	,6%
pedreiro	f	1	0	1
	%	,9%	,0%	,6%
trabalhador	f	4	0	4
	%	3,7%	,0%	2,4%
vaqueiro	f	1	0	1
	%	,9%	,0%	,6%
Total	f	107	57	164
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Quando se leva em conta a faixa etária dos entrevistados (Tabela 40), identifica-se que os jovens adolescentes definem-se principalmente como *estudante* (64,7%); depois, como *lavrador* (25%). Esta última categoria de autoidentificação apresenta percentuais maiores na medida em que aumenta a faixa etária dos inquiridos. Assim ela alcança 48,1% de respostas daqueles que têm de 20 a 24 anos e chega a 50%, entre os jovens de 25 a 29 anos. Nestas duas faixas etárias a segunda categoria de identidade mais utilizada é agricultor com um pouco a mais de 30%.

Tabela 40: Cruzamento das categorias de identificação dos jovens por faixa etária (f e %).

COMO VOCE SE IDENTIFICA?		FAIXA ETÁRIA DO ENTREVISTADO:			Total
		De 15 a 19 anos de idade.	De 20 a 24 anos de idade.	De 25 a 29 anos de idade.	
agricultor	f	5	16	14	35
	%	7,4%	30,8%	31,8%	21,3%
autônomo	f	0	1	0	1
	%	,0%	1,9%	,0%	,6%
desempregado	f	1	1	1	3
	%	1,5%	1,9%	2,3%	1,8%
doméstica	f	0	0	2	2
	%	,0%	,0%	4,5%	1,2%
dona de casa	f	0	5	0	5
	%	,0%	9,6%	,0%	3,0%
estudante	f	44	1	0	45
	%	64,7%	1,9%	,0%	27,4%
granjeiro	f	0	1	0	1
	%	,0%	1,9%	,0%	,6%
lavrador	f	17	25	22	64
	%	25,0%	48,1%	50,0%	39,0%
manicure	f	0	0	1	1
	%	,0%	,0%	2,3%	,6%
mecânico	f	0	0	1	1
	%	,0%	,0%	2,3%	,6%
pedreiro	f	0	0	1	1
	%	,0%	,0%	2,3%	,6%
trabalhador	f	1	2	1	4
	%	1,5%	3,8%	2,3%	2,4%
vaqueiro	f	0	0	1	1
	%	,0%	,0%	2,3%	,6%
Total	f	68	52	44	164
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

No seu conjunto, estas respostas podem ser interpretadas como uma transição entre a inserção objetiva dos jovens no processo de trabalho familiar agrícola e a disposição subjetiva de ser reconhecido como agricultor. Com efeito, pode-se perceber que estamos diante da construção de identidades socioprofissionais pautadas, principalmente, pelo trabalho agrícola. Isto não implica atribuímos aos jovens identidades unificadas e estáveis, mas confirma a aquisição antecipada de saberes, normas, valores e comportamentos típicos de seu grupo de referência. Estas categorias identitárias apontam para processos de identificação e envolvem a noção de pertenci-

mento a um grupo social, seja ao se dizerem lavradores ou agricultores, que são as categorias de referência identitária entre o público estudado, referem-se a sua construção social como agricultores familiares.

A centralidade do trabalho nas representações

Neste capítulo, buscou-se abordar as representações sociais dos jovens agricultores no que tange o trabalho familiar agrícola e não agrícola, o modo de vida dos pais e suas autoidentificações. Estes aspectos que compõem a dimensão simbólica da situação juvenil na agricultura familiar e nos ajudam a conhecer melhor a especificidade deste segmento social.

No que se refere às representações que os jovens fazem do trabalho na agricultura familiar, a maioria deles afirma gostar do trabalho. De maneira generalizada destacam sua participação no trabalho como importante para família. Enfatizam a dignidade do trabalho, a possibilidade de independência financeira. As manifestações mais entusiasmadas são feitas por jovens adultos enquanto que as manifestações de desagrado são mais constantes entre os jovens adolescentes.

O trabalho não agrícola também é bem visto pelos jovens. Neste caso destacam que trata-se de um trabalho mais leve do que o agrícola. Os jovens adultos compartilham esta opinião, mas, enfatizam mais do que os outros as dificuldades de inserção e o desemprego.

Quando questionados sobre as avaliações que fazem sobre o modo de vida dos pais presenciamos opiniões mais refratárias. Em certos aspectos eles avaliam como bom este modo de vida, indicando que valorizam o esforço e a dedicação destes ao trabalho e a família, por outro, eles manifestam o desejo de não viver como eles. Assim a maioria manifesta o desejo de introduzir mudanças no seu modo de vida em comparação a seus pais. Esta posição mais crítica é manifestada principalmente pelos mulheres e adolescentes.

Quanto as formas de autoidentidade social dos jovens percebe-se que estas se forjam na estreita relação com o mundo do trabalho. Como já tivemos a oportunidade de afirmar, a construção de uma autoidentidade representa não apenas uma situação presente, mas uma antecipação das posições desejáveis

e uma instância de legitimação de suas capacidades, constituindo-se num espaço de construção de reconhecimento social. Assim podemos interpretar a identificação como lavrador e agricultor como reconhecimento de sua condição de agricultor familiar. Outras identidades também são acionadas pelos jovens como a de estudante o que condiz com o processo de socialização predominante principalmente entre as mulheres e adolescentes.

Os Projetos dos Jovens Agricultores Familiars no Reconcavo

O objetivo deste capítulo é analisar os projetos juvenis. Estes são entendidos como formados por três tipos de projetos: a) os projetos de escolarização; b) projetos profissionais e; c) projetos de vida. Para cada um destes realizaremos análises com base nas diferenciações por sexo e faixa etária dos entrevistados. O capítulo está organizado em três partes. Na primeira apresenta-se resumidamente o conceito de projeto e as definições do projeto juvenil. Na segunda parte apresentaremos os resultados das análises referentes ao objetivos do capítulo, na terceira parte estabeleceremos cruzamentos entre os projetos profissionais dos jovens com as outras dimensões da situação juvenil tratadas nos capítulos precedentes. Os procedimentos adotados permitem identificar, de modo relacional, em quais situações os jovens elaboram projetos profissionais que indicam a disposição em reproduzir o trabalho familiar agrícola.

Projeto e projetos juvenis

O conceito de projeto emerge no âmbito da filosofia clássica alemã, trazendo uma das marcas centrais do Iluminismo: a possibilidade da construção do futuro sob a orientação da racionalidade humana. Seu percurso encontra-se ligado aos nomes de Johann Gottlieb Fichte e Georg Wilhelm Friedrich Hegel, mesmo que o tratamento estabelecido entre eles seja distinto. A partir da reflexão sobre a temporalidade e a intencionalidade, este debate entrou no século XX através de sua influência na corrente fenomenológica de Edmund Gustav Albrecht Husserl e Martin Heidegger, que conferem ao conceito sua definição contemporânea. Sob influência deste, o conceito foi apropriado à Sociologia por Alfred Schütz. No Brasil, o conceito de projeto vem sendo utilizado em trabalhos do antropólogo Gilberto Velho.

Para Schütz (1979), toda a ação humana repousa sobre um conjunto de informações que são em sentido amplo transmitidas pelos outros nos processos de interação cotidianas. Deste modo, o sujeito pensante (*projetor*), capaz de antecipar sua própria ação e formulá-la subjetivamente em termos de um projeto, opera seus percursos sociais com a ajuda de um *stock* de conhecimento que serve de orientação no desenvolvimento da ação presente e na antecipação das coisas futuras. Em consequência, a noção de projeto trazida à Sociologia por Alfred Schütz ganha os contornos de uma conduta organizada para atingir finalidades específicas, sendo orientada pelo *stock* de conhecimentos advindos de sua experiência própria, de sua biografia, mas, não representa uma pré-determinação dos destinos pessoais ou coletivos e sim uma orientação diante um futuro contingente. Sendo assim, para este autor:

Projetar, como qualquer outra antecipação de eventos futuros, traz consigo horizontes em aberto, que somente serão preenchidos através da materialização do evento antecipado; em consequência para o ator, o significado do ato projetado tem, necessariamente, de diferir do ato projetado (SCHÜTZ, 1979, p. 139).

Ou seja, todo projeto, como o futuro em aberto, tem um grande grau de indeterminação e pode ser alterado ao longo da trajetória dos atores sociais. Com efeito, a formulação de um projeto profissional revela uma vontade de *vir a ser* que reflexivamente constitui-se a partir da avaliação das possibilidades futuras construídas ao longo das biografias dos atores sociais e que formam seu estoque de conhecimentos. Através da elaboração de um projeto profissional cria-se a orientação para o estabelecimento de objetivos e a organização dos meios necessários através dos quais este poderá ser atingido (SCHÜTZ, 1979).

Outrossim, para apreender o sentido sociológico do conceito de projeto é necessário superar a perspectiva filosófica que o concebeu a partir da consciência individual. Neste sentido recorreremos a orientação do antropólogo Gilberto Velho (2003), que propõe fazendo uso da noção de campo de possibilidades como uma condicionalidade objetiva sobre a qual os sujeitos elaboram

seus projetos. O campo de possibilidades aparece como uma dimensão socio-cultural, espaço para a formulação e implementação de projetos, atuando ainda como condicionante estrutural com todos seus incentivos e constrangimentos possíveis sobre a formulação dos projetos juvenis. Segundo Velho:

Os projetos individuais sempre interagem com outros projetos dentro de um *campo de possibilidades*. Não operam num vácuo, mas sim a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos. Por isso mesmo são complexos e os indivíduos, em princípio, podem ser portadores de projetos diferentes, até contraditórios. Suas pertinência e relevância serão definidas contextualmente. No caso de uma jovem de quinze anos isso pode aparecer de um modo mais dramático na medida em que se caracteriza uma aparente ruptura comum à escala de valores anterior que a englobaria através da família. Mas efetivamente, esse mencionado jogo de papéis se realiza acompanhando a emergência de um projeto pessoal de alguma singularidade (VELHO, 2003, p. 46) [Grifos do autor].

Percebe-se que o projeto, enquanto tentativa de antecipar um ato futuro que dê sentido à experiência de viver, se constroi dentro de um campo de possibilidades que se configura na interação com outros indivíduos. Com efeito, os limites objetivos para a concretização do projeto são o campo de possibilidades sobre o qual atuam os sujeitos históricos, os projetos de outros com que se relaciona este sujeito e as pressões e demandas de seus pares e grupo familiar.

Gilberto Velho (2003) informa ainda que os projetos coletivos formulados no núcleo familiar não são vividos de modo totalmente homogêneo pelos indivíduos que o compartilham. Existem diferenças na interpretação devido às particularidades de diversas ordens: no caso de uma família, gênero e geração. Por sua vez, os projetos individuais, que podem se distinguir do projeto familiar, emergem, também, em função de interações e experiências fora do âmbito das relações familiares como, por exemplo, a escola, o mercado de trabalho e os espaços de lazer. Com efeito, mais do que uma possibilidade, a construção de um projeto futuro aparece como uma exigência social feita aos jovens, impondo a diferença entre situação vivida e situação projetada como uma das marcas da condição juvenil.

Conforme Jean-Pierre Boutinet o projeto juvenil resulta de uma “dupla necessidade cultural e psicológica” (BOUTINET, 2002, p. 90). Ou seja, ocorre como fenômeno coletivo que se amplia com a racionalização das experiências e; como fenômeno individual, que permite ao jovem orientar-se diante um futuro em aberto. A construção de projetos permite aos jovens antecipar a sequência seguinte da sua existência em meio às constantes atualizações e transformações da transição para a vida adulta.

O projeto segue então um paralelo com as etapas da vida. Boutinet (2002) propõe que se percebam as fases da vida como situações existenciais de projeto onde se pode identificar um conjunto de projetos possíveis que caracterizaria a fase juvenil: a) “o *projeto de orientação escolar* em curto prazo: trata-se do tipo de estudo almejado pelo interessado através da escolha de opções, de seções de ensino, de habilitações de formação” (BOUTINET, 2002, p. 89); b) “o *projeto de orientação profissional* em médio prazo: é o projeto de inserção profissional propriamente dito” (BOUTINET, 2002, p. 90) e; c) “o *projeto de vida*: O projeto sentimental e familiar remete a um projeto de prazo maior que diz respeito ao estilo de vida que o jovem pretende ter dentro de alguns anos” (BOUTINET, 2002, p. 90) [Grifos nossos]. Ainda, segundo este autor: “projeto escolar, projeto profissional e projeto de vida constituem atualmente as três dimensões de qualquer projeto adolescente” (BOUTINET, 2002, p. 91).

Com base em Boutinet (2002) e voltados para descrever a situação dos jovens agricultores familiares são propostas as seguintes definições para cada um dos projetos juvenis:

Projeto de escolarização: trata-se de um projeto em curto prazo que define o tipo de estudo almejado pelo jovem através da escolha de opções entre tipos de curso, normal ou técnico que prepare para atividade agrícola ou para uma profissão não-agrícola, tempo de escolarização, tipos de habilitação e graus de formação e capacitações pretendidas.

Projeto profissional: é o projeto de inserção socioprofissional em médio prazo. Reflete as imagens profissionais que os jovens agricultores reservam para si, os tipos de grupos profissionais e respectivos recursos a

que aspiram. Esta projeção em futuros profissionais possíveis estrutura o reconhecimento de uma identidade profissional²⁴ construída, socialmente, por meio de interações entre trajetórias individuais e sistemas de emprego, de trabalho e de formação, logo, são construídas por meio de processos de socialização cada vez mais diversificados que ampliam o campo de possibilidades projetivas. Os projetos profissionais permitem a objetivação das representações dos jovens sobre suas possibilidades futuras de permanência ou saída da atividade agrícola.

Projeto de Vida: este é um projeto de investimento emocional, sentimental e familiar. Remete a um projeto de prazo maior e diz respeito a certo estilo de vida que o jovem pretende adotar apontando para definições sobre a vida conjugal, como por exemplo, se querem casar com agricultor(a), onde pretende residir, o que envolve a tomada de decisão sobre estabelecimento no meio rural ou migração para os centros urbanos.

Estes projetos são parcialmente autônomos, parcialmente imbricados uns aos outros (BOUTINET, 2002). Conforme Boutinet, eles são cada vez mais presentes e valorizados como solução da continuidade entre os grupos de idades, que vem se tornando cada vez mais problemático e menos institucionalizados devido a crescente individualização dos comportamentos, obrigando, assim, os indivíduos a tomarem antecipadamente uma série de decisões quanto ao seu futuro. Isto corresponde ao que Giddens (2002) descreveu como uma tendência crescente de “colonização do futuro”, que é descrito como um arrastamento de tempo futuro para o presente produzindo uma antecipação projetiva capaz de permitir o monitoramento reflexivo da ação a fim de atingir a autorrealização, entendida como um equilíbrio entre oportunidade e risco.

Neste caso, ao contrário da incerteza e do risco apresentarem-se como entraves para elaboração de projetos, restringindo os jovens ao tempo presente (LACARDI, 2005), estes fatores impõem ao jovens a necessidade

24- A construção das identidades profissionais são “sempre resultados precários ainda que muito fecundos de processos de socialização, estas identidades constituem formas sociais de construção da individualidade, a cada geração, em casa sociedade” (DUBAR, 2005, p. 330).

da construção de projetos. Sendo esta uma das características da juventude de nossa época: a capacidade reflexiva na orientação de suas ações com vista a um futuro em aberto, mas planejável. Ou seja, esta colonização do futuro é um traço dominante da época atual, em que se vive uma “cultura do projeto”, conforme a expressão de Boutinet (2002), em que o sentido da existência está intimamente ligado à capacidade de projeção no futuro. É neste novo tempo operatório que as opções com que os jovens agricultores familiares são confrontados, ganham sentido e consciência. É através dos projetos que as trajetórias individuais vão se construindo (VELHO, 2003), o que faz dos mesmos um instrumento pertinente ao estudo dos impasses da situação juvenil na agricultura familiar.

Exame dos projetos juvenis

Neste tópico são analisados os projetos juvenis como definidos na sessão anterior. Assim esta parte está organizada em três momentos. Primeiramente verificaremos os projetos de escolarização dos jovens, na sequência serão vistos os projetos profissionais e na terceira parte os projetos de vida dos jovens agricultores familiares.

Projetos de escolarização

Nesta sessão analisa-se os projetos de escolarização dos jovens agricultores familiares. Como visto anteriormente trata-se de um projeto a curto prazo, referente ao interesse de dar continuidade aos estudos e tipo de escolarização almejada pelo jovem. Este projeto foi identificado por meio da questão: *Se você pretende continuar ou voltar a estudar será até quando?*

Conforme a Tabela 41, o maior percentual de respostas concentra-se nos (as) jovens que pretendem concluir o ensino médio (30,5%), seguido daqueles (as) que buscam um curso superior para trabalho não agrícola (25,0%). Em terceiro lugar estão alocados os (as) jovens que não pretendem continuar os estudos ou voltar a estudar (17,7%) e em quarto lugar, os que desejam um curso técnico industrial. Chama a atenção nesses dados, o bai-

xo índice de jovens que busquem um curso técnico agropecuário (3,0%) ou curso superior ligado a agropecuária (2,4%) o que aponta no sentido de que os projetos escolares não são vistos pelos entrevistados como um recurso necessário para a permanência qualificada na agricultura.

Tabela 41: Distribuição dos projetos de escolarização (*f* e %).

Se você pretende continuar ou voltar a estudar será até quando?	<i>f</i>	%
Concluir o ensino fundamental.	1	,6
Concluir o ensino médio.	50	30,5
Concluir curso técnico agropecuária	5	3,0
Concluir curso técnico industrial	22	13,4
Concluir curso superior ligado a agropecuária	4	2,4
Concluir curso superior para trabalho não agrícola	41	25,0
Concluir curso de informática.	6	3,7
Concluir curso de idiomas.	1	,6
Não pretendo continuar / voltar a estudar	29	17,7
NA	4	2,4
NS/NR	1	,6
Total	164	100,0

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Quando se cruzam esses dados pelo sexo dos respondentes (Tabela 42), percebe-se que entre os homens, a maioria deles deseja concluir o ensino médio (36,4%), seguido daqueles que não pretendem continuar/voltar a estudar (20,6%) e dos que pretendem concluir curso técnico industrial (17,8%). Já quanto as mulheres, mais da metade deseja concluir um curso superior para trabalho não agrícola (50,9%) e em segundo lugar estão as que desejam concluir o ensino médio (19,3%). Os dados referentes aos projetos de escolarização das jovens mulheres agricultoras apontam necessariamente para uma não identificação dessas com o trabalho agrícola.

Tabela 42: Distribuição dos projetos de escolarização por sexo (f e %).

Se você pretende continuar ou voltar a estudar será até quando?		SEXO:		
		Masc.	Fem.	Total
Concluir o ensino Fundamental	F	1,0	0,0	1,0
	%	0,9	0,0	0,6
Concluir o ensino Médio	F	39,0	11,0	50,0
	%	36,4	19,3	30,5
Concluir curso técnico Agropecuária	F	5,0	0,0	5,0
	%	4,7	0,0	3,0
Concluir curso técnico Industrial	F	19,0	3,0	22,0
	%	17,8	5,3	13,4
Concluir curso superior ligado a agropecuária	F	4,0	0,0	4,0
	%	3,7	0,0	2,4
Concluir curso superior para trabalho não agrícola	F	12,0	29,0	41,0
	%	11,2	50,9	25,0
Concluir curso de Informática	F	2,0	4,0	6,0
	%	1,9	7,0	3,7
Concluir curso de idiomas	F	1,0	0,0	1,0
	%	0,9	0,0	0,6
Não pretendo continuar/voltar a estudar	F	22,0	7,0	29,0
	%	20,6	12,3	17,7
NA	F	1,0	3,0	4,0
	%	0,9	5,3	2,4
NS/NR	F	1,0	0,0	1,0
	%	0,9	0,0	0,6
Total	F	107,0	57,0	164,0
	%	100,0	100,0	100,0

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Quando se compara os dados de continuidade de estudo por faixa etária (Tabela 43), percebe-se que entre os jovens adolescentes uma grande parte deseja seguir algum caminho no campo da escolarização, sendo que 33,8% desejam concluir o ensino médio; 30,9% almejam fazer um curso superior para trabalho não agrícola e 20,6% buscam um curso técnico industrial. Já na faixa etária dos 20 a 24 anos, 28,8% planeja concluir o ensino médio e 26,9% almeja um curso superior para trabalho não agrícola. Destaca-se que nesta faixa etária uma parcela significativa dos jovens (23,1%), não

pretende continuar ou voltar a estudar. A intensão de não estudar é ainda maior entre os jovens adultos (36,4%). Entre eles, 27,3% manifestam o desejo de concluir o ensino médio.

Tabela 43: distribuição dos projetos de escolarização por faixa etárias (f e %).

Se você pretende continuar ou voltar a estudar será até quando		FAIXA ETÁRIA			
		De 15 a 19 anos	De 20 a 24 anos	De 25 a 29 anos	Total
Concluir o ensino Fundamental	f	1,0	0,0	0,0	1,0
	%	1,5	0,0	0,0	0,6
Concluir o ensino Médio	f	23,0	15,0	12,0	50,0
	%	33,8	28,8	27,3	30,5
Concluir curso técnico Agropecuária	f	1,0	1,0	3,0	5,0
	%	1,5	1,9	6,8	3,0
Concluir curso técnico Industrial	f	14,0	5,0	3,0	22,0
	%	20,6	9,6	6,8	13,4
Concluir curso superior ligado a agropecuária	f	2,0	1,0	1,0	4,0
	%	2,9	1,9	2,3	2,4
Concluir curso superior para trabalho não agrícola	f	21,0	14,0	6,0	41,0
	%	30,9	26,9	13,6	25,0
Concluir curso de Informática	f	3,0	2,0	1,0	6,0
	%	4,4	3,8	2,3	3,7
Concluir curso de idiomas	f	1,0	0,0	0,0	1,0
	%	1,5	0,0	0,0	0,6
Não pretendo continuar/voltar a estudar	f	1,0	12,0	16,0	29,0
	%	1,5	23,1	36,4	17,7
NA	f	1,0	1,0	2,0	4,0
	%	1,5	1,9	4,5	2,4
NS/NR	F	0,0	1,0	0,0	1,0
	%	0,0	1,9	0,0	0,6
Total	F	68,0	52,0	44,0	164,0
	%	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Os projetos de escolarização são entendidos como uma orientação de curto prazo dos jovens. Este permite identificar a lógica da ação sobre a qual se estruturam as trajetórias possíveis e que está relacionada às suas próprias motivações ou ausência delas. No caso da variável em análise, os diferentes projetos de formação escolar demonstram a busca de condições

necessárias para pleitear posições futuras. Estes são elaborados a partir da experiência socializadora das práticas do grupo doméstico e do estatuto²⁵ conferido a seus membros, conforme critérios de classificação por sexo e idade. Por isto, para os homens, o ensino médio é considerado elevado o suficiente para que eles cumpram seu desígnio, seja como sucessores no estabelecimento familiar ou como trabalhador assalariado. Já os projetos de escolarização das jovens mulheres revelam suas intenções de adquirir capacitações, via escolarização, que lhes permitam uma boa colocação no mercado de trabalho não-agrícola, buscando assim experimentar trajetórias de mobilidade social ascendentes. Neste sentido, os projetos de formação escolar revelam a incorporação pelos jovens entrevistados das regras do jogo, onde a fidelidade e a pertença ao grupo se traduzem no que homens e mulheres projetam para si e que tende a ser a confirmação do que se espera que eles façam.

Projetos Profissionais

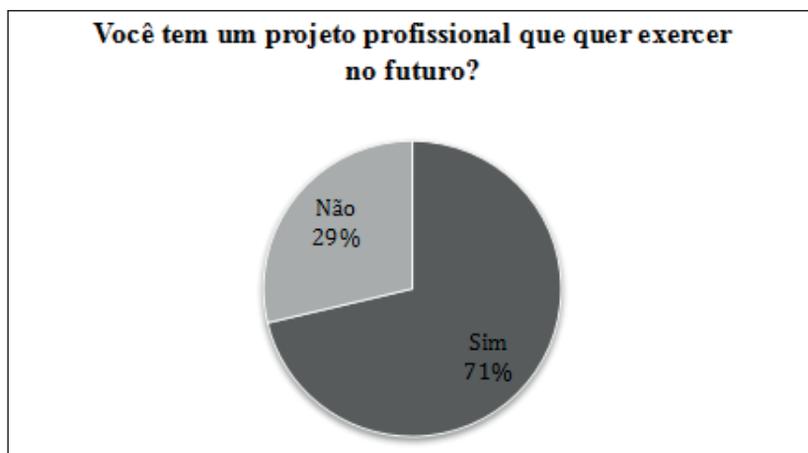
Neste tópico, analisam-se os projetos profissionais elaborados por jovens agricultores familiares do Recôncavo. Estes projetos correspondem a uma orientação de inserção profissional em médio prazo, que confirma sua identificação socioprofissional. Como fora exposto anteriormente, esta tomada de posição em relação à atividade futura é socialmente produzida por meio de processos de socialização, de tal modo que os projetos profissionais nos permitem avaliarmos as disposições dos jovens em reproduzir o processo de trabalho familiar agrícola, ou, em caso contrário, converter-se a outra profissão. Para identificar os projetos profissionais formulados pelos sujeitos do estudo foram feitas sequencialmente três questões: *Você tem um projeto profissional que quer exercer no futuro? Qual é o seu projeto profissional? Você pretende se estabelecer profissionalmente como agricultor(a) familiar?*

A primeira questão constata que a maioria dos entrevistados (71%) afirma respondeu ter algum projeto profissional que pretende realizar (Gráfico 20). Isso confirma que a maioria dos jovens orienta-se por objetivos

25 - Estatuto é usado no sentido que Weber dá a este conceito, isto é, como a posição relativa de um indivíduo, em relação a probabilidade que ele tem de influenciar os outros graças aos meios ligados a esta posição.

previamente estabelecidos que conferem sentido a suas trajetórias sociais e profissionais. A capacidade dos jovens de elaborar projetos profissionais, apresenta pouca diferença por sexo, porém com uma vantagem para as mulheres (73,7%) na comparação com os entre (70,1%) (Tabela 44).

Gráfico 20: Distribuição das ocorrência de projetos profissionais (%).



Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Tabela 44: Cruzamento entre *Você tem um projeto profissional que quer exercer no futuro?* por sexo (f e %).

Você tem um projeto profissional que quer exercer no futuro?	SEXO			Total
		Masc.	Fem.	
Sim	F	75,0	42,0	117,0
	%	70,1	73,7	71,3
Não	F	32,0	15,0	47,0
	%	29,9	26,3	28,7
Total	F	107,0	57,0	164,0
	%	100,0	100,0	100,0

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Quando é feito o cruzamento desta questão pela variável faixa etária verifica-se alguma diferença, conforme discriminado abaixo (Tabela 45).

Os adolescentes são aqueles que apresentam maior percentual de elaboração de projetos profissionais entre os casos estudados (77,9%), seguido dos (69,2%) dos jovens entre 20 e 24 anos e (63,3%) dos jovens adultos. Esta variação decorre do estágio de vida dos jovens, onde, nas faixas etárias maiores a inserção no trabalho agrícola já se encontra mais consolidada. Conforme constata Boutinet (2005), os jovens adultos não formulam projetos profissionais, mas sim, orientam-se pelo projeto vocacional do adulto, que é a perspectiva do desenvolvimento vocacional que o indivíduo procura, progressivamente estabelecer para si, como poderá realizar-se profissionalmente, levando em conta as possibilidades objetivas e subjetivas que estão à sua disposição.

Tabela 45: Cruzamento entre *Você tem um projeto profissional que quer exercer no futuro?* por Faixa etária (f e %).

	FAIXA ETÁRIA				
		De 15 a 19 anos	De 20 a 24 anos	De 25 a 29 anos	Total
VOCÊ TEM UM PROJETO PROFISSIONAL QUE QUER EXERCER NO FUTURO?	Sim f	53,0	36,0	28,0	117,0
	%	77,9	69,2	63,6	71,3
	Não f	15,0	16,0	16,0	47,0
	%	22,1	30,8	36,4	28,7
Total	f	68,0	52,0	44,0	164,0
	%	100,0	100,0	100,0	100,0

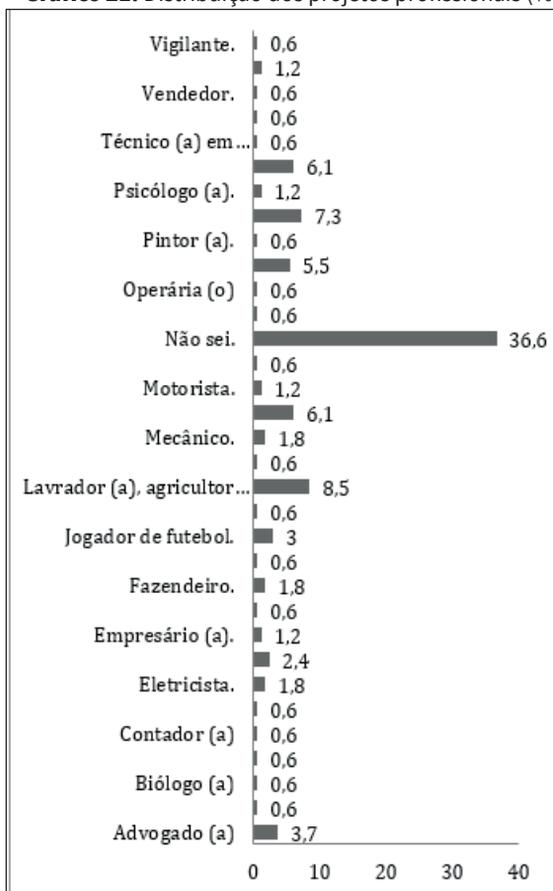
Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Quando questionados sobre *Qual é o seu projeto profissional*, as respostas espontâneas, ou seja, obtidas sem indicação de resposta, apresentaram uma grande variação: um total de trinta e duas categorias profissionais de respostas diferentes e mais uma categoria de resposta negativa referente aos jovens que não sabiam responder esta questão. No Gráfico 21, encontra-se a distribuição dos percentuais de resposta válidas dos projetos profissionais citados. Conforme os resultados obtidos para esta questão, percebe-se que há uma prevalência de projetos profissionais não-agrícolas, onde apenas (8,5%)

dos jovens afirmaram ter projetos profissionais para serem agricultores ou lavradores. Percebe-se também que o maior percentual corresponde aos jovens que não dizem qual profissão desejam (36,6%). Para estes jovens se impõe a falta de perspectivas de inserção futura. Isto não significa que eles não tenham capacidade para elaborar projetos. Outrossim, quer dizer que não lhe estão asseguradas quaisquer condições objetivas para tal. A falta do projeto profissional indica que o jovem está ao sabor dos acontecimentos. Neste caso, permanecer na agricultura tende a ser a única opção. Principalmente quando faltar a eles os fatores que permitam qualquer mobilidade social.

Os desejos de inserção profissional manifesto pelos jovens nem sempre condizem com seu campo de possibilidades. Há na maioria dos casos uma tentativa de ajustar estes projetos a realidade do mercado de trabalho local, com destaques para as profissões de soldador, professor (a) e pedreiro. Também figuram profissões socialmente valorizadas e que os jovens manifestam ter o “sonho de ser” como médico, jogador de futebol e advogados.

As construções dos projetos profissionais revelam-se diferenciadas, conforme o sexo dos jovens. Entre as mulheres 36,8% ainda não definiu os projetos profissionais. Contudo figuram com destaque as profissões de médica (14%), professora (10,5%) e advogada (8,8%). Entre elas, apenas 5% afirmaram ter como projeto ser agricultora familiar. Entre os homens ficou perceptível que também há uma indefinição dos projetos, onde 36,4% responderam que não sabem. O que os diferenciam das mulheres é que eles demonstram uma maior inclinação para se profissionalizarem como agricultores, uma vez que 10,3% indicaram esta profissão como desejada. Na sequência as respostas concentram-se nas profissões de soldador (9,3%) e pedreiro (8,4%). Percebe-se que entre os homens existem mais projetos para a agricultura familiar, bem como projetos com capacidade de execução em nível local considerando as oportunidades do mercado de trabalho no Recôncavo da Bahia.

Grafico 21. Distribuição dos projetos profissionais (%).

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Com relação à faixa etária os dados revelam que entre os jovens adolescentes predomina a resposta “não sei” (30,9%), seguida da profissão de médico (13,2%), advogado, professor e jogador de futebol (7,4%) e soldador (5,9%). O percentual de jovens nessa faixa etária que têm projetos profissionais de agricultor equivale ao mesmo percentual que manifestam querer ser pedreiro (4,4%). Na segunda faixa etária, onde se encontram os jovens com idade entre 20 e 24 anos, prevaleceu também a resposta “não sei” so-

bre projetos profissionais (36,5%), seguido de lavrador/agricultor (11,5%) e enfermeiro (3,8%). Já entre os jovens adultos os que não sabem responder tiveram a maior participação da amostra (45,5%). A estes seguiram-se os projetos profissionais que apontam para a permanência na agricultura familiar (11,4%) e os de ser professor e pedreiro (6,8%).

As informações revelam que há entre todas as faixas um percentual expressivo de jovens que não estabeleceram projetos profissionais. Indica ainda que de modo geral não há um grande distanciamento dos projetos profissionais formulados e as possibilidades de inserção profissional na região do estudo. Permite ver ainda que entre os jovens adultos há uma maior disposição para o trabalho agrícola do que entre os jovens adolescentes e que estas diferenças se fazem presentes também entre os homens e as mulheres.

Tabela 46: Cruzamento dos projetos profissionais por sexo (f e %).

		SEXO			
		Masc.	Fem.	Total	
QUAL É O SEU PROJETO PROFISSIONAL?	Advogado (a)	f	1,0	5,0	6,0
		%	0,9	8,8	3,7
	Agente de saúde.	f	0,0	1,0	1,0
		%	0,0	1,8	0,6
	Biólogo (a)	f	1,0	0,0	1,0
		%	0,9	0,0	0,6
	Caldereiro.	f	1,0	0,0	1,0
		%	0,9	0,0	0,6
	Contador (a)	f	0,0	1,0	1,0
		%	0,0	1,8	0,6
	Cozinheiro (a)	f	1,0	0,0	1,0
		%	0,9	0,0	0,6
	Eletricista.	f	3,0	0,0	3,0
		%	2,8	0,0	1,8
	Enfermeira (o)	f	1,0	3,0	4,0
		%	0,9	5,3	2,4
	Empresário (a).	f	2,0	0,0	2,0
		%	1,9	0,0	1,2
	Escritor (a)	f	0,0	1,0	1,0
		%	0,0	1,8	0,6
Fazendeiro.	f	3,0	0,0	3,0	
	%	2,8	0,0	1,8	
Fisioterapeuta	f	0,0	1,0	1,0	
	%	0,0	1,8	0,6	

Jogador de futebol.	f	5,0	0,0	5,0
	%	4,7	0,0	3,0
Jornalista.	f	0,0	1,0	1,0
	%	0,0	1,8	0,6
Lavrador (a), agricultor (a).	f	11,0	3,0	14,0
	%	10,3	5,3	8,5
Lixador.	f	1,0	0,0	1,0
	%	0,9	0,0	0,6
Mecânico.	f	3,0	0,0	3,0
	%	2,8	0,0	1,8
Médico (a)	f	2,0	8,0	10,0
	%	1,9	14,0	6,1
Motorista.	f	2,0	0,0	2,0
	%	1,9	0,0	1,2
Músico.	f	1,0	0,0	1,0
	%	0,9	0,0	0,6
Não sei.	f	39,0	21,0	60,0
	%	36,4	36,8	36,6
Operador de máquina.	f	1,0	0,0	1,0
	f	0,9	0,0	0,6
Operária (o)	%	0,0	1,0	1,0
	%	0,0	1,8	0,6
Pedreiro.	f	9,0	0,0	9,0
	%	8,4	0,0	5,5
Pintor (a).	f	0,0	1,0	1,0
	%	0,0	1,8	0,6
Professor (a).	f	6,0	6,0	12,0
	%	5,6	10,5	7,3
Psicólogo (a).	f	0,0	2,0	2,0
	%	0,0	3,5	1,2
Soldador.	f	10,0	0,0	10,0
	%	9,3	0,0	6,1
Técnico (a) em segurança do trabalho.	f	1,0	0,0	1,0
	%	0,9	0,0	0,6
Técnico em informática.	f	1,0	0,0	1,0
	%	0,9	0,0	0,6
Vendedor.	f	1,0	0,0	1,0
	%	0,9	0,0	0,6
Veterinária (o)	f	0,0	2,0	2,0
	%	0,0	3,5	1,2
Vigilante.	f	1,0	0,0	1,0
	%	0,9	0,0	0,6
Total	f	107,0	57,0	164,0
	%	100,0	100,0	100,0

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Tabela 47: Distribuição dos projetos profissionais por faixa etária (f e %).

QUAL É O SEU PROJETO PROFISSIONAL?		FAIXA ETÁRIA			
		De 15 a 19 anos	De 20 a 24 anos	De 25 a 29 anos	Total
Advogado (a)	f	5,0	0,0	1,0	6,0
	%	7,4	0,0	2,3	3,7
Agente de saúde.	f	0,0	1,0	0,0	1,0
	%	0,0	1,9	0,0	0,6
Biólogo (a)	f	0,0	1,0	0,0	1,0
	%	0,0	1,9	0,0	0,6
Caldereiro.	f	0,0	0,0	1,0	1,0
	%	0,0	0,0	2,3	0,6
Contador (a)	f	0,0	1,0	0,0	1,0
	%	0,0	1,9	0,0	0,6
Cozinheiro (a)	f	0,0	1,0	0,0	1,0
	%	0,0	1,9	0,0	0,6
Eletricista.	f	2,0	1,0	0,0	3,0
	%	2,9	1,9	0,0	1,8
Enfermeira (o)	f	0,0	2,0	2,0	4,0
	%	0,0	3,8	4,5	2,4
Empresário (a).	f	1,0	0,0	1,0	2,0
	%	1,5	0,0	2,3	1,2
Escritor (a)	f	1,0	0,0	0,0	1,0
	%	1,5	0,0	0,0	0,6
Fazendeiro.	f	1,0	0,0	2,0	3,0
	%	1,5	0,0	4,5	1,8
Fisioterapeuta	f	0,0	0,0	1,0	1,0
	%	0,0	0,0	2,3	0,6
Jogador de futebol.	f	5,0	0,0	0,0	5,0
	%	7,4	0,0	0,0	3,0
Jornalista.	f	0,0	1,0	0,0	1,0
	%	0,0	1,9	0,0	0,6
Lavrador (a), agricultor (a).	f	3,0	6,0	5,0	14,0
	%	4,4	11,5	11,4	8,5
Lixador.	f	0,0	1,0	0,0	1,0
	%	0,0	1,9	0,0	0,6
Mecânico.	f	1,0	1,0	1,0	3,0
	%	1,5	1,9	2,3	1,8
Médico (a)	f	9,0	1,0	0,0	10,0
	%	13,2	1,9	0,0	6,1
Motorista.	f	1,0	1,0	0,0	2,0

	%	1,4	1,9	0,0	1,2
Músico.	f	1,0	0,0	0,0	1,0
	%	1,5	0,0	0,0	0,6
Não sei.	f	21,0	19,0	20,0	60,0
	%	30,9	36,5	45,5	36,6
Operador de máquina.	f	1,0	0,0	0,0	1,0
	f	1,5	0,0	0,0	0,6
Operária (o)	%	0,0	1,0	0,0	1,0
	%	0,0	1,9	0,0	0,6
Pedreiro.	f	3,0	3,0	3,0	9,0
	%	4,4	5,8	6,8	5,5
Pintor (a).	f	0,0	0,0	1,0	1,0
	%	0,0	0,0	2,3	0,6
Professor (a).	f	5,0	4,0	3,0	12,0
	%	7,4	7,7	6,8	7,3
Psicólogo (a).	f	1,0	0,0	1,0	2,0
	%	1,5	0,0	2,3	1,2
Soldador.	f	4,0	4,0	2,0	10,0
	%	5,9	7,7	4,5	6,1
Técnico (a) em segurança do trabalho.	f	1,0	0,0	0,0	1,0
	%	1,5	0,0	0,0	0,6
Técnico em informática.	f	1,0	0,0	0,0	1,0
	%	1,5	0,0	0,0	0,6
Vendedor.	f	1,0	0,0	0,0	1,0
	%	1,5	0,0	0,0	0,6
Veterinária (o)	f	0,0	2,0	0,0	2,0
	%	0,0	3,8	0,0	1,2
Vigilante.	f	0,0	1,0	0,0	1,0
	%	0,0	1,9	0,0	0,6
Total	f	68,0	52,0	44,0	164,0
	%	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Quando os jovens são colocados diante deste tema de outra maneira, eles confirmam as informações anteriores de não querem permanecer na agricultura familiar. No Gráfico 22, verificamos as repostas obtidas para a pergunta *Você pretende se estabelecer profissionalmente na agricultura?* Para esta questão a maioria dos entrevistados (64,%) responde que *não*.

Gráfico 22: Você quer se estabelecer profissionalmente como agricultor (a) familiar?

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Comparando as respostas a mesma questão por sexo dos entrevistados obtemos a Tabela 48. Nela percebe-se que 40,2% dos homens pretendem se estabelecer na agricultura familiar enquanto 28,1% das mulheres apresentam a mesma vontade. Assim apesar do predomínio das respostas negativas os jovens do sexo masculino demonstram uma maior disposição para reproduzir o processo de trabalho familiar agrícola.

Quando esta questão é comparada por faixa etária confirma-se o indicado na questão anterior (Tabela 49). Isto é, percebe-se que a disposição para permanência no trabalho agrícola aumenta com a faixa etária. Assim as respostas positivas que foram 22,1% entre os jovens adolescentes, passa a ser 42,3% entre os entrevistados de 20 a 24 anos de idade e chega a 50% entre os jovens adultos.

Tabela 48. Cruzamento entre disposição para agricultura familiar e sexo (f e m).

VOCE QUER SE ESTABELECEER PROFISSIONALMENTE COMO AGRICULTOR(A) FAMILIAR ?		SEXO:		Total
		Masculino	Feminino	
Sim	f	43	16	59
	%	40,2%	28,1%	36,0%
Não	f	64	41	105
	%	59,8%	71,9%	64,0%
	f	107	57	164
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Tabela 49. Cruzamento entre a disposição para agricultura familiar por faixa etária (f e %).

VOCE QUER SE ESTABELECEER PROFISSIONAL- MENTE COMO AGRICULTOR(A) FAMILIAR?		De 15a 19 anos de idade.	De 20 a 24 anos de idade.	De 25 a 29 anos de idade.	
Sim	f	15	22	22	59
	%	22,1%	42,3%	50,0%	36,0%
Não	f	53	30	22	105
	%	77,9%	57,7%	50,0%	64,0%
Total	f	68	52	44	164
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Ao proceder a análise dos projetos profissionais dos jovens agricultores familiares do Recôncavo da Bahia percebe-se a recusa destes por dar continuidade a este trabalho. Neste caso os jovens não manifestam a disposições necessárias à reprodução do processo de trabalho familiar agrícola. Isto indica que nestas unidades produtivas a sucessão geracional encontra-se comprometida visto que a maior parte dos possíveis sucessores não manifestam interesse em continuar nesta atividade. A exceção fica por conta dos homens e jovens adultos, o que confirma a tendência de masculinização e envelhecimento da região de abrangência deste estudo.

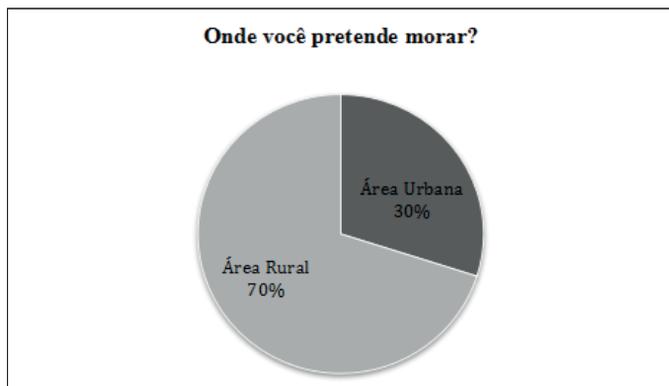
Projetos de Vida

São analisados, agora, os projetos de vida dos jovens agricultores familiares do Recôncavo. Como foi definido anteriormente, o projeto de vida antecipa um tempo mais distante dos que os projetos de formação e profissional, vinculados a investimentos sentimentais e familiares, apontando para definições sobre a vida conjugal e residencial. Neste sentido, buscou-se identificar este projeto por meio das questões: *Onde você pretende morar?* e *Você pretende casar com um(a) agricultor(a)?*

Ao serem inquiridos acerca do local de moradia onde pretende habitar, os (as) jovens responderam em sua maioria (70%), que almejam permanecer no meio rural, por considerar que esse espaço geográfico é mais calmo e menos violento, ficar próximo da família e por gostar da vida no campo.

Quanto aos 30% que pretendem morar na zona urbana, estes afirmam ser por ter mais oportunidades, possibilidade de emprego e de deslocamentos.

Gráfico23: Distribuição de respostas a questão Onde você pretende morar? (%)



Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Quando se considera o sexo do (a) respondente, observa-se uma diferença de percentuais, sendo mais presente o desejo de permanecer no campo pelos homens (72,9%), enquanto que esse percentual diminui nas mulheres (64,9%), havendo um aumento daquelas que desejam ir para a zona urbana.

Tabela 50: Cruzamento das resposta a questão Onde você pretende morar? por sexo (f e %)

		SEXO			
		Masc.	Fem.	Total	
ONDE VOCÊ PRETENDE MORAR?	Meio Rural	f	78,0	37,0	115,0
		%	72,9	64,9	70,1
	Meio Urbano	f	29,0	20,0	49,0
		%	27,1	35,1	29,9
Total	f	107,0	57,0	164,0	
	%	100,0	100,0	100,0	

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Considerando-se a faixa etária desses sujeitos nota-se que a maior parcela dos que pretendem continuar no meio rural estão na franja dos 25 a 29 anos (84,1%), e dos que pretendem ir para a zona urbana, os índices mais

elevados encontram-se na faixa dos 15 a 19 anos, dando indícios de que a taxa de desejo de permanência no campo tem sido, nessa amostra específica, inversamente proporcional a idade do respondente.

Tabela 51: Cruzamento das resposta a questão Onde você pretende morar? por faixa etária (f e %).

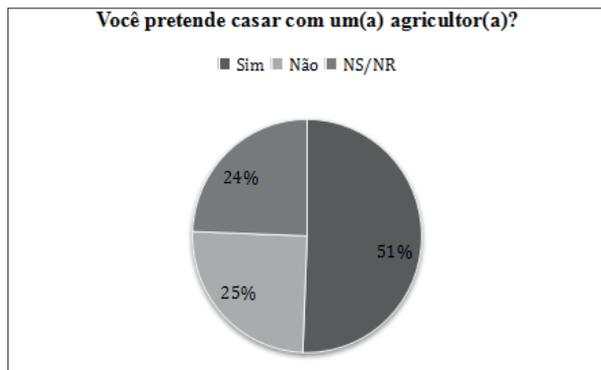
		FAIXA ETÁRIA				Total
			De 15 a 19 anos	De 20 a 24 anos	De 25 a 29 anos	
ONDE VOCÊ PRETENDE MORAR?	Meio Rural	f	38,0	40,0	37,0	115,0
		%	55,9	76,9	84,1	70,1
	Meio Urbano	f	30,0	12,0	7,0	49,0
		%	44,1	23,1	15,9	29,9
Total		f	68,0	52,0	44,0	164,0
		%	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Entende-se que o estabelecimento de tipo de relacionamento conjugal faz parte do que se denomina “projeto de vida”, ou seja, a vontade de encontrar um(a) companheiro(a) que compartilhe do mesmo projeto de vida, ou mesmo a opção por não tecer laços de conjugalidade. Ao mesmo tempo, entende-se que a constituição de uma nova *unidade de produção familiar* implica a construção de um casal de agricultores e a posterior socialização dos filhos nas atividades produtivas. De tal modo, torna-se problemático caracterizar-se como agricultor familiar, os produtores solteiros que não contam como a força de trabalho da família, mesmo que seja por meio de parceria com parentes, uma vez que em tais condições os celibatários que permanecem na agricultura terão que recorrer a força de trabalho contratada.

Com base neste raciocínio, procurou-se saber dos entrevistados se cogitavam em casar-se com agricultores. Para entender como isto ocorre no universo de estudo, perguntou-se: *Você pretende se casar com um(a) agricultor(a)*? A distribuição das respostas a esta questão indica o predomínio, com 51% de casos, dos que pretendem casar-se com agricultores (Gráfico 24).

Gráfico 24: Você pretende casar com um(a) agricultor(a)?



Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Realizando o cruzamento das respostas obtidas para esta mesma questão com a variável **sexo**, é possível identificar uma disposição um pouco maior entre os homens (57,9%) do que entre as mulheres (36,8%) de casar-se com agricultoras ou agricultores. Aqui temos que considerar o fato de que 21,1% das mulheres e 16,8% dos homens já se encontram casados.

Nestes casos, suas respostas confirmam uma condição já vivida e não uma projeção futura.

Tabela 52. Cruzamento das respostas Você pretende casar com um(a) agricultor(a)? por sexo (f e %).

VOCÊ PRETENDE CASAR COM UM(A) AGRICULTOR(A)?	SEXO:		Total	
	Masculino	Feminino		
Sim	f	62	21	83
	%	57,9%	36,8%	50,6%
Não	f	16	25	41
	%	15,0%	43,9%	25,0%
NS/NR	f	29	11	40
	%	27,1%	19,3%	24,4%
	f	107	57	164
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

A disposição de casar com um agricultor ou uma agricultora conforme a faixa etária dos entrevistados pode ser visualizada na Tabela 53 Entre os jovens de 15 a 19 anos, onde predominam os solteiros, encontra-se o me-

nor percentual de interesse por um cônjuge vinculado à agricultura (35,3%). Por sua vez, com o aumento da faixa etária verifica-se um crescimento desta pretensão matrimonial que chega a 63,6% entre os jovens adultos.

Tabela 53. Cruzamento das respostas Você pretende casar com um(a) agricultor(a)? por faixa etária (*f* e %).

VOCÊ PRETENDE CASAR COM UM(A) AGRICULTOR(A)?		FAIXA ETÁRIA DO ENTREVISTADO:			Total
		De 15 a 19 anos de idade.	De 20 a 24 anos de idade.	De 25 a 29 anos de idade.	
Sim	f	24	31	28	83
	%	35,3%	59,6%	63,6%	50,6%
Não	f	24	9	8	41
	%	35,3%	17,3%	18,2%	25,0%
NS/NR	f	20	12	8	40
	%	29,4%	23,1%	18,2%	24,4%
	f	68	52	44	164
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Os projetos de vida que contemplam o matrimônio entre agricultores predominam entre os entrevistados homens e entre os maiores de 20 anos de idade. Entre as mulheres e adolescentes, onde predominam as solteiras e por isto são as mais potencialmente esposáveis verificamos uma negação ao matrimônio com agricultor. Isto mostra que os jovens homens que pretendem casar e se estabelecer como agricultores enfrentam dificuldades de encontrar – no mercado matrimonial – mulheres com o mesmo projeto. Além da variável em análise, as adolescentes, majoritariamente, não pretendem residir no meio rural, nem ser agricultoras e ao mesmo tempo elaboram projetos de escolarização com vistas à inserção no mercado de trabalho não-agrícola.

Homogeneidade na situação juvenil

O projeto profissional aparece como resultado de um esforço de re-flexividade dos jovens em estabelecer objetivos de inserção no mundo do trabalho. Entretanto, isto não ocorre apenas no âmbito das escolhas pessoais, resulta do balanço entre as experiências adquiridas da trajetória dos jovens e do campo de possibilidades, que atua como condicionante estrutural

sobre os seus projetos (VELHO, 2003). Com base nisto, deve-se reconhecer que os projetos por eles formulados resultam da interação de múltiplos fatores associados às dimensões analíticas do modelo descritivo da situação juvenil proposto neste estudo. Com efeito, interessa identificar como tais dimensões da situação juvenil – condições materiais, processo de socialização e representações sociais – relacionam-se aos projetos profissionais dos entrevistados. Para dar consequência a esta perspectiva relacional na interpretação da construção dos projetos dos jovens agricultores familiares, neste tópico são analisadas as interações que se estabelecem entre cada uma das dimensões analíticas com o fenômeno em questão, com base em dois procedimentos: um típico da estatística descritiva e outro referente à análise multivariada de dados qualitativos.

No que se refere ao primeiro procedimento, estaremos realizando cruzamento entre variáveis. Procurando operacionalizar esta questão, selecionou-se um conjunto de variáveis consideradas independentes (Quadro 3) que sintetizam as dimensões da situação juvenil analisadas nos capítulos anteriores para verificar como estas questões se relacionam com as respostas dicotômicas obtidas para a pergunta “*Você pretende se estabelecer profissionalmente na agricultura?*” que é tratada como variável dependente.

Quadro 3: Variáveis independentes selecionadas por dimensão analítica.

DIMENSÃO ANALÍTICA	VARIÁVEIS INDEPENDENTES
Condições Materiais	Sua família é proprietária da terra em que trabalha? Grau de autonomia material.
Processo de Socialização	Você está estudando atualmente? Jornada diária de trabalho na UPF
Representações Sociais	O quanto você gosta do trabalho agrícola? Como você avalia o modo de vida de seus pais?

Fonte: Elaboração própria.

O segundo procedimento corresponde à análise de correspondência múltipla (ACM) que permite a identificação das associações e oposições entre variáveis a partir da representação gráfica dos espaços multidimensionais em que se distribuem os objetos e categorias em análise (Carvalho, 2008). A este, serão submetidas as mesmas variáveis que se apresentaram

com maior poder de discriminação dos indivíduos entrevistados, acrescentando **sexo e faixa etária**. Busca-se, assim, não mais percebê-los como fatores independentes, mas identificar o sistema de relações que se estabelecem entre eles, contemplando-se uma análise estrutural destas múltiplas relações por meio da operacionalização de indicadores categoriais.

Nas páginas subsequentes, desenvolve-se a análise das relações entre as dimensões analíticas e os projetos profissionais dos jovens agricultores familiares. Iniciamos por analisar como os projetos profissionais dos jovens agricultores familiares se constroem em relação às suas condições materiais. Pretende-se assim demonstrar que os recursos alocados pelos jovens estruturam suas disposições de reprodução do processo de trabalho familiar agrícola. Isso pode ser percebido, inicialmente, a partir da condição fundiária das famílias dos entrevistados e pelo grau de autonomia material desfrutado por estes na agricultura familiar.

Não deve causar estranhamento a escolha da condição fundiária como fator explicativo, visto que “o estatuto fundiário é central em toda a análise de funcionamento das unidades de produção” (LAMARCHE, 1998, p. 63). Como mencionado anteriormente, esta variável foi construída a partir da pergunta: ***Sua família é proprietária da terra em que trabalha?*** A intenção, aqui, é perceber como a propriedade da terra pela família do entrevistado relaciona-se com sua disposição em reproduzir o trabalho familiar agrícola, isto é, ser agricultor familiar no futuro. Isto é possível de ser verificado cruzando-se esta primeira questão com outra considerada como variável dependente: ***Você pretende se estabelecer profissionalmente na agricultura?*** Desta forma, obtemos a Tabela 54 que apresenta a relação entre condição fundiária da família e projeto profissional dos jovens.

Constata-se que entre proprietários e não-proprietários predomina a vontade de não se estabelecer profissionalmente como agricultor familiar. Contudo, esta informação precisa ser considerada tendo como referência a distribuição de resposta para a totalidade do contingente analisado. Desta forma, percebe-se que os entrevistados membros de famílias proprietárias apresentam um percentual mais elevado de respostas positivas quanto a

permanência na agricultura, enquanto que os jovens de famílias não proprietárias encontram-se onze pontos percentuais abaixo do índice de referência (Total). Disto resultam duas conclusões: a primeira é que os jovens projetam projetos profissionais não agrícolas mesmo quando as famílias possuem a propriedade fundiária; a segunda, derivada desta, é que esta disposição é ainda menor entre os que não são proprietários.

Tabela 54: Cruzamento entre projeto profissional e condição fundiária da família (f e %)

SUA FAMÍLIA É PROPRIETÁRIA DA TERRA EM QUE TRABALHA?		VOCE QUER SE ESTABELECEER PROFISIONALMENTE COMO AGRICULTOR(A) FAMILIAR ?		Total
		Sim	Não	
Sim	f	51	81	132
	%	38,6%	61,4%	100,0%
Não	f	8	24	32
	%	25,0%	75,0%	100,0%
Total	f	59	105	164
	%	36,0%	64,0%	100,0%

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

A Tabela 55 traz os resultados do cruzamento entre grau de autonomia material e projeto profissional. Considerando que a autonomia material sintetiza os recursos alocativos que permitem aos jovens projetar suas possibilidades futuras, temos o registro de que na amostra predomina a situação de baixa autonomia material. Nesta condição os jovens tendem a elaborar projetos profissionais não agrícolas (63,9%), índice igual ao registrado para o total dos entrevistados. A variação estatística que se registra entre os jovens que contam com um nível de média autonomia não é suficiente para afirmar que há uma maior disposição para a agricultura entre estes, uma vez que se registra que 61,5% destes não querem permanecer profissionalmente nesta atividade. O único caso de alta autonomia parece confirmar a tendência de ruptura com este processo de trabalho entre os jovens agricultores familiares do Recôncavo. Ou seja, este cruzamento demonstra que os entrevistados tendem a sair da atividade agrícola visto que eles não dispõem de autonomia material suficiente para construírem projetos profissionais agrícolas.

Tabela 55: Cruzamento entre projeto profissional e grau de autonomia material (f e %)

NÍVEL DE AUTONOMIA MATERIAL		VOCE QUER SE ESTABELECEER PROFISSIONALMENTE COMO AGRICULTOR(A) FAMILIAR ?		Total
		Sim	Não	
baixa autonomia	f	52	92	144
	%	36,1%	63,9%	100,0%
média autonomia	f	5	8	13
	%	38,5%	61,5%	100,0%
alta autonomia	f	0	1	1
	%	,0%	100,0%	100,0%
Total	f	57	101	158
	%	36,1%	63,9%	100,0%

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Busca-se agora identificar as relações entre os processos de socialização que se efetivam através da participação juvenil no trabalho familiar agrícola e no ensino formal com os projetos profissionais elaborados pelos entrevistados. Este tipo de relação se estabelece entre a socialização no sistema formal de ensino e a disposição dos jovens de serem agricultores. Conforme a Tabela 56, verifica-se uma relação negativa entre condição de estudo e projeto agrícola, uma vez que prevalece com ampla vantagem, entre os jovens que estavam estudando, a recusa de ser agricultor (74,2%), índice que é 10% superior ao registrado para esta resposta entre o total de entrevistados. Em contrapartida, entre os que não estudavam na ocasião da entrevista, 42,9% afirma querer se estabelecer profissionalmente na agricultura familiar. Isto confirma o que foi identificado em outros estudos: ficam na atividade agrícola os jovens que não estão inseridos no sistema de ensino.

Tabela 56: Cruzamento entre projeto profissional e situação de estudo (f e %)

VOCÊ ESTA ESTUDANDO ATUALMENTE?		VOCE QUER SE ESTABELECEER PROFISSIONALMENTE COMO AGRICULTOR(A) FAMILIAR ?		Total
		Sim	Não	
Sim	f	17	49	66
	%	25,8%	74,2%	100,0%
Não	f	42	56	98
	%	42,9%	57,1%	100,0%
Total	f	59	105	164
	%	36,0%	64,0%	100,0%

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Muitas vezes o estudo formal e o trabalho agrícola aparecem como alternativas contrapostas nas práticas sociais dos entrevistados. Deste modo podem ser esperados efeitos distintos de cada uma destas agências de socialização. Tudo indica que é este o caso. Conforme pode ser verificado na Tabela 57, quanto maior o envolvimento com o trabalho familiar, maior é a disposição do jovem de se estabelecer profissionalmente como agricultor. Isto pode ser evidenciado relacionando-se a jornada de trabalho diário na agricultura e a disposição de ser agricultor. Entre os jovens com menores jornadas diárias de trabalho, predominam projetos profissionais não-agrícolas. Entre os que desenvolvem jornadas de até quatro horas, predominam (82%) os que não pretendem ser agricultores; os jovens que trabalham até seis horas diárias 59% não querem permanecer nesta atividade. Na categoria com jornadas acima desta carga horária, verifica-se a ascensão de projetos profissionais agrícolas. Esses se tornam mais frequentes entre os jovens na medida em que se constata uma ampliação de sua jornada de trabalho, passando a 53,8% entre os que tem jornadas de oito a dez horas e chegando a representar 66,7% entre os jovens com a maior jornada de diária.

Isto demonstra a influência do uso do tempo na alocação de papéis-chaves – aquele aos quais se dá prioridade sobre outros papéis – estando este na base da internalização das disposições adquiridas ao longo dos processos de socialização. Desta maneira, entre os jovens com jornadas parciais com quatro horas diárias, pressupõe-se que as horas restantes sejam ocupadas por outras agências socializadoras, produzindo efeitos de incorporação de valores que embasam a busca por realizar projetos profissionais não-agrícolas. Por outro lado, o predomínio do uso do tempo em atividades agrícolas produz a internalização do *habitus* do trabalho familiar agrícola, fazendo com que eles venham a querer reproduzir este processo de trabalho (BOURDIEU, 2005). Com efeito, uma socialização no trabalho familiar tende a ser acompanhado de uma maior disposição para reprodução deste processo de trabalho.

As representações dos jovens sobre o trabalho agrícola podem ser resumidas na pergunta “*O quanto você gosta do trabalho familiar agrícola?*”.

A Tabela 58 apresenta o cruzamento das respostas a esta questão por outra que expressa o projeto profissional dos jovens entrevistados. Desta forma é possível demonstrar que avaliações sobre o trabalho e a disposição de reproduzi-lo apresentam uma relação positiva, isto é, quanto mais o jovem gosta do trabalho mais quer reproduzi-lo. Assim, entre os entrevistados que respondem que gosta muito, 69,8% pretendem se estabelecer na agricultura familiar; os que apresentam uma posição ambígua para com a resposta “mais ou menos” 77% não pretendem ser agricultores; os que respondem “*não gosto*” 91,7% não querem ser agricultores.

Tabela 57: Cruzamento entre jornada diária de trabalho na UPF por projeto profissional (f e %)

JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO NA UPF:		VOCE QUER SE ESTABELECEER PROFISSIONALMENTE COMO AGRICULTOR(A) FAMILIAR ?		Total
		Sim	Não	
Até 4h	f	11	50	61
	%	18,0%	82,0%	100,0%
mais de 4h a 6h	f	16	23	39
	%	41,0%	59,0%	100,0%
Mais 6h a 8 hs	f	9	13	22
	%	40,9%	59,1%	100,0%
mais de 8h a 10 h	f	21	18	39
	%	53,8%	46,2%	100,0%
mais de 10 h	f	2	1	3
	%	66,7%	33,3%	100,0%
Total	f	59	105	164
	%	36,0%	64,0%	100,0%

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Tabela 58: Cruzamento entre representação sobre o trabalho agrícola e projeto profissional (f e %)

		VOCE QUER SE ESTABELECEER PROFISSIONALMENTE COMO AGRICULTOR(A) FAMILIAR ?		Total
		Sim	Não	
Gosto Muito	f	37	16	53
	%	69,8%	30,2%	100,0%
Mais ou Men os	f	20	67	87
	%	23,0%	77,0%	100,0%
Não Gosto	f	2	22	24
	%	8,3%	91,7%	100,0%
Total	f	59	105	164
	%	36,0%	64,0%	100,0%

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

A Tabela 59 apresenta a relação entre a avaliação dos jovens sobre o modo de vida dos pais e projeto profissional. Neste predomina em todas as alternativas o desejo de não ser agricultor, inclusive entre aqueles que avaliam como “ótimo” e “bom” o modo de vida dos pais. Entre os que avaliam como “ruim” o modo de vida, é onde encontra-se o maior percentual de respostas positivas para profissão agrícola (44%). Os jovens que avaliam como *Bom* o modo de vida dos pais apresentam um percentual maior (39,3%) do que o do total (36%) para respostas positivas sobre a permanência no trabalho agrícola.

Tabela 59: Cruzamento entre avaliação do modo de vida dos pais e projeto profissional (f e %)

		VOCE QUER SE ESTABELECEER PROFISSIONALMENTE COMO AGRICULTOR(A) FAMILIAR ?		Total
		Sim	Não	
Ótimo	f	14	30	44
	%	31,8%	68,2%	100,0%
Bom	f	24	37	61
	%	39,3%	60,7%	100,0%
Regular	f	16	29	45
	%	35,6%	64,4%	100,0%
Ruim	f	4	5	9
	%	44,4%	55,6%	100,0%
Péssimo	f	0	3	3
	%	,0%	100,0%	100,0%
NS/NR	f	1	1	2
	%	50,0%	50,0%	100,0%
Total	f	59	105	164
	%	36,0%	64,0%	100,0%

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Conforme aponta Bourdieu (2008), as relações singulares entre uma variável independente e outra dependente tendem a dissimular o sistema completo de relações que “constituem o verdadeiro princípio da força e da forma específicas registrados em determinada correlação particular” (BOURDIEU, 2008, p. 98). Com efeito, para além das análises dos fatores vistos acima como unidades independentes, busca-se identificar, através da análise de correspondência múltiplas (ACM) o sistema de relações que se estabelecem entre elas, acrescidas ainda das variáveis *sexo* e *faixa etária* dos entrevistados.

Isto porque acredita-se que a realidade estudada detenha uma complexidade que nem sempre é revelada por procedimentos descritivos como o que realizamos até o momento. Outrossim, o próprio modelo analítico adotado compreende o fenômeno, a situação juvenil, como multidimensional. Assim, nos interessa, para finalizar este estudo, interpretar o significado do todo. Por isto recorre-se as medidas de discriminação que quantificam a variância de cada variável que quanto menos seu limite se aproximar do valor superior, equivalente a 1, mais as variáveis em questão discriminam os indivíduos em análise. Ou seja os indivíduos serão tanto mais distintos quanto mais diferenciadora for a variável em causa. Do ponto de vista geométrico, os pontos representativos das suas categorias tendem a registrar projeções distantes entre si (CARVALHO, 2008, pag. 75). Ou, em caso contrário, quanto mais próximos os pontos mais homogêneos são os sujeitos estudados em relação as variáveis em apreciação.

Este procedimento analítico produz um conjunto de resultados a partir das variáveis selecionadas, dos quais se optou por utilizar dois deles: 1) A medida de discriminação que quantifica a variância de cada variável. Seus valores variam entre 0 e 1, assim, quanto mais perto de 1, mais a variável discrimina os indivíduos em uma dada dimensão. Este procedimento também pode ser observado por meio de uma representação gráfica. 2) A quantificação das categorias que é uma representação gráfica que distribui as categorias em quadrantes adjacentes permitindo identificar as distâncias destas entre si e a configuração da interação entre estas formando grupos cujos perfis são distintos.

No primeiro procedimento temos o Quadro 04, que traz as medidas de discriminação das variáveis selecionadas. Primeiramente é possível notar que predomina uma homogeneidade do universo de estudo com relação as variáveis em questão. Destaca-se na dimensão 1, com maior poder de discriminação as variáveis: Faixa etária do entrevistado; Você esta estudando atualmente? e; jornada diária de trabalho na UPF. Esta última se destaca tam-

bém na dimensão 2 juntamente com Como você avalia o modo de vida de seus pais? que apresenta o maior valor de discriminação nesta dimensão.. É importante citar que a baixa medida de discriminação de algumas categorias e, por consequência, as proporções de variância ser pouco sugestivas, não retira o poder explicativo do instrumento. Ele revela – isso sim – uma homogeneidade dos entrevistados em relação às variáveis analisadas, assim como a ocorrência de medidas de discriminação, semelhantes entre si nas duas dimensões, demonstrando que há uma acentuada homogeneidade entre os eixos, não permitindo sua diferenciação temática. Ou seja, se estas discriminações são fracas, não são menos importantes para a interpretação de suas múltiplas relações, demonstrando que indivíduos em condições diferentes compartilham posições próximas no espaço social.

Quadro 04. Medidas de Discriminação das variáveis selecionadas.

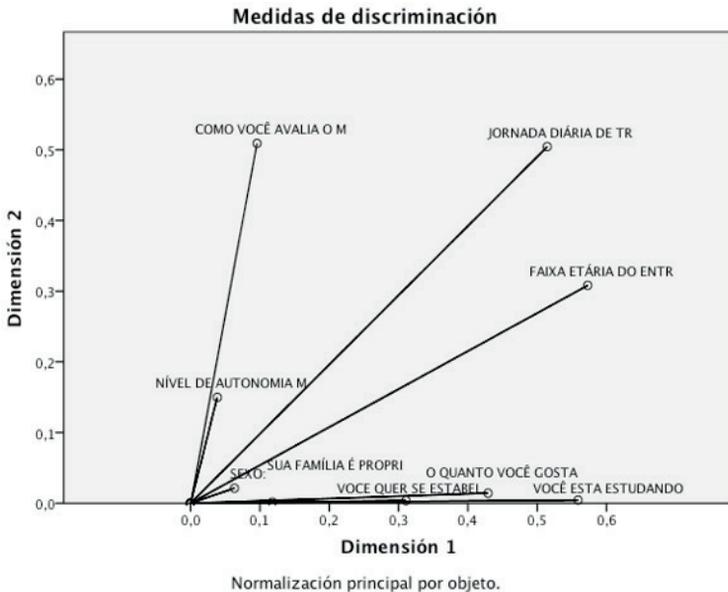
Medidas de discriminación			
	Dimensión		Me- dia
	1	2	
VOCÊ ESTA ESTUDANDO ATUALMENTE?	,559	,004	,282
JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO NA UPF:	,514	,504	,509
VOCE QUER SE ESTABELECEER PROFISSIONALMENTE COMO AGRICULTOR(A) FAMILIAR ?	,311	,004	,157
FAIXA ETÁRIA DO ENTREVISTADO:	,573	,308	,441
SEXO:	,063	,021	,042
SUA FAMÍLIA É PROPRIETÁRIA DA TERRA EM QUE TRABALHA?	,118	,001	,060
NÍVEL DE AUTONOMIA MATERIAL	,038	,150	,094
O QUANTO VOCÊ GOSTA DE TRABALHAR NA AGRÍCULTURA?	,429	,014	,222
COMO VOCÊ AVALIA O MODO DE VIDA DE SEUS PAIS?	,096	,509	,302
Total Ativo	2,701	1,516	2,109

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

As medidas de discriminação das variáveis em estudo podem ser observadas na representação gráfica da Figura 03. Através desta torna-se acessível a leitura do sistema de relações que existe entre os indicadores, ao mesmo tempo torna perceptível a importância que cada uma delas tem na estruturação do espaço em análise. Destaca-se o efeito diferenciador das

variáveis *Faixa etária do entrevistado*; *Você está estudando atualmente?*; *Jornada diária de trabalho na UPF* e; *Como você avalia o modo de vida de seus pais?* no âmbito deste estudo.

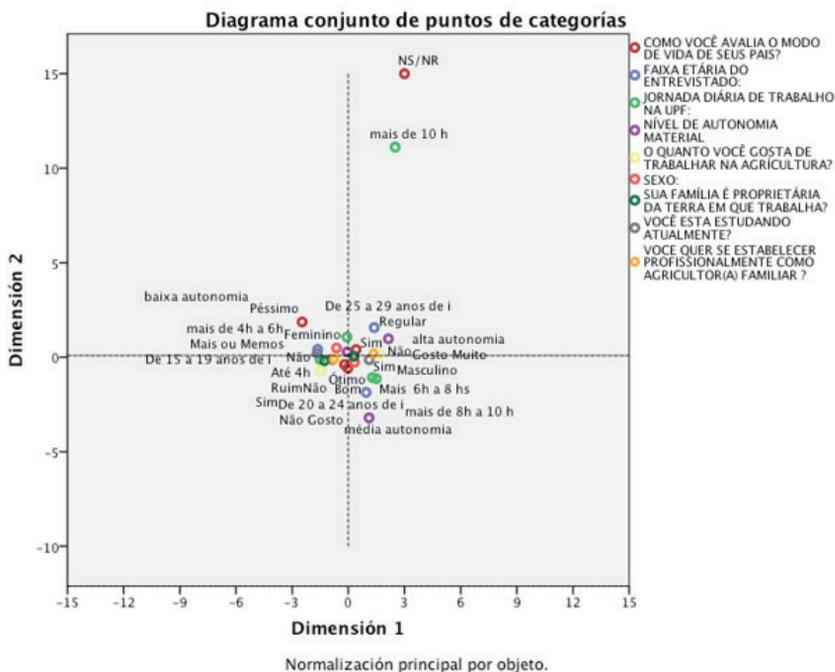
Figura 03. Variáveis de categorização do espaço social segundo medidas de discriminação.



Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

A configuração do espaço social das categorias segundo as variáveis selecionadas pode ser verificada graficamente no Gráfico 25. Ele traduz as medidas de discriminação anteriormente apresentadas. Observa-se na demonstração que os jovens agricultores familiares do Recôncavo formam um grupo social bastante homogêneo, visto a aglomeração das categorias na representação gráfica. As categorias de resposta não se afastam do ponto de origem. Esta informação vem colaborar com os resultados obtido com os cruzamentos das variáveis mostrando que o predomínio das respostas negativas ao trabalho agrícola se faz em relação aos fatores materiais, a socialização e representações sociais, sem grande diferenciação interna.

Gráfico 25. Configuração do espaço social conforme variáveis selecionadas.



Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Mesmo diante da grande homogeneidade da amostra, os resultados permitem identificar que existem categorias que se relacionam mais intimamente. Para isto é necessário atentar para a disposição espacial destas diferentes configurações no interior de cada um dos quadrantes. Assim, no primeiro quadrante encontram-se uma maior proximidade, e mesmo sobreposição entre as categorias não quer se estabelecer profissionalmente na agricultura, jornada de trabalho de até quatro horas diárias, não gosto do trabalho agrícola e a avaliação como ruim para o modo de vida dos pais. Próximo a estas resposta, porém, já no segundo quadrante encontram-se as categorias sexo feminino, faixa etária de 15 a 19 anos, baixa autonomia e avaliação do modo de vida dos pais como péssima. A principal diferenciação na amostra estudada aparece no terceiro quadrante onde esta a faixa etária de

25 a 29 anos de idade, jornadas de trabalho superiores a 10 horas diárias e os que não sabem ou não responderam sobre o modo de vida dos pais. Registra-se ainda que é justamente neste quadrante que se encontra a respostas sim para a profissão de agricultor. Por sua vez, no quarto quadrante estão muito próximas as categorias sexo masculino, jornadas de trabalho de 6hs a 8 hs e de 8hs a 10 hs, media autonomia e ótimo e bom para o modo de vida dos pais e faixa etária de 20 a 24 anos.

Uma geração com destino comum

O debate realizado neste capítulo permite afirmar que os projetos juvenis, entendidos como uma visada consciente do futuro em aberto, apresentam-se como um esforço de antecipar posições desejadas quanto à escolarização, à profissão e à vida futura (conjugal e residencial) que apresentam diferenças por sexo e idades dos entrevistados. Os projetos de escolarização são mais frequentes e amplos entre os jovens adolescentes com destaque para as mulheres. Também os projetos profissionais apresentam diferenças segundo estes critérios, com projetos de permanência na agricultura mais frequentes entre os homens e mulheres jovens com mais de 20 anos de idade, enquanto os jovens adolescentes predominantemente elaboram projetos profissionais não-agrícolas. Os adolescentes diferem-se da maioria dos entrevistados também quanto ao projeto de vida, uma vez que a maior parte deles afirma que não pretende casar com agricultor, apesar de predominar o desejo de continuar a residir no meio rural.

Estes projetos indicam como os jovens lidam com os papéis que desempenham na atividade agrícola e as posições que ocupam na família e em suas estratégias de reprodução, ou seja, revelam como os jovens avaliam sua situação atual na agricultura familiar. Pode-se dizer que estes projetos são influenciados, em diferentes graus, pelas oportunidades objetivas de reprodução das unidades de produção familiar das quais os jovens entrevistados fazem parte. Contudo, a estrutura objetiva desta reprodução não se limita às formas de acesso à propriedade fundiária, mas ao acesso efetivo dos jovens aos recursos materiais que possibilitem a eles ter alguma autonomia mate-

rial para tomarem suas próprias decisões e acessarem os resultados de seus esforços produtivos. Com efeito a baixa autonomia material colabora para os jovens não estarem interessados em permanecer na agricultura familiar.

Além disto, verificou-se que os processos de socialização atuam como um fator objetivo fundamental, visto que é por meio destes que se internalizam os conhecimentos, os valores e a ética própria do trabalho familiar agrícola, gerando as disposições necessárias à sua reprodução geracional. Neste sentido, a socialização no trabalho agrícola pode ser percebida como o principal instrumento de reprodução social na agricultura familiar, porque produz uma nova geração de agricultores familiares.

Por fim, podemos concluir que as representações dos jovens sobre o trabalho agrícola revelam-se coerentes com seus projetos profissionais do que a avaliação que fazem do modo de vida dos pais. A interação entre estas representações permitem-nos compreender melhor as dinâmicas desta reprodução geracional do trabalho familiar que depende da reafirmação não só de uma posição no mundo social, mas também de sua visão de mundo correspondente. Com efeito, pode-se concluir que os projetos profissionais dos jovens agricultores derivam da própria situação juvenil na agricultura familiar, com suas diferenciações sexuais e etárias, o que está presente na estrutura das práticas do trabalho e na incorporação das disposições necessárias a sua reprodução.

A grande homogeneidade interna no grupo estudado revela que estes fatores por si só não permitem explicar as tomadas de posição dos jovens em relação a seus projetos profissionais, porém indicam claramente o que fundamenta a tendência destes jovens de não quererem reproduzir o processo de trabalho familiar agrícola. O que revela os impasses da reprodução social da agricultura familiar no Recôncavo da Bahia.

Considerações finais

O estudo realizado buscou contribuir para o conhecimento da agricultura familiar na Bahia. Ao tematizar a situação juvenil na agricultura familiar no Território do Recôncavo identificando as características desta juventude e a sua disposição em reproduzir o processo de trabalho de trabalho familiar agrícola, pretende colaborar modestamente para superação da invisibilidade social que ainda afeta este segmento da juventude.

Os resultados obtidos permitem cotejar as hipóteses iniciais e avaliar as possibilidades de reprodução da agricultura familiar na região do estudo. Temos que fazê-lo a partir da constatação de que a maioria dos jovens entrevistados não desejam permanecer profissionalmente na agricultura familiar. Isto indica que eles fazem avaliações negativas sobre suas próprias possibilidades nesta atividade. Esta recusa em reproduzir o processo de trabalho familiar agrícola se explica pela própria precariedade que marca a situação juvenil na agricultura familiar do Recôncavo.

Considerando as condições materiais nas quais os jovens agricultores familiares se encontram, percebe-se que se confirmou a hipótese de que a situação juvenil na agricultura familiar é marcada por uma baixa autonomia material. Contudo, este processo é ainda mais severo do que se imaginava inicialmente. Isto porque tal condição se estende por todas as faixas etárias, não havendo uma ampliação da autonomia material com o avançar das idades dos jovens. Ou seja não se observa entre os jovens do estudo a superação da dependência e da subordinação com o término do ciclo etário. Esta situação se explica em parte pelo padrão da agricultura familiar da região que é mais próximo do modelo camponês do que da agricultura familiar moderna, segundo os critérios teoricamente apresentados. Entretanto, é necessário que se mencione que esta baixa autonomia é ainda mais severa entre as mulheres, o que demonstra que há diferenciação de gênero mesmo entre os que geram baixos valores na produção agrícola. Em decor-

rência desta situação, isto é, como não percebem possibilidades de autonomia na agricultura, eles não pretendem continuar neste ramo de atividade.

Ao examinar os processos de socialização dos jovens percebemos a importância da família como agente que produz uma socialização profissional. Ou seja, entre estes jovens o trabalho familiar agrícola assume importância preponderante na sua socialização. Por sua vez, a socialização escolar é mais presente entre os jovens adolescentes e mulheres. No que se refere as formas e sociabilidade juvenil, estas são restritas devido a escassez da oferta de lazer, que é restrito ao futebol e a igreja. Assim, entre os jovens agricultores familiares não predomina a socialização via sistema formal de ensino ou espaços de sociabilidade juvenil, como é comum em outras situações, mas a socialização profissional realizada no âmbito do trabalho familiar agrícola, diferenciando-se neste processo os papéis a serem desempenhados por homens e mulheres. Verificamos que entre os que exercem maiores jornadas no trabalho agrícola uma maior disposição para permanência na agricultura, ao contrario, os que conseguem atingir maiores níveis de escolarização são também os que não querem reproduzir esta atividade.

A situação juvenil também se define a partir dos sentidos atribuídos pelos jovens as suas práticas sociais, ao seu grupo de referência e às representações de si, que são as formas de auto-identidade. Buscou-se, assim, abordar as representações sociais dos jovens agricultores sobre o trabalho familiar agrícola, o modo de vida dos pais e suas auto-identificações. De maneira predominante suas representações sociais confirmam a centralidade que o trabalho agrícola tem em suas vidas. Contudo, suas avaliações são ambíguas, apesar de reconhecerem a importância de sua participação para os resultados obtidos por suas famílias. Os jovens adultos manifestam posições mais positivas sobre os trabalho agrícola, contrastando com as opiniões dos adolescentes e das mulheres. A mesma ambiguidade se faz presente sobre as avaliações do modo de vida dos pais, visto que se consideram positivamente este modo de vida ao mesmo tempo indicam a intenção de não viver como eles, ou ao menos fazer mudanças no seu modo de vida em comparação aos seus pais. Quanto as identidades sociais acionadas pelos jovens se percebe o

predomínio das vinculadas ao trabalho agrícola, como lavrador ou agricultor, e também a socialização escolar como estudante. Apesar de se identificarem como tal não implica necessariamente que querem continuar nesta atividade. Neste aspecto, por não terem avaliações positivas sobre o modo de vida dos pais, também, não apresentam o desejo de reproduzir este modo de vida.

Foram analisados ainda os projetos juvenis, entendendo estes como projetos de escolarização, de profissão e de vida, o qual envolve uma perspectiva de residência e matrimônio. Verificou-se que os projetos de escolarização são mais presentes e ousados justamente entre os adolescentes. Já os projetos profissionais, que foram bastante diversificados e apontam para saída da agricultura como anteriormente referido, apresentam também diferenças segundo sexo e faixa etária. Assim, os projetos de permanência na agricultura são mais frequentes entre os jovens com mais de 20 anos de idade, enquanto os adolescentes predominantemente elaboram projetos profissionais não-agrícolas. Os adolescentes diferem-se da maioria dos entrevistados também quanto ao projeto de vida, uma vez que a maior parte deles afirma que não pretende casar com agricultor, apesar de predominar o desejo de continuar a residir no meio rural.

Retomando o argumento inicial, pode-se concluir que os projetos profissionais dos jovens agricultores derivam da própria situação juvenil na agricultura familiar no Recôncavo, com suas diferenciações sexuais e etárias, o que está presente na estrutura das práticas do trabalho e na incorporação das disposições necessárias a sua reprodução. Com base nisto, explicam-se porque predomina entre os jovens agricultores familiares do Recôncavo da Bahia os projetos profissionais não agrícolas, tendência evidenciada em todas as fixas etárias, mas principalmente entre as mulheres e jovens adolescentes. Não nos parece correto concluir que os jovens estão deixando a agricultura familiar por vontade própria. Ao contrário. Tudo indica que a estrutura da agricultura familiar no Recôncavo não permite aos jovens formularem projetos profissionais nessa atividade. Mesmo com a socialização no trabalho familiar gerando as disposições necessárias à reprodução, a precariedade das condições materiais se impõem como obstáculo maior. É principalmen-

te a busca por autonomia material que impulsiona os projetos profissionais dos jovens. A crise sucessória da agricultura familiar no Recôncavo se deve sobretudo pela ausência de condições materiais para jovens conquistarem autonomia. Isso tende a agravar ainda mais a tendência de dissolução de grande parte das atuais unidades produtivas que não conseguirão assegurar sua reprodução geracional.

Conhecer adequadamente esta realidade é uma pré-condição para encontrar alternativas e soluções que revertam essa tendência. Contudo isso é inócuo se o conhecimento científico não dialogar com a construção de um amplo movimento de jovens agricultores familiares por um novo projeto nacional desenvolvimento sustentável. Esse é indispensável para a o fortalecimento da agricultura familiar e uma nova geração de políticas públicas de juventude e sucessão geracional que e enfrente a vulnerabilidade social, capacite para conquista de autonomia e emancipação dos jovens agricultores familiares. Isso porque nesse campo de estudos a construção do conhecimento, dos sujeitos sociais e das políticas públicas se encontram mutuamente relacionados. Renova-se assim os desafios à investigação sociológica e à mobilização social dos jovens agricultores familiares por reconhecimento e autonomia.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec/Unicamp, 1998.

_____. **Uma nova extensão para a agricultura familiar**. In Seminário Nacional de assistência técnica e Extensão Rural. Brasília, Anais, 1997, 29 p. (mimeo).

AMIN, Samir. **O capitalismo e a renda fundiária (A dominação do capitalismo sobre a agricultura)**. In: _____, VERGOPOLUS, Kostas. *A Questão agrária e o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

BAENINGER, Rosana. **Juventude e movimento migratório no Brasil**. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 1998.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BILLAUD, Jean-Paul. **Inventar uma ética profissional: as regras de um jogo obrigatório**. In: LAMARCHE, Hugues (coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional – do mito à realidade*, v. 2. Campinas: Unicamp, 1998.

BOUDON, Raymond e BOURRICAUD, François. **Dicionário Crítico de Sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

_____. **Meditações Pascalianas**. Tradução Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **El baile de los solteros: La crisis de la sociedad campesina em el bearne**. Barcelona: Anagrama, 2004.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **A Distinção:** crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, Porto Alegre: Zouk: 2008.

_____; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A Profissão de Sociólogo:** preliminares epistemológicas. Tradução Teixeira, Guilherme João de Freitas. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOUTNET, Jean-Pierre. **Antropologia do Projeto.** Porto Alegre: Artimed, 2002.

BRENNER, Ana Karina, DAYREJ, Juarez; CARRANO, Paulo. **Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros.** In ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro Paulo M. Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Percecu Abramo, 2005.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais** (RBEP), v. 15, n. 2, p. 45-6, jul.-dez. 1998.

CANGAS, Yanco Gonzáles. *Juventud Rural: trayectorias teóricas y dilemas identitários.* **Revista Nueva Antropología**, v. 19, n. 63, p. 153-75. México: UCM, 2003. Disponível em: <http://www.iica.org.ur/redlat/index.html>. Acesso em: 4 jun. 2006.

CARVALHO, Helena. **Análise multivariada de dados qualitativos: utilização da análise de correspondências múltiplas com SPSS.** Lisboa: Sílabo, 2008.

CUCHE, Denys. **A noção de Cultura nas Ciências Sociais.** Bauru: EDUSC, 1999.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidade económica campesina.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

_____. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J Graziano da. e STOLCKE, Verena (orgs). **A questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHODOROW, Nancy. Estrutura Familiar e Personalidade Feminina. In: ROSALDO, M. & LAMPHERE, L. **A mulher, a cultura e a sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

DUBAR, Claud. **A Socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. Tradução Esteves, Margarida Garrido. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

_____. **Educação e Sociologia**. Petrópolis, Vozes, 2011.

DURSTON, John. **Juventud rural excluída em America latina Reducindo la invisibilidade**. Congresso Latino Americano de Sociologia, 11, 1997, São Paulo.

FRIEDMANN, Heriet. *Simple commodity production and wage labour in the american plains*. **Journal of Peasant Studies**, London, v. 6, n. 1, p 71-100, 1978. SCHNEIDER, Sergio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Sociologias*. [online]. jan.-jun. 2004, no.11 Acesso em: 14 nov. 2005, p. 88-125. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151745222004000100006&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1517-4522.

GALESKI, B. **A Família Camponesa**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1979. (mimeo).

GARCIA JUNIOR, Afrânio R. **Terra de Trabalho**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1977. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade federal do Rio de Janeiro, 1977.

_____. **Terra de Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GIDDENS, Antony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, José. Francisco. **O Novo Rural Brasileiro**. 2.ed. Campinas (SP): Instituto de Economia da Unicamp, 1999. v. 1. 147 p.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. Trabalho: uma categoria –chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro Paulo M. **Retratos da juventude brasileira**: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perceus Abramo, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HEREDIA, Beatriz A. **A Morada da vida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KAGEAMA, A.; BERGAMASCO, S.M. P.P. A estrutura de produção no campo em 1980. **Revista Perspectivas**, São Paulo, v. 12-13, p. 55-72, 1989/1990.

LACCARDI, Carmem. Por um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo, **Tempo Social** – Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 17, n. 2, nov. 2005.

LALANDE, ANDRÉ. **Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LAMARCHE, Hugues (coord). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Unicamp, 1993. v.1.

_____. **A agricultura familiar: comparação internacional – do mito à realidade**. Campinas: Unicamp, 1998. v. 2.

LANDO, A. M., BARROS, E. C. Capitalismo e colonização – Os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José H. (org). **Rio Grande do Sul: imigração & colonização**. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. p. 13.

LEFEBVRE, Henri. Estrutura Social: a reprodução das relações sociais. In: FORACCHI, Marialice; MARTINS, José de Souza. (orgs) **Sociologia e Sociedade** (leituras de introdução a Sociologia) 23. tiragem. Rio de Janeiro: LTC, 1994.

MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITTO Sulamita de. **Sociologia da Juventude I**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 69-94.

_____. O problema sociológico das gerações. In: FORACHI, Maria Alice (org). **Mannheim, Grandes Cientistas Sociais**. n. 25. São Paulo: Ática, 1982. p. 67-95.

MARX, Karl. **Economia Política e Filosofia**. Rio de Janeiro: Melso, 1968.

_____; ENGELS, Friedrich. Desenvolvimento da teoria. In: SODRE, Nelson Werneck. **Fundamento do materialismo histórico**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1968.

_____. **El Capital: Crítica de la Economía Política.** México: Fondo de Cultura Económica, 1973. Tomo I.

_____. **O Capital:** crítica da economia política. São Paulo: Difel, 1985.

_____. **O Capital.** Capítulo IV. São Paulo: Centauro, 2004.

MATTOSO, Katia M. De Queiros. **Bahia, Século XIX:** Uma Província no Imperio. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1992.

MENDRAS, Henry. **As sociedades camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOLLO-BOUVIER, Suzanne. Transformação dos modos de socialização das crianças: uma abordagem sociológica. **Educ. Soc.**, maio-ago. 2005, v. 26, n. 91, p.391-403. ISSN 0101-7330.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, Etnia e Estrutura Social.** São Paulo: Pioneira, 1976.

PEDRÃO, Fernando C. Novos rumos, novos personagens. In: BRANDÃO, M. de A. (org.) **Recôncavo da Bahia.** Sociedade e economia em transição. Salvador: Academia de Letras da Bahia / Universidade Federal da Bahia, 1997, p. 217-239.

PEREIRA, J. L.G. **Juventude Rural: para além das fronteiras entre campo e cidade.** (Tese em Sociedade e Agricultura) Seropédica: UFRRJ, 2004.

PORTO, Maria S. Grossi; SIQUEIRA, Deis E. A Pequena Produção do Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. **CADERNOS DE SOCIOLOGIA**, n. 6, Porto Alegre: PPGS, UFRGS, 1994. p.76-88.

PRADO JUNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1978.

_____. Contribuição para a Análise da Questão Agrária Brasileira. In: **Agricultura Subdesenvolvida.** Petrópolis: Vozes, 1969.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 2001.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

_____. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias [online]**, n. 11, jan.-jun. 2004. Acesso em: 14 nov. 2005, p. 88-125. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151745222004000100006&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1517-4522.

SILVA, Vanda Aparecida da. **“Eles não têm nada na cabeça...”** Jovens do sertão mineiro entre a tradição e a mudança. Campinas: UNICAMP, 2000. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2000 (b).

SIMMEL, George. **Questões fundamentais de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SPOSITO, Maria. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro Paulo M. **Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perceus Abramo, 2005.

_____; CORROCHANO, Maria Carla. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 17, n. 2, p.141-72, nov. 2005. São Paulo, 2005.

SCHÜTZ, Alfred. **Fenomenologia e Relações Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

TAVARES-DOS-SANTOS, José-Vicente. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec, 1984.

_____. Crítica da sociologia rural e a construção de uma outra sociologia dos processos sociais agrários. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 13-51 1991.

TEPICHT, Jerzy. **Marxisme et agriculture: Le paysan Polonais**. Paris: Armand Colin, 1973.

VEIGA, José E. **O desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

VELHO, Gilberto. Juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea. In: ALMEIDA, Maria I. Mendes de; EUGENIO, Fernanda (orgs). **Culturas juvenis: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

_____. **Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do camponato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org). **Agricultura familiar Realidade e Perspectivas**. Passo Fundo: UPF, 1999.

WEBER, Max. Capitalismo e Sociedade Rural na Alemanha. In: GERT, H. & WRIGHT MILLS, C. (orgs). **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

WEISHEIMER, Nilson. **Os Jovens Agricultores e seus projetos profissionais: Um estudo de caso no bairro de Escadinhas, Feliz (RS)**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

_____. **Juventudes rurais: mapas de estudos recentes**. Brasília: MDA, 2005a.

_____. Jovens Agricultores: gênero, trabalho e projetos profissionais In: **Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**, 29, 2005b, Caxambu.

_____. Jovens Agricultores Familiares no Rio Grande do Sul: **Relatório técnico de caracterização dos jovens na agricultura familiar no Rio Grande do Sul**. (Convênio MDA/FAURGS N. 109 /2006). Porto Alegre: IFCH/UFRGS/FAURGS 2007.

_____. Marx: categorias sociológicas fundamentais. In: Universidade Luterana do Brasil (org.). **Sociologia Clássica**. Curitiba: IBEPX, 2008. p. 141-55.

_____. **A situação juvenil na agricultura familiar**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

WOLF, Eric R. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e Compadres**: Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____; WOORTMANN, Klass. **O trabalho da terra**. Brasília: UNB, 1997.

WOORTMANN, Klass. “Com parente não se negueia”: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Brasília, n. 87, 1990.

ZATTI, Vicente. **Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs/online/autonomia/autonomia/creditos.html>. Acesso em: 25 set. 2008.

Sobre o autor



Nilson Weisheimer

É Bacharel em Ciências Sociais, Mestre e Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Pós-Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é Professor Associado no Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento (PPGCS/UFRB); Líder dos Grupos de Pesquisas do CNPq; Núcleo de Estudos em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (NEAF/UFRB) e Observatório Social da Juventude (OSJ/UFRB); Editor da Revista Juventude.br, do Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ). Recebeu o Prêmio CAPES de Teses de Sociologia em 2010.

No livro *Juventude e Agricultura Familiar no Recôncavo da Bahia*, Nilson Weisheimer propõe romper a invisibilidade social, acadêmica e política, que estão submetidos os jovens agricultores familiares. Ao descrever a situação juvenil na agricultura familiar em suas dimensões objetivas e subjetivas - presentes nas condições materiais, nos processos de socialização, nas representações sociais e nos projetos juvenis - põem em evidência tanto essa categoria social quanto as relações entre essa a situação e os impasses na sucessão geracional da agricultura familiar. No caso do Recôncavo predominam os projetos profissionais não agrícolas, principalmente entre as mulheres e jovens adolescentes. Na perspectiva desses, a ausência de autonomia material para os jovens na agricultura agrava a crise sucessória no Recôncavo. Esse livro é um convite ao estudo da Sociologia Rural na Bahia e à mobilização social dos jovens agricultores familiares por reconhecimento e autonomia.



ISBN 978-85-5971-115-8

